

Seminário

**Revolução
Permanente
e Revolução
Brasileira**



**Apostila 2
Brasil
Histórico**

**Novembro
Dezembro
de 2016**

ÍNDICE

BLOCO A – A revolução permanente no Brasil

Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa nas Américas.....	03
<i>Nahuel Moreno</i>	
O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo?.....	08
<i>Alberto Passos Guimarães</i>	
Projeto de teses sobre a situação nacional	12
<i>Liga Comunista Internacionalista</i>	

BLOCO B – Revolução permanente e escravidão

Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo.....	
<i>Clóvis Moura</i>	
Modo de produção colonial	
<i>Jacob Gorender</i>	
O Mito da democracia racial	
<i>Wilson H. Silva</i>	

BLOCO C – Revolução permanente e as visões clássicas sobre o caráter da revolução brasileira

A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes	
<i>Secretariado Nacional do PCB</i>	
Citações do livro “A revolução brasileira”	
<i>Caio Prado Júnior</i>	
O colapso do populismo no Brasil (Cap. VII)	
<i>Octavio Ianni</i>	
O colapso do populismo no Brasil (Cap. VIII).....	
<i>Octavio Ianni</i>	
Crítica à razão dualista (Cap. III)	
<i>Francisco de Oliveira</i>	
Crítica à razão dualista (Cap. IV)	
<i>Francisco de Oliveira</i>	
A democracia como valor universal (Cap. 3).....	
<i>Carlos Nelson Coutinho</i>	
A revolução burguesa no Brasil (Cap. 7).....	
<i>Florestan Fernandes</i>	
Texto?.....	

Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa nas Américas

(MORENO, Nahuel. Colômbia, 1948)

A importância da interpretação de Novack

As respostas de Novack às interrogações que lhe colocaram alguns membros do Grupo Comunista Internacionalista, a organização trotskista mexicana, são de grande importância teórica para nós, os revolucionários latino-americanos.

O marxismo latino-americano se educou sob a influência de um pseudomarxismo que havia se restringido às fontes dos historiadores liberais. Estes defendiam uma suposta colonização feudal por parte da Espanha e de Portugal, o que teria sido a origem do nosso atraso em relação aos Estados Unidos da América. Este falso esquema sobre o nosso passado colonial tem sido substituído, em alguns meios marxistas, por outro tão perigoso quanto o anterior: a colonização latino-americana teria sido diretamente capitalista. Gunder Frank é um dos mais importantes representantes desta nova corrente de interpretação marxista. Como bem cita Novack, este afirma categoricamente que *“o capitalismo começa a penetrar, a formar, a caracterizar por completo a América Latina e a sociedade chilena já no século 16”*.

Tenho sido um dos primeiros, senão o primeiro, que desde 1948 venho lutando nos meios marxistas latino-americanos contra a teoria da colonização feudal que, em seu momento, o stalinismo levantava como justificativa teórica para a sua política de fazer uma revolução “antifeudal” e constituir frentes populares com a burguesia “antifeudal” e “liberal”. Esta é a razão pela qual alguns teóricos da “colonização capitalista” me citam como um dos pioneiros da atual interpretação em voga. Nada mais equivocado. Sem usar a expressão de combinação de diferentes formas e baseando-se em Marx, que definiu a colonização escravista dos Estados Unidos como “capitalismo feudal”, minha interpretação tem sido essencialmente a de Novack, que, por sua vez, é a de Marx, embora sem citá-lo. Algumas citações vêm à mente para delimitar campos.

Na tese II do meu trabalho *Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa*, publicada repetidas vezes desde 1948 e impressa pela primeira vez em 1957 em *Estratégia*, digo categoricamente:

“A colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa na América foi essencialmente capitalista. Seus objetivos foram capitalistas e não feudais: organizar a produção e os descobrimentos para conseguir lucros prodigiosos e para colocar bens no mercado mundial. Não inauguraram um sistema de produção capitalista porque não havia na América um exército de trabalhadores livres no mercado. Assim, os colonizadores, para poder explorar capitalisticamente a América, se viram obrigados a recorrer a relações de produção não capitalistas: a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas; produção e descobrimentos por objetivos capitalistas; relações escravas ou semiescravas; formas e terminologias feudais (como o capitalismo do Mediterrâneo; são os três pilares em que se assentou o capitalismo na América”.

Para qualquer leitor minimamente responsável, minha colocação é precisa. A colonização tem objetivos capitalistas: obter lucros, porém se combinando com relações de produção não capitalistas. O mesmo disse Novack: aos “objetivos capitalistas” de minha análise, lhe põe um nome mais preciso, capitalismo mercantil, mas insiste no mesmo que minha tese, o caráter não capitalista das relações de produção. *“Que fizeram de fato Espanha e Portugal? Criaram formas econômicas no Novo Mundo que tinham um caráter combinado. Eles combinaram relações pré-capitalistas a relações de troca, subordinando-as, assim, às demandas e movimentos do capital mercantil”*.

Esta discussão teórica não é uma polêmica acadêmica sem relação com a política. As teses da revolução permanente não são simplesmente teses da revolução socialista, mas a combinação de duas revoluções: democrático-burguesa e socialista. A necessidade desta combinação surge, inexoravelmente, das estruturas econômico-sociais de nossos países atrasados, que combinam diferentes segmentos, formas, relações de produção e de classe.

Todas estas razões fazem com que, uma vez mais, recomendemos a atenta leitura das respostas de Novack como uma contribuição importante a novas e velhas polêmicas sobre a colonização, como também à discussão do programa da revolução permanente no continente.

I.

Existe toda uma metodologia e interpretação que se esconde embaixo do rótulo de marxista, mas que não o é de fato. É uma aproximação ao marxismo, inclusive uma saudável tentativa de aproximação, mas não é marxismo. Em geral, podemos envolver nesta definição todo o marxismo latino-americano que não superou ainda, teoricamente, a sua etapa embrionária.

Ao dizer isso, não nos referimos à parte programática ou, melhor dito, aos aspectos mais gerais do programa marxista revolucionário. Nesse sentido, os marxistas revolucionários do passado e nós, os trotskistas do presente, somos, sem dúvida, marxistas.

Nossa arriscada afirmação se refere ao método, à interpretação do mundo dos que se autodenominam marxistas latino-americanos. Mariátegui é o melhor exemplo deste revolucionário latino-americano, digno de admiração e respeito, porém que não soube ou não pode elevar-se à uma verdadeira compreensão e metodologia marxistas. Mariátegui e todos os outros que conhecemos, sem exceção, têm sido positivistas-marxistas ou neoliberais-marxistas. Ser marxista, para eles, era, fundamentalmente, aceitar a existências das classes, a importância do fator econômico e, em alguns casos, a necessidade da revolução operária. Limitam-se, depois, a aplicar o método positivista que aprenderam na universidade e a substituir sua terminologia de interpretação liberal por uma marxista. Conformavam-se em ser uma mera superação formal, nos termos, da ideologia positivista liberal dos círculos intelectuais oficiais.

O melhor exemplo do que vimos dizendo é a interpretação da história latino-americana e, em especial, da colonização espanhola e portuguesa da hispanoamérica. Há todo um mito dos historiadores liberais que atribuem o atraso da América Latina à colonização espanhola e portuguesa, e o progresso da América do Norte à colonização inglesa. Este mito é tomado por Mariátegui e também por Puiggrós, transformando o racial em categorias econômicas: colonização espanhola igual a feudal.

“A conquista do território americano e de seus habitantes, e a incorporação aos domínio da coroa espanhola, foi a obra de conquistadores feudais, dos que haviam lutado contra os mouros e que antes haviam engrossado os exércitos das Cruzadas. Toda empresa feudal europeia, seja no norte contra os eslavos, no leste contra os turcos, no oeste contra os saxões e os germânicos ou no sul contra os árabes tem sido levado adiante sob o signo da cruz de Cristo. A conquista da América pela Espanha é parte do processo geral de expansão do feudalismo e se verifica quando este já havia entrado em decadência. A Espanha voltou sobre a América os elementos do seu regime feudal decomposto. O poder da monarquia se fortaleceu ao entregar aos seus vassalos vastos territórios, vultuosas riquezas e milhares de seres humanos submetidos as rudezas e crueldades da servidão.” (Da colônia à revolução, Editorial Lautraro, 2ª ed., pág. 16) [1]

Puiggrós, há de se reconhecer, teve o mérito de compreender, pelo menos, que *“o descobrimento da América foi uma empresa levada a cabo por comerciantes e navegantes do Mar Mediterrâneo”*. Pena que, depois, considerou que *“o capital comercial havia cumprido a sua missão ao construir o ponto pelo qual o feudalismo espanhol se transportaria para a América”*.

Sobre a América do Norte, Puiggrós é categórico:

“A América saxônica foi colonizada um século mais tarde em condições diferentes. Os ingleses que chegaram no ‘Mayflower’, e que continuaram chegando entre 1620 e 1640, trouxeram ao Novo Mundo os germes do desenvolvimento capitalista oriundo de sua pátria originária. Em oposição a esta colonização do nordeste dos EUA, a imigração dos ‘cavaliers’, verificada depois da revolução burguesa de 1648 que derrubou os Stuart, estava integrada, diferentemente da primeira, por elementos feudais encabeçados por parte da nobreza deslocada do governo e expropriada de suas terras. Esta imigração se estabeleceu ao sul, na Virgínia, e implantou formas de produção e hábitos de vida que correspondiam à sua origem feudal.

A exploração do trabalho de índios e negros, na forma servil e escravista, constituiu a sua base social.

Enquanto a corrente migratória burguesa impulsionou a pequena propriedade rural e o desenvolvimento manufatureiro dos núcleos urbanos, a corrente migratória feudal se estabeleceu sob a grande propriedade e na economia doméstica. O triunfo da primeira eliminou os últimos redutos do feudalismo nos Estados Unidos da América.” (pp. 23 e 24) [2]

II.

A colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa na América foi essencialmente capitalista. Seus objetivos foram capitalistas e não feudais: organizar a produção e os descobrimentos para conseguir lucros prodigiosos e para colocar bens no mercado mundial. Não inauguraram um sistema de produção capitalista porque não havia, na América, um exército de trabalhadores livres no mercado. Assim, os colonizadores, para poderem explorar capitalisticamente a América, se viram obrigados a recorrer a relações de produção não capitalistas: a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas; produção e descobrimentos por objetivos capitalistas; relações escravas ou semiescravas; formas e terminologias feudais (como o capitalismo do Mediterrâneo); são os três pilares em que se assentou o capitalismo na América.

Puiggrós confunde, como tantos historiadores liberais, decadência do capitalismo mediterrânico com avanço do feudalismo. Não existe tal feudalismo espanhol que coloniza a América. Existe um extraordinário desenvolvimento do capitalismo mediterrânico que já começou sua decadência com o descobrimento da América. Seu descobrimento não fez mais do que acelerar ainda mais sua decadência e o desenvolvimento do novo

capitalismo no norte da Europa ocidental, que já havia surgido e estava se movendo para o Mediterrâneo antes do descobrimento do nosso continente. O capitalismo do Mediterrâneo, impregnado de aristocratismos e formas feudais, tem um caráter comercial, usurário, local e internacional em oposição ao que havia surgido em porções mais ao norte do continente europeu, que o desenvolve de maneira manufatureira e nacional.

Se há um lugar da América cuja colonização é capitalista é o nordeste dos EUA. Justamente o contrário do que crê Puiggrós. Para esta região, foram ou se estabeleceram os europeus que queriam terras, clima e produção como os da Europa, mas não pensavam em realizar trocas comerciais com seus países de origem, já que abasteciam a si mesmos com seus produtos agrícolas. Por isso, foi uma colonização cujo objetivo era a terra para realizar uma pequena produção e para abastecer a si mesmo. Esta imigração deu origem a um pequeno campesinato que abastecia a si mesmo e que colocava no mercado o possível excedente que conseguia. Vista de um ângulo histórico, esta imigração continuava a magnífica tradição do período medieval europeu de colonizar novas terras com camponeses independentes. Porém, na América do Norte, houve uma diferença fundamental: o excesso de terras impediu o crescimento de uma classe latifundiária feudal, ainda que tenha havido tentativas de se tornar uma. Se gostássemos de paradoxos, poderíamos dizer, contra Puiggrós, que o sul dos EUA e da América Latina foram colonizados com formas capitalistas, mas sem dar origem a formas capitalistas, e que o norte dos EUA foi colonizado de maneira feudal (camponeses que buscavam terras e nada mais do que terras para se abastecerem), mas sem relações feudais.

A verdade é que não pode haver outra definição marxista para as colônias hispano-portuguesas e o sul dos EUA que não seja a produção capitalista especialmente organizada para o mercado mundial com relações de produção pré-capitalistas. Em oposição a esta região, podemos definir o norte do EUA como uma região colonizada por ondas de pequenos camponeses que não suportaram relações de produção pré-capitalistas e que, como consequência disso, se constituíram durante séculos num mercado interno em constante crescimento. O nordeste dos EUA herdou as vantagens do feudalismo europeu: pequena produção agrária, sem suas tremendas desvantagens: uma classe de latifundiários feudais, inevitáveis parasitas, na futura produção burguesa.

Marx já havia visto – quando não! – esta contradição e as diferenças nas colonizações. Em *História crítica da mais-valia*, compara, de passagem, os dois tipos de colonização, rebatendo, daí em diante, todos os Puiggrós que o eram ou tinham sido no mundo. Disse-nos:

“Temos de distinguir dois tipos de colônias. No primeiro caso, tratam-se de verdadeiras colônias, como as dos EUA, Austrália, entre outros. Nestas, a massa de colonos dedicados à agricultura, ainda que tenha chegado da metrópole um capital mais ou menos grande, não constitui uma classe capitalista e, menos ainda, sua produção é capitalista. São, em maior ou menor extensão, camponeses que trabalham para si, cuja preocupação primordial e fundamental é a de procurar se sustentar, produzir seus próprios meios de vida, razão pela qual seu produto fundamental não tem caráter de mercadoria, pois não se destina ao comércio. O excedente de sua produção, depois de suprir o seu próprio consumo, o vendem ou trocam por artigos manufaturados de importação entre outros. Outra parte dos colonos, mais reduzida, estabelecida na costa, nas margens dos rios navegáveis, cria cidades comerciais. No entanto, suas atividades podem qualificar-se, de algum modo, de produção capitalista.

No segundo tipo de colônias, de grandes plantações, que são desde o momento do seu surgimento especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial, existe um regime de produção capitalista, ainda que só formalmente, visto que a escravidão dos negros exclui o livre trabalho assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista. São, sem dúvidas, capitalistas os que manejam o negócio do comércio de negros escravizados. O sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão, mas se enxerta nele. Nesse caso, o capitalista e o latifundiário são uma só pessoa.” (História crítica da mais-valia, Tomo II, México, Fundo de Cultura Económica, pp. 331 e ss.)

Um conquistador espanhol ou português é um primo-irmão do dono dos plantadores de erva mate do princípio do século [século 20] que popularizaram as lendas e novelas. De fato ou de direito, o trabalho dos trabalhadores rurais era quase escravo. Porém a produção destes donos de engenho era capitalista. A colonização da América espanhola segue, com verdadeira sanha, caminhos e objetivos comerciais. O que ele fez a este respeito foi enorme. A América espanhola foi a caldeira do desenvolvimento capitalista europeu. Quanto a isso, será necessário, algum dia, estudar se a técnica de exploração dos minerais trazida pelos espanhóis não foi a mais avançada de seu tempo, o que confirmaria, no que diz respeito às forças produtivas, seu caráter capitalista.

O importante é que esta produção capitalista originou, desde o começo da colonização, uma classe capitalista autóctone, independente dos comerciantes e da burocracia, os burgueses latifundiários. Todavia, não tem sido estudada a história da América Latina partindo desta caracterização de conjunto: a existência desde um princípio de uma classe burguesa local ligada à produção regional. Essa classe é semelhante à do sul dos EUA que deu origem a Washington D. C. Os historiadores liberais e seus imitadores marxistas ignoram a existência

desta classe porque não era uma burguesia industrial e a classificam de latifundiários feudais quando, pelo contrário, é uma classe burguesa muito mais progressiva que a burguesia comercial compradora.

III.

Se tomarmos o trabalho de comprovar o caráter da colonização e conquista de nosso país, vista de cima, comprovaremos que a comparação que temos feito é correta. Antes de tudo, porque a preocupação principal dos conquistadores e colonizadores são as minas de ouro e prata para o mercado mundial, a desesperada busca pelo “Eldorado”, e não terras para cultivar com relações feudais. Isso só demonstra o caráter capitalista da conquista e da colonização.

Porém é necessário que introduzamos alguns fatos sintomáticos tomando o nosso país (Argentina) como exemplo de América espanhola:

a) A mão-de-obra indígena não tem caráter de servo, trabalhador agrícola preso à terra, mas de força de trabalho em mãos de donos espanhóis que a contratam ao melhor preço. Nesse sentido, há um exército de trabalhadores e um mercado de trabalho rudimentar e *sui generis*, já que se contrata livremente, mas entre donos de empresas ou donos/semidonos de homens. Se começarmos por Mendoza, região da qual conhecemos os antecedentes mais antigos, encontramos:

“(…) o objetivo do ‘encomendero’ [3] de Cuyo era deixar um encarregado de seus negócios, localizados do lado oriental da Cordilheira dos Andes, e ir à Santiago com seus índios para arrendá-los. No Chile, os huarpes [4] serviram de carregadores da produção de ouro, na fabricação de botijambre [5] e em trabalhos urbanos e rurais. Em Mendoza, plantaram videiras, podaram e colheram a uvas e ainda guiaram as expedições que conduziam o vinho a Buenos Aires, elaborado por eles mesmos.” (Juan Draghi I Uceró, Revelaciones documentales sobre la economía cuyana. Rev. Da Junta de Estudios Históricos de Mendoza, 1940, tomo 16, pp. 189 a 249).

“A caça do índio esteve perfeitamente organizada nos tempos iniciais da colônia. O colono precisou de mitayos [6] para os trabalhos agrícolas extensivos em lugares remotos.” (Actas capitulares de Mendoza. Tomo 50, 1945, p. 57).

O costume de retirar indígenas cuyanos com destino ao Chile estava tão arraigado que até o governador de Mendoza manifestou, em linguagem simples, em junho de 1604, que a privação de retirada de mão de obra indígena de San Luis “*significava a total destruição desta cidade*”, acrescentando “*que há quatro anos que realizava dita retirada*” (livro citado, p. 59). E quando os índios começam a diminuir, resolve-se “*pedir mais a S. M., um prêmio de mil licenças de negros para esta cidade por causa dos poucos naturais que nela há*”. Isso é uma prova indireta de que os índios poderiam ser substituídos por escravos e não por camponeses arrendatários servis.

O caso de Mendoza é ilustrativo ao extremo, pois os conquistadores se encontraram com indígenas que já praticavam a agricultura e eram muito pacíficos. Em vez de utilizar estas condições excepcionais para estabelecer um feudo, se aproveitaram delas para melhor utilizar os indígenas em empresas que produziam para o mercado.

Em Tucumán, para não citar outros exemplos, o problema dos indígenas que são levados pelos comerciantes e tropeiros que passam por lá é muito grave, o que demonstra que os índios não estão sujeitos à terra como os servos e que são utilizados para um tráfico comercial importante ou para serem levados para fora de sua terra à outras unidades de exploração em “*Peru, Paraguai e Buenos Aires*” (Actas Capitulares de San Miguel de Tucumán. Vol. 1, Universidade Nacional de Tucumán, 1946, pp. 37 e ss).

b) Desde o princípio, a colonização existiu para buscar ou produzir produtos para o mercado mundial ou, no mínimo, para o mercado dos vice-reinos da América. A produção intensiva de um ou de uns poucos produtos é o característico em oposição à autossuficiência feudal.

A propriedade de um vizinho de Mendoza, de 29 de dezembro de 1588, nos permite comprovar que este bom senhor já era um produtor de uvas selvagens que “declarou ter uma vinícola próxima desta cidade, junto ao moinho de Videla, que tem cinco mil pés da planta cercados por paredes e banhados pela luz do sol, mais propriedade em terra, próxima à rua citada, e que, entre a vinícola e esta terra, possui um forno para fabricar azulejos em San Juan Bautista” (Arquivo do Judiciário de Mendoza).

No norte do país, a situação não era muito diferente. Num mísero povoado como Tucumán, nós verificamos que o procurador geral, Don Galio de Villavicencio, leva ao governador do povoado um problema de 18 pontos em 4 de maio de 1680. É, indiscutivelmente, um programa de um pequeno povoado feudal sem nenhum apego. No ponto três, propõe que seja obrigado a se aceitar no lugar de moeda, dada a carência da mesma, “*fio de algodão e pávio de lã*” para que a cidade possa ficar abastecida e “*socorridos os pobres*”. No quarto ponto, assinala “*o muito que importa registrar todas as cabeças de vacas, mulas, estradas e trilhas que passam por esta*

cidade e jurisdição e outras que são afastadas desta cidade". No sexto, que aos espanhóis e mestiços que vagabundeiam sejam obrigados a trabalhar ou sejam presos (algo idêntico às leis burguesas posteriores obrigando ao trabalho). Na sétima diz: *"chegou ao meu conhecimento que, em muitas casas e chácaras desta cidade, existem dois tipos de medidas de trigo, um para receber e outro para dar todas fechadas contra a consciência e a justiça"*. Assim, segue o estilo com intercaladas petições para manter os índios como o já mencionado. No ponto 17, queixa-se de que *"na maior parte do tempo, estão os proprietários ausentes desta cidade em suas chácaras estâncias e viagens ocupados em seus negócios"*, demonstrando, assim, que estes colonizadores se parecem muito mais com um vulgar capitalista em permanente movimento para defender os seus interesses do que com um senhor feudal preocupado com suas diversões e caças (Actas Capitulares de Tucumán, já citadas, Vol. 1, pp. 37 e ss.).

Em 1588, em Corrientes, não encontramos feudos que produzem de tudo, mas concessionários de uma produção especializada: potros, éguas e vacas. Em 27 de maio de 1588, os administradores de Corrientes se reuniram para arrematar com cuidado *"os cavalos e éguas comuns a três cabeças por meio peso"*, exigindo dois fiadores. Em 17 de novembro do mesmo ano, *"apresentou-se Etor Rodriguez como fiador de Asencio González, guardião das vacas de carne"*. Hermán F. Gómez, na introdução da publicação das Atas Capitulares, informa que as atas de fundação se perderam, e as cópias que existem estão na Espanha como consequência do *"grave e valioso debate judicial aberto sobre a propriedade dos lucros obtidos com os selvagens que habitavam a jurisdição da cidade de Corrientes durante o século 16"*. Este pleito entre os descendentes de Torres de Vera e os administradores, ou os vizinhos acionários, pela propriedade dos lucros, é qualquer coisa menos um pleito feudal por terras com servos.

IV.

A colonização da Argentina não difere do resto da América espanhola. É interessante, a este respeito, estudar a colonização portuguesa do Brasil.

Navarrete informa, em sua relação das viagens de Colón, que teria encontrado, nas terras descobertas, madeira para tingir tecidos. Em 1501, os portugueses enviam uma expedição exploradora que retornou a Portugal com um carregamento desta madeira, denominada pau-brasil. O rei de Portugal se apressou em arrendar as novas terras descobertas a um negociante de Lisboa, Don Fernando de Noronha. Não se conhece bem os termos do contrato, porém, por referências indiretas, Noronha se comprometia a mandar, anualmente, três embarcações ao Brasil (Terra de Santa Cruz), para explorar 300 léguas de costa e pagar um quinto do valor da madeira ao soberano. Este convênio é eminentemente capitalista.

Para não incomodar com outras referências, limitemo-nos a citar Roberto C. Simonsen. Em sua *História Econômica do Brasil*, manifesta:

"Não nos parece razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal das doações régias, chegando alguns a classificá-las como um retrocesso em relação às conquistas da época (...)

Desde um ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empresa colonial, não me parece razoável a comparação deste sistema com o feudalismo.

Na economia feudal, não há lugar para o lucro, porque estão delimitadas as classes sociais, e as remunerações se tornam função da condição social de cada classe.

Por mais que estudemos os elementos históricos, não podemos chegar à conclusão de que o regime das doações régias apresenta grande semelhança com a economia medieval. Em primeiro lugar, todos chegavam à nova terra em busca de fortuna; todos queriam melhorar sua situação econômica. Obter lucro era a causa primordial da chegada ao Brasil. Os mineiros, carpinteiros, mecânicos e demais artesãos procuravam lucrar para formar o seu próprio patrimônio. Quem quisesse embarcar poderia fazê-lo. Não havia limites. Pelo contrario, quanto maior o número, tanto melhor. Em boa parte, quem para aqui vinha o fazia com o ânimo de voltar enriquecido. Quem tivesse capital poderia tentar conseguir permissão para explorar a terra. Os donatários não eram mais do que exploradores em larga escala. As concessões dadas pelo rei a estes homens eram o meio de estimulá-los, facilitando sua empresa. No século seguinte, outras nações europeias adotaram processos semelhantes de colonização, utilizando, de preferência, a iniciativa privada mediante companhias colonizadoras privilegiadas.

Assim como hoje, se concede a certas empresas a isenção de impostos junto a uma alta tributação aos produtos estrangeiros que lhes fazem concorrência. Da mesma forma, usando estes procedimentos característicos capitalistas, o rei de Portugal concedeu uma série de favores àqueles que, com os seus capitais ou seus serviços, poderiam incrementar a colonização das terras descobertas.

Nossos historiadores não têm encarado o caso sob este aspecto. Quando se referem a um donatário, o consideram como se fosse um representante do regime feudal. Don Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de deslocamento do comércio de espécies de Veneza, é um autêntico capitalista. Seus vassallos não ficam para trás. Não fazem nenhuma conquista como os cavaleiros da Idade Média. Procuravam engrandecer o seu país, tratando de transformar Portugal numa potência. Conquistavam as Índias com o mesmo espírito com que, mais tarde, os ingleses vieram a construir o grande Império Britânico.

Os imensos poderes outorgados aos donatários tampouco significam feudalismo. Estes poderes ainda existem em nossos dias. O chefe de uma esquadra em alto mar, os comandantes dos exércitos, os governantes em situações excepcionais, dispõem ainda hoje de poderes quase tão grandes como os concedidos àqueles donatários. Estamos, pois, seguros de que nossas doações régias, deixando de lado o caráter hereditário das concessões, só são feudais nos termos, muitos deles ainda em uso.

Pode-se alegar que, no que concerne as concessões, seu aspecto jurídico se assemelha às instituições feudais. Porém isto se observa também na atualidade. O regime de nossas minas se caracteriza porque o proprietário da mina não é mais que um concessionário que assim a trabalha, exercendo uma função social”.

Todos estes são alguns poucos exemplos que demonstram que, em nosso país, igual ao restante da América espanhola, existiu um capitalismo bárbaro, um sistema baseado na troca de mercadorias e em estreita ligação com o mercado mundial. É, sem dúvida, um regime totalmente distinto do existente ao que está surgindo no norte da Europa, em especial na Inglaterra, Holanda, França. Porém não tem nada a ver com o regime feudal. É uma forma aberrante do desenvolvimento capitalista europeu.

NOTAS:

1. PUIGGRÓS, Rodolfo José. *Da colônia à revolução*. Editorial Lautraro, Argentina, 2ª ed., p. 16.

2. *Ibid.*

3. Proprietário de indígenas na América espanhola que terceirizavam a mão de obra destes. [Nota da tradutora]

4. Nome de uma tribo indígena. [Nota da tradutora]

5. Palavra em desuso. Designava o revestimento das botijas e vasilhames para transporte de bebidas, principalmente vinho e pisco. [Nota da revisora]

6. Indígenas que trabalhavam em minas. [Nota da tradutora]

O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo?

Alberto Passos Guimarães

(Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, Capítulo 2, 1968)

Portugal, à época do descobrimento, como de resto todo o continente europeu, achava-se em pleno florescimento do mercantilismo. O regime feudal desagregava-se, o poder absoluto da aristocracia agrária entrava em decomposição, e os senhores de terras que escapavam à ruína buscavam, nas atividades urbanas, novos caminhos para a conservação de seus privilégios. A aristocracia rural trocava os poderes da nobreza pelos do dinheiro.

Mas não se conclui daí que, nas novas terras da América, Portugal prolongaria ininterruptamente sua história. Nesse erro, incorreram muitos historiadores daqui e d'além-mar. Transplantando para o Brasil o quadro de fenômenos da sociedade portuguesa, foram levados a admitir o mesmo desenvolvimento aqui sem qualquer interrupção no seu curso. A colonização, como fruto da expansão do comércio marítimo e da desagregação do regime feudal, deveria, de acordo com esse ponto de vista incorreto, seguir aqui os moldes da nova sociedade que germinava na metrópole. Nesse caso, nas relações sociais implantadas no Brasil, haveria de predominar não os traços da economia feudal decadente, mas os da economia mercantil em formação; e, por conseguinte, a exploração latifundiária, aqui, não teria as características fundamentais do feudalismo, mas as do capitalismo.

Percebe-se o conteúdo apologético dessa concepção errônea, pois com ela se admite que o sistema colonial, ao invés de transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, como de fato inevitavelmente acontece, abandonaria à sua sorte esses elementos, selecionaria os fatores novos determinantes da evolução social e deles se serviria para fundar, onde quer que fosse, sociedades de um tipo mais avançado que as metropolitanas.

Ao contrário desse imaginoso quadro, incorporado ao fabulário do colonialismo, a história nos mostra, não só em relação à colonização portuguesa como no que se refere a todas as outras, que as metrópoles exportam para as colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurem a perpetuação de seu domínio. Por isso, sempre que a empresa colonial precisa utilizar processos econômicos mais adiantados, ela recorre, como contrapartida obrigatória, a instituições políticas e jurídicas muito mais atrasadas e opressivas. Desse modo, quando os instrumentos de coação econômica se mostram incapazes de atender aos objetivos preestabelecidos, o sistema de coação extraeconômica é acionado com o máximo rigor e levado às últimas consequências.

O exemplo brasileiro ilustra e confirma esse imperativo histórico. A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pode desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial

as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e moldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa.

Por conseguinte, o processo evolutivo em curso na sociedade lusa não veio continuar-se no Brasil colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada ali de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado.

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio.

Cedo se desvaneceriam a esperança nesta reconstituição integral destas instituições já caducas na sociedade brasileira. A propriedade da terra era, ainda nesse tempo, um cabedal da nobreza, e a participação da Ordem de Cristo nos frutos da exploração vinha acrescentar aos dons nobiliárquicos a origem mística do direito dominal.

Isso, porém, não bastaria, como não bastou, para que a empresa colonial produzisse os rendimentos que dela era lícito esperar. Daí o fracasso das primeiras tentativas de colonização, o qual poderia muito bem explicar-se pela impossibilidade de uma pura e simples transposição para o Novo Mundo de todos os componentes da estrutura produtiva da economia medieval.

Onde não havia o servo da gleba a produzir renda, com seus braços, seus animais e instrumentos de trabalho próprios, onde a mão de obra nativa se mostrava cada vez mais rebelde e reagia violenta ou passivamente contra o cativo, a exploração agrária exigiria outros recursos de que a nobreza não dispunha. Naturalmente, num mundo já invadido pelo poder da moeda, o domínio da terra nobre, místico, absoluto como fosse, não se transformaria em fonte de riqueza sem um complemento indispensável: o capital dinheiro.

Os “homens de calidades”, provindos da fidalguia peninsular endividada ou arruinada, não estavam preparados para colher, sozinhos, os pomos de ouro que deveriam nascer da terra. *“Esses fidalgos – escreveu Oliveira Viana – vêm de uma sociedade ainda modelada pela organização feudal: só o serviço das armas é nobre, só ele honra e classifica. Falta-lhes aquele sentimento da dignidade do labor agrícola, tão profundo entre os romanos dos tempos de ‘Cincinnatus’”.*

Mas o que lhes faltava, realmente, era dinheiro.

Por todas essas razões, a empresa colonial teve realizar-se mediante a associação de fidalgos e plebeus enriquecidos pela mercancia e pela usura, mas sob uma condição: o predomínio dos “homens de calidades” sobre os “homens de posses”.

Recordemo-nos de que na Península, Portugal inclusive, mais que noutra qualquer parte, as formas políticas, os costumes, as ideias religiosas, todas as forças ideológicas do medievalismo estavam profundamente arraigadas. As aventuras marítimas, principal fonte de acumulação primitiva do capital comercial, tinham possibilitado a formação de uma burguesia já bem nutrida de recursos monetários, à qual não se havia, contudo, transferido parcela substancial e decisiva do poder do Estado.

Diogo de Gouveia, que tinha inspirado e formulado os planos da colonização portuguesa da América, não era, positivamente um ideólogo da burguesia, mas da nobreza. *“A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassalos”*, aconselhara ele em sua carta, datada de 1532, ao rei D. João III.

A posição dominante dos “homens de calidades” na empresa colonial é um fato bastante explícito em nossa história. Prova-o, sem deixar lugar a dúvidas, o espírito de casta que presidiu a divisão do vasto território conquistado ao gentio, particularmente daqueles quinhões maiores e melhores.

Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar no Novo Mundo os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir, a ordem de produção peninsular no século da descoberta continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal.

É certo que o feudalismo do Portugal seiscentista não guardava mais o mesmo grau de pureza dos primeiros tempos: já havia passado do estádio da economia natural para o da economia mercantil. Mas nenhuma mudança na estrutura econômica se dera em Portugal que pudesse justificar sua assimilação a outro regime historicamente mais avançado.

Eis por que falharam, irrecusavelmente, alguns historiadores e economistas notáveis ao classificarem como capitalista o regime econômico colonial implantado no continente americano.

A extraordinária expansão do comércio marítimo e, como sua decorrência, o enorme incremento da economia mercantil no seio do Portugal feudal do século 16 levaram o Sr. Roberto Simonsen a perfilhar tão grave

equivoco e a introduzir na historiografia brasileira a tese que influenciou numerosos setores de nossa intelectualidade:

“Na verdade, afirmou Simonsen, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista.” [1]

E partiu daí para as seguintes conclusões:

“Não nos parece razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal do sistema dos donatários, chegando alguns a classificá-lo como um retrocesso em relação às conquistas políticas da época. Portugal, desejando ocupar e colonizar a nova terra e não tendo recursos para fazê-lo à custa do erário real, outorgou, para isso, grandes concessões a nobres e fidalgos, alguns deles ricos proprietários, e outros já experimentados nas expedições das Índias. (...) Sob o ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empreendimento colonial, não me parece razoável a assimilação desse sistema ao feudalismo.”

Como se vê, Simonsen não se contentara em negar o caráter feudal do regime econômico implantado no Brasil colônia. Indo mais além, deu por extinto, já no começo do século 16, o feudalismo em Portugal.

No entanto, os argumentos aduzidos pelo eminente historiador são insuficientes para a comprovação de sua tese. A imagem por ele tracejada do Portugal quinhentista revela uma sociedade onde a produção comercial havia alcançado devido nível de evolução, onde as trocas monetárias tinham atingido apreciável desenvolvimento e onde era copioso o capital-dinheiro, condições essas peculiares, em proporções crescentes, a toda a longa história vivida pela economia mercantil, desde os primórdios da civilização. [2]

Não bastaria a presença de tais categorias econômicas, por maiores que fossem sua amplitude e significação na época, para caracterizar como capitalista o regime econômico de Portugal. Se tomássemos como ponto de referência para definir e classificar os regimes econômicos os fenômenos inerentes à circulação, acabaríamos por aceitar a absurda igualdade entre todos os sistemas sociais pelos quais passou a humanidade, a contar do momento em que abandonou a vida primitiva. Não teríamos, pois, como esdistingão entre os períodos correspondentes à escravidão, ao feudalismo e ao capitalismo, uma vez que, em todos esses regimes, com maior ou menor grau, o sistema mercantil está presente.

Acertara o Sr. Roberto Simonsen ao afirmar que “*não deixa de ser básico em qualquer empreendimento colonial*” o ponto de vista econômico. Entretanto, é certo que o ponto de vista econômico fornece a base para interpretação do colonialismo: o que é que é básico para a classificação de um regime econômico?

O básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo pelo qual, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo pelo qual os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens.

No Portugal quinhentista, a principal fonte de produção de bens materiais era a agricultura, embora, como talvez sucedesse, fosse já superior à dos senhores de terras a parcela da riqueza acumulada nas aventuras marítimas pela burguesia comercial que emergia da sociedade como uma classe de forte potencial econômico.

Essa classe repartia com a realeza o poder do Estado há mais de um século, mas não ocupava ali uma posição dominante e não dispunha de forças suficientes para destruir a ordem de produção vigente, que continuava a ser a ordem feudal.

Tal estado de coisas não era exclusivo da sociedade peninsular, onde, se por um lado, o capital-dinheiro abundava, por outro lado, a tradição exercia, como em nenhuma outra parte, o seu papel de “grandes forças retardadoras” de “*vis inertiae* da história”.

Em toda a Europa, a altura do descobrimento ainda não alcançara sua etapa final e decisiva e não se colocara na ordem do dia a derrubada da ordem feudal, que demorou nada menos de três centúrias.

“*A longa luta da burguesia contra o feudalismo*”, disse Engels, “*foi marcada por três grandes e decisivas batalhas*”. A primeira foi a Reforma Protestante na Alemanha (“*Ao grito de guerra de Lutero contra a Igreja, responderam duas insurreições políticas: a insurreição da pequena nobreza dirigida por Franz de Sickingen [1523] e a grande guerra dos Camponeses [1525].*”) A segunda foi a explosão do calvinismo na Inglaterra (1648). A terceira, a Revolução Francesa (1789), em que foram travadas todas as suas batalhas no terreno político, sem as anteriores roupagens religiosas, e da qual resultou, pela primeira vez, a destruição de uma das classes combatentes, a aristocracia, e o completo triunfo da outra, a burguesia. [3]

A ordem feudal vigente na sociedade portuguesa de 1500 tinha sua base interna no monopólio territorial. E como a terra era, então, indiscutivelmente, o principal e mais importante dos meios de produção, a classe que possuía sobre ela o domínio absoluto estava habilitada a sobrepor às demais classes o seu poderio, por todos os meios de coação econômica, e, notadamente, de coação extraeconômica.

Quando a Metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante do além-mar. E o fez cônica de que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos “homens de calidades” da confiança, de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados.

E assim aconteceu. O monopólio feudal da terra impôs soluções específicas para os problemas que teve de vencer sem, contudo, perder as características essenciais da formação social que tomara por modelo.

O feudalismo clássico havia dado um passo à frente sobre o regime econômico que o antecedeu, com a transformação do escravo em servo da gleba e obteve deste, à custa do estímulo proporcionado por sua condição mais livre, uma produtividade no trabalho bastante superior.

Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão de obra. Teve, ainda, de dar outros passos atrás em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. Mas, em compensação, pode desenvolver o caráter comercial de sua produção não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial. E, com o açúcar, vinculou-se profundamente à manufatura.

Nenhuma dessas alterações às quais precisou amoldar-se o latifúndio colonial foi bastante para diluir o seu caráter feudal. Muito frequentemente, as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou a lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho. Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal.

Fruto dessa estrutura, o sistema de plantação, que vários economistas e historiadores pretendem apontar como uma unidade econômica do tipo capitalista, constituiu, de fato, e sem qualquer dúvida, a expressão realizada do feudalismo colonial. O que o poderia configurar como “capitalista”? O caráter comercial da produção? Certas formas atípicas de salariado?

Mas, como já tivemos ocasião de ver, o caráter comercial da produção não é uma característica do capitalismo, mas do mercantilismo.

“O estágio da produção mercantil” – escreveu Engels – *“com o qual começa a civilização, distingue-se, do ponto de vista econômico pela introdução: 1ª) da moeda metálica e com ela o capital-dinheiro, o empréstimo, o juro e a usura; 2ª) dos mercados, como classe intermediária entre os produtores; 3ª) da propriedade territorial e da hipoteca; e 4ª) do trabalho escravo como forma dominante da produção.”* [4]

Data de 7 mil anos o reinado do mercantilismo. Em toda essa longa existência, os germes do capitalismo, na acepção moderna e científica deste, buscavam as condições necessárias para a sua concretização histórica, que só se tornou plenamente possível com o advento da revolução industrial. A passagem do feudalismo para o capitalismo verificou-se quando, a todas as condições acumuladas gradualmente, veio a ser acrescentada aquela que possibilitou o salto qualitativo: o fim da coação feudal, da coação extraeconômica sobre o trabalhador para que ele pudesse vender livremente sua força de trabalho, como assalariado, ao capitalista.

É claro que o momento em que se efetivou esse salto de qualidade se entende ser aquele em que as formas capitalistas de produção deixaram de ser exceções na sociedade em causa e passaram a constituir a regra.

Antes que isso se desse, as formas capitalistas de produção foram se tornando, gradualmente, menos raras, até se transformarem em formas predominantes. O caráter comercial da produção e as ocorrências esporádicas do salário coexistiram com a escravidão e com o feudalismo, mas somente adquiriram sua plenitude com o modo de produção capitalista, ou seja, com o capitalismo industrial.

No sistema de plantação, como, aliás, no conjunto da economia pré-capitalista do Brasil colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção.

O fato de se destinarem ao mercado exterior, sob o controle da metrópole, os produtos obtidos por esse mesmo sistema, só contribuiu para juntar àquele um novo elemento: a condição colonial.

NOTAS:

1. SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. Editora Nacional, 1937, pp. 124 e ss.

2. A tese de Simonsen sofreu judiciosas refutações da parte de vários pesquisadores de nosso passado. O Sr. Nestor Duarte respondendo aos argumentos manejados pelo autor da *História Econômica do Brasil*, demonstra exaustivamente que as características feudais não apenas estão presentes no período inicial da colonização de nosso país, como se fixaram ao longo dos séculos seguintes. *“O sistema*

dos donatários nos transmitiu o estilo e a forma de uma ocupação do solo que é uma das constantes de nossa sociedade e a própria condição de seus lindes territoriais que ainda hoje perduram na configuração de muitos dos nossos Estados federados. (...) Donatários, donos de sesmarias, senhores de engenhos e de fazenda e de currais, embora só os primeiros detivessem, por outorga legítima, a jurisdição civil e a governança, continuaram a desenvolver longe e indiferentes, ou refratários a um poder do Estado tão distante, a índole feudal ou feudalizante da sociedade” (A Ordem Privada e a Organização Política Nacional, Editora Nacional, 1939, pp. 43 e ss). Revela visão igualmente esclarecida do problema, o Sr. Alberto Ribeiro Lamego: “Roberto Simonsen opina que não o feudalismo, mas sim o capitalismo caracterizam o sistema de donatários no Brasil desde os tempos mais remotos. Do ponto de vista financeiro, pode ser correto. Considerando-o, porém, integralmente, com toda a sua complexidade de repercussões sociais, mormente as compressivas do pequeno proprietário que se proletariza e a crescente contração do capital em meia dúzia de mãos afortunadas ante a grande massa pauperizada, o verdadeiro capitalismo é um fenômeno que, particularmente em Campos, só penetra em nossa civilização local com o advento dos engenhos a vapor, e só atinge mesmo em cheio a indústria açucareira com a elasticidade artificial do crédito bancário durante a Grande Guerra” (O Homem e o Breio, Rio, 1945, p. 107.) Néelson Werneck Sodré, que em trabalhos anteriores admitira a tese do “capitalismo colonial” para classificar o regime econômico da América Portuguesa (As Classes Sociais no Brasil, pp. 26 e 27), reformulou seu ponto de vista, aduzindo com admirável lucidez argumentos irrefutáveis para comprovar a existência das características feudais da economia e da sociedade do Brasil colônia, em seu magnífico livro *Formação Histórica do Brasil* (Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1963, pp. 27 e SS).

3. ENGELS, Friedrich. *O Materialismo Histórico*. Londres, abril de 1892.

4. ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, cap. 9.

Projeto de teses sobre a situação nacional

Liga Comunista Internacionalista

(Texto discutido e aprovado na Primeira Conferência da Liga Comunista Internacionalista em 6 de maio de 1933)

A análise marxista da estrutura social capitalista parte de seu caráter sistemático à expansão, como regime econômico, da sua tendência imanente para ultrapassar os limites do Estado nacional. O marxismo chega, assim, à consideração de uma unidade dialética mais alta – a economia mundial – causa e efeito no desenvolvimento das forças produtivas, em escala mundial, e que não é a simples soma das economias nacionais isoladas. Por isso mesmo, a luta de classes se desenvolve no plano internacional não como repercussão da luta travada entre cada proletariado contra a sua burguesia nacional, mas reflete, no quadro nacional, o caráter concreto da etapa alcançada pelo desenvolvimento da economia mundial. Em suma, pelo grau atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, considerado o conjunto do mundo capitalista.

O imperialismo, última fase do capitalismo, caracteriza-se politicamente na fórmula leninista como uma época de guerras e revoluções que conduz à revolução socialista pela instauração da ditadura do proletariado. Os epígonos que hoje dirigem a III Internacional pretendem impor ao desenvolvimento da revolução o programa eclético da escola staline-bukhariniana – fórmula de transação entre o centro e a direita do Partido Comunista russo – isto é, o interesse particular de conservação do aparelho burocrático, já separado dos interesses imediatos das massas, e a expressão política dos interesses das classes inimigas da ditadura do proletariado. A pressão dessas classes não chega a se condensar numa instituição política definida, somente na medida em que o proletariado detém as principais alavancas do comando do Estado Soviético (indústria socializada, monopólio do comércio exterior, Exército Vermelho). O programa aprovado pelo 6º Congresso da I. C. [Internacional Comunista], realizado depois da indispensável amputação da ala marxista do Partido, a oposição de esquerda, deu forma teórica à reação contra as tradições revolucionárias internacionalistas do bolchevismo, servindo-se a direção da I. C. de duas armas principais: a teoria da construção do socialismo num só país [1], e o combate à teoria “herética”, dita “trotskista”, da revolução permanente.

Definida, em termos concretos, toda revolução é uma luta pelo poder. As classes agem nessa luta por meio de instituições políticas determinadas pela situação histórica. A correlação das classes é que, em última análise, determina as formas políticas da luta.

Pode-se considerar como etapa característica do desenvolvimento histórico da luta do proletariado contra a burguesia, no século 19, a fundação da Liga dos Comunistas, pelo caráter programático definitivo do *Manifesto* [Comunista] de Marx e Engels. Mas só depois das revoluções de 1848, onde se manifestou pela primeira vez, politicamente, a contradição entre a força expansiva do movimento proletário e a subordinação dos seus objetivos imediatos aos interesses da burguesia nacional, se tornou possível, com a fundação da I Internacional, a criação do instrumento capaz de fazer convergir toda a ação política do proletariado no sentido dos seus objetivos próprios na luta de classes.

O desenvolvimento das instituições políticas por meio das quais o proletariado age como força social independente (partidos, sindicatos, greves, manifestações de massa, as palavras de ordem, tradições revolucionárias etc.) liga-se, indissolivelmente, ao próprio desenvolvimento do capitalismo que, considerado sob este ângulo, se torna à evolução do proletariado para a ditadura (Trotsky). A dialética da história une, assim, o conjunto das condições subjetivas da revolução ao desenvolvimento objetivo do regime capitalista. Concluir, porém, dessa ligação dialética à necessidade do paralelismo entre o nível do desenvolvimento técnico de cada país e a tomada do poder pelo seu proletariado, subordinando aquele nível às condições subjetivas da

revolução, foi o erro teórico dos mencheviques, que o corroboraram com a traição de 1917. O marxismo nada tem de comum com o vulgar fatalismo econômico socialdemocrata.

O stalinismo, como doutrina política, é irmão gêmeo do menchevismo – prepara e organiza as derrotas do proletariado, estrangula a revolução com a doutrina do socialismo nacional, utopia reacionária travestida de um internacionalismo abstrato.

Assim é que o dogma centrista da subordinação da atividade dos partidos comunistas aos caracteres gerais do desenvolvimento capitalista, isto é, da subordinação da estratégia revolucionária, em cada país, a um tipo abstrato de capitalismo nacional, leva uma medida idealista aos partidos comunistas para a avaliação das forças da revolução e das suas tarefas imediata. A distinção dada pelo programa da I. C. entre países maduros e países não maduros para o socialismo nada tem de marxista [2]. Ao contrário, a revolução russa, pela qual o proletariado do mais atrasado dos grandes estados europeus conquistou a ditadura de classe antes dos países capitalistas mais adiantados, conjugada com a insurreição no campo, confirmou cabalmente a perspectiva da revolução permanente no sentido que Marx lhe dava – cada etapa revolucionária está contida em germe na etapa anterior e, por isso mesmo, o desenvolvimento da revolução não é interrompido e leva diretamente à instauração da ditadura do proletariado. A classe operária, dizia Trotski em 1906, analisando a revolução de 1905, não poderia assegurar o caráter democrático da sua ditadura se não ultrapassasse o quadro do programa democrático da revolução.

O esquema stalinista reproduz, a grandes traços, a análise menchevique das forças motrizes da revolução russa; separa mecanicamente a ditadura democrática da ditadura socialista, a revolução socialista nacional da revolução internacional. Para eles (os epígonos), diz Trotski (*A Revolução Permanente*. Ed. francesa, p. 37), a conquista do poder no quadro nacional representa, no fundo, não o ato inicial, mas sim o ato final da revolução. Em seguida, abre-se o período das reformas que vão até a sociedade socialista nacional.

No Brasil, os resultados da ação do PC não chegam a revestir-se do caráter criminoso da política stalinista na China, por exemplo, mas não é porque a direção dos burocratas da IC não se enquadre no caráter geral da política centrista. É porque as manifestações de massa da luta de classe chegaram apenas a um grau rudimentar de desenvolvimento e têm tido mais o cunho de manifestações espontâneas do movimento operário. Assim, se a fraqueza interna do movimento no seu estado quase informe e ao qual não foi dada ainda uma expressão política ponderável, pode ser explicada historicamente na medida em que essa fraqueza é função das condições objetivas do desenvolvimento capitalista enxertado numa economia colonial, esta longe de justificar a ausência de um partido revolucionário capaz de forjar, à base do marxismo revolucionário, uma vanguarda proletária para ligar-se às massas exploradas, guiando-as e dirigindo as suas lutas. Se da sua análise das forças motrizes e do exame das tarefas imediatas da Revolução no Brasil resultasse como conclusão direta a pessimista constatação de que a conquista do poder é uma perspectiva tão remota que praticamente se torna desprezível, a direção do PCB teria, ao menos, o mérito de, assinando a sua própria sentença de morte como organização revolucionária, ser lógica consigo mesma. Mas, mesmo considerando como objetos de discussão os retalhos coloridos de vermelho da colcha com que os burocratas de Montevidéu [3] cobrem própria nudez teórica, toda a atividade do PCB desenvolve-se sob o duplo signo da confusão e da esterilidade. Da política oportunista da direção Astrogildo-Brandão, com o seu Kuomintang brasileiro, o seu eleitoralismo, com sua “coluna Prestes”, da qual se diz hoje, afinal, que foi uma política “contrarrevolucionária”, à irresponsabilidade da atual direção, a teoria da “espontaneidade” da revolução é o resultado das mil e uma “análises” da situação brasileira [4]. Se o diagnóstico varia, o prognóstico não varia nunca. A medicina é infalível. O raciocínio burocrático não vai além do silogismo: o partido bolchevista fez a revolução russa – o PCB é filiado à III Internacional nucleada pelo PCR (bolchevista). Logo, nós, a direção do PCB, havemos de fazer a revolução no Brasil.

Já em 1909, Lenin zombava de certas veleidades “espontaneístas” surgidas no partido bolchevique: *“A ‘Filosofia’ dos heróis da espontaneidade reduz-se ao seguinte: uma vez que a história trabalha por nós e que o mundo capitalista caminha para o declínio; uma vez que o surto revolucionário tende para a situação revolucionária, a atmosfera revolucionária impelirá mecanicamente as massas para a influência do Partido”*. A atividade do partido traduz-se no Brasil, em traços gerais, a esperar que o desenvolvimento da crise econômica desencadeie a “revolução agrária e anti-imperialista” em consequência da qual seja instituído um “governo operário e camponês” sob a hegemonia do partido.

A passividade política é a característica geral de uma classe da sociedade capitalista: a pequena burguesia. Ainda quando um poderoso fator revolucionário determina a extensão do movimento de massas (questão agrária na Rússia czarista, libertação nacional na China e na Índia), dominando toda a vida nacional, e quando são dadas todas as condições objetivas para um grandioso desenvolvimento revolucionário, a burguesia canalizará e confiscará esse movimento, se o partido do proletariado não já tiver criado os seus quadros; educando-os politicamente, isto é, formulando audaciosamente, na base de uma análise justa, os problemas da revolução e achando as suas soluções políticas.

Mas, professando um solene desprezo pela doutrina marxista, somente ultrapassado pela sua ignorância dela, basta aos nossos “dirigentes” o empirismo demagógico de diletantes pequeno-burgueses para se julgarem condutores das massas, e o partido predestinado à hegemonia da revolução. A base proletária do partido vegeta num grau ideológico de lumpen-proletariado, não podendo ter nenhuma perspectiva revolucionária concreta.

O partido mantém um alheamento total do movimento político geral do país. Levanta-se a burguesia de São Paulo contra a ditadura? Berra a burocracia, que dias antes negara a possibilidade sequer de novos conflitos armados entre os grupos burgueses: *“ao proletariado não interessam essas briguinhas entre facções burguesas. Queremos um governo operário e camponês!”* E depois da imprecação ritual contra os “trotskistas”, conclui disparatadamente, lançando palavras de ordem para a corporação dos choferes, concitando os marinheiros a entrar em massa para o partido [5].

Assim, o partido que deve ser a vanguarda revolucionária das massas vai, pouco a pouco, se degenerando em obscura seita religiosa cuja atividade visível é colocar bandeiras vermelhas nos fios telefônicos em dias “de guarda”, e o proletariado vai se alimentando perigosamente com os restos ideológicos mastigados pela pequena burguesia messiânica e esperando, com esta, a volta de Luiz Carlos Prestes. Que alguns burocratas se contentem, com as “glórias do martírio” sistematicamente infligido pela repressão burguesa às manifestações políticas independentes do proletariado; que algumas almas compassivas julguem provado o caráter revolucionário do stalinismo pelo número de prisões e deportações sofridas pelos stalinistas. Nós raciocinamos não como impenitentes pequeno-burgueses sentimentais, mas como materialistas, como marxistas; consideramos estéril, nefasta e criminosa a atividade dos funcionários prepostos pela IC na direção do partido. Estéril a propaganda que não se baseie em nenhuma análise marxista das forças motrizes da revolução. Nefasta a agitação que não dá ao proletariado nenhuma perspectiva política para suas tarefas imediatas. Criminosa a atividade do partido, que sacrifica a vanguarda proletária aos interesses facciosos de uma casta de funcionários carreiristas.

O processo histórico fundamental do capitalismo caracterizou-se pela expropriação das camadas populares: a acumulação primitiva do capital manifestou-se pela separação violenta do trabalhador dos seus meios de trabalho. O regime capitalista desenvolveu-se à custa da dissolução da unidade econômica feudal. O desenvolvimento técnico que fez do artesão um assalariado determinou também a transformação do camponês autônomo em produtor de mercadorias, simples agricultor acorrentado ao mercado e, enfim, premido pelo capital usurário ou o físico – um simples proletário.

Mas no novo mundo deparou-se às metrópoles europeias uma contradição essencial: ao contrário da Europa, terras desocupadas ofereciam ao colono livre a possibilidade de tornar-se proprietário, isto é, de acumular para ele mesmo. Era o “câncer anticapitalista” das colônias, a resistência do estabelecimento do capital, por não haver a dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção. A burguesia nascente teve que criar artificialmente a sujeição do produtor imediato ao proprietário das condições de produção. O Estado converteu a terra livre em propriedade privada, fixando-lhe arbitrariamente o preço para impedir a transformação muito rápida do trabalhador em camponês proprietário; ou organizou a escravidão de índios e negros. *“A forma econômica específica pela qual é extorquido aos produtores imediatos o trabalho não pago determina a relação de dependência tal qual decorre imediatamente da produção e reage sobre ela. E a base da forma específica econômica ou política, de todo sistema das condições da produção”* [6]. Numa palavra, foram transportadas para as terras americanas as relações de produção capitalistas. Mas *“o fundamento oculto de toda organização social”*, isto é, a relação direta entre o proprietário dos meios de produção e o produtor imediato, não pode deixar de sofrer a influência das *“diversas condições empíricas, condições naturais, diferenças de raça etc.”*, apresentando, assim, *“infinitas variações e gradações explicáveis somente pela análise dessas circunstâncias empíricas”* [7].

Desde a sua primeira colonização, o Brasil não foi mais que uma vasta exploração rural tropical. A coroa de Portugal repartira as terras entre seus serviçais e fidalgos, e assim, sob a forma de um “feudalismo particular”, foi criado o monopólio dos grandes senhores de terra. Não houve aqui terra livre, não se conheceu aqui o colono livre, senhor dos meios de produção. O pequeno proprietário não pode se desenvolver na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro organizou-se com um rígido esquematismo de classes e repousou na exploração do braço escravo pela minoria de senhores de terra. Trabalho escravo, propriedade latifundiária, aristocracia rural, constituída aos azares do favoritismo da metrópole, na caça ao índio e do tráfico negreiro, imprimiram cunho particular à formação histórica do Brasil na América Latina, onde, em geral, a ausência da agricultura organizada acarretou a luta do colono pela terra, contra o índio e contra o monopólio da coroa espanhola. Numa sociedade assim constituída, não há lugar para um desenvolvimento ponderável da classe dos pequenos proprietários (camponeses independentes) e pode-se considerar desprezíveis historicamente a burguesia urbana e a camada de trabalhadores livres, tão insignificante é o seu papel na produção nacional. A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade. A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado

externo. As vicissitudes coloniais no Brasil nos primeiros três séculos de sua história não são mais que a repercussão das lutas das nações europeias para o predomínio do mercado mundial, até que, ao alvorecer do século 19, a incontrastada hegemonia da Inglaterra em busca de escoadouros para sua indústria fomentou os movimentos de independência nas colônias ibéricas da América Latina. Os novos Estados constituíram-se em devedores do capital britânico e ligaram-se pela dupla corrente da importação de mercadorias e de capitais ao mercado mundial. Em meio à turbulência dos vizinhos do continente, o carcomido tronco bragantino vegeou dois terços de século sob o olhar complacente da Inglaterra. O desenvolvimento autônomo da monarquia brasileira não foi senão o reflexo das condições que determinaram a hegemonia britânica no século 19. A produção colonial dirigida pelos senhores de terra foi, desde o início, dominada pela necessidade do mercado externo. Suprimido o monopólio português, em 1808, ou antes, absorvido pelo predomínio britânico, as condições políticas gerais do Brasil não sofreram alteração radical: a mesma fraqueza congênita da classe dirigente para constituir um governo próprio imprime um caráter fictício e caricatural à adaptação das instituições parlamentares da monarquia brasileira. As tendências descentralizadoras decorrentes do retardamento do capitalismo, um território imenso e inexplorado, tornaram-se condições de sobrevivência da monarquia burocrática e patriarcal de Pedro II, reforçando o poder pessoal do imperante. O desenvolvimento rudimentar das cidades, a ausência de indústrias, a falta de comunicações entre as províncias, a insignificância dos recursos nacionais fizeram do regime legado por condições históricas especiais um caciquismo constitucional em que o grande proprietário territorial abdicava nas mãos do poder moderador as suas próprias veleidades de dominação política. Toda a história econômica e social do Segundo Reinado não é senão a história das tentativas dos senhores da terra de adaptarem-se às condições da produção capitalista. A decadência do tráfico negreiro, os obstáculos que lhe opunha a Inglaterra, cuja expansão comercial esbarrava na economia patriarcal para a redução no preço da produção, tudo indicava a extinção do regime escravagista em breve. A lei da abolição só fez sancionar a desorganização do trabalho escravo. O desenvolvimento capitalista do Brasil tornou necessária a transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado. A “mudança de forma” de que fala Marx processou-se aqui de modo direto. A escravidão tornara-se um empecilho à libertação das forças produtivas. A instituição do mercado de trabalho livre fez-se contingência econômica e começa a introdução sistemática dos trabalhadores assalariados pela lavoura paulista. A imigração foi aqui uma empresa industrial para fornecer braços à grande cultura cafeeira. O desenvolvimento da cultura do café nas províncias do centro-sul é um desenvolvimento tipicamente capitalista. Integraram-se na fazenda de café as condições essenciais a uma grande exploração agrícola moderna, ainda com as vantagens decorrentes de um meio geográfico e histórico excepcional. Terras virgens, ausência da renda fundiária pela confusão do proprietário territorial como capitalista dono da exploração numa única pessoa, o conseqüente emprego de todo o capital da empresa no melhoramento da cultura, e, sobretudo, o estabelecimento da monocultura, forma especializada de produção que, pelo emprego simultâneo de todos os meios econômicos num objetivo único, desenvolve aceleradamente o fundo de acumulação. Geraram-se, assim, determinadas pelo gênero de exploração da terra, isto é, *“decorrentes não só do aumento da produtividade social mas também da maior produtividade natural de trabalho, ligado às condições naturais”* (Marx), todas as formas de desenvolvimento capitalista, na escala nacional: crédito, dívida pública, sistema hipotecário, comércio importador, rede ferroviária, desenvolvimento urbano etc.

A República foi uma imposição da burguesia de São Paulo, que implantou com ela a sua hegemonia na Federação. Os legalistas da Constituinte de 1891 julgavam a forma federativa capaz de conciliar as tendências centrífugas das antigas províncias com as necessidades de desenvolvimento capitalista numa unidade nacional harmônica.

Atribuída pelos historiadores burgueses aos mais variados fatores, mas sempre com o intuito apologético de idealizar o passado de rapina da classe dominante que carece de heróis legendários para sua fase de acumulação primitiva, a unidade nacional é para aqueles escritores o “grande milagre”, ora imputado à conservação da dinastia portuguesa, ora às virtudes pessoais do segundo imperador ou, ainda, à formação da aristocracia rural indígena ou à ação do exército como órgão predestinado à execução do milagre. Condicionado originariamente à posse da terra pela coroa de Portugal, e determinado por móveis econômicos sucessivos (comércio de madeiras, caça ao índio, procura de ouro), o povoamento do Brasil ofereceu desde o início, na imensidade do país, uma base precária e dispersiva à futura unidade nacional. Submetidas a uma arbitrária divisão política, zonas de produção separadas por uma diversidade quase sem par de possibilidades, a unidade nacional tinha de ser forçosamente antes função dos caracteres negativos de sua formação histórico-política, do que consequência do processo econômico centralizador. A República precisou e acelerou a diferenciação dos estados, o Sul, com a monocultura cafeeira, preparava as bases do surto industrial e foi deixando atrás as províncias do Centro-Nordeste, agrícola e pastoril, sufocadas por uma economia semifeudal. Derrotadas no mercado mundial, pela concorrência do algodão americano, hindu, egípcio e pela decadência da produção açucareira indígena, essas províncias viram deslocar-se para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, desde os últimos tempos do Império, como inelutável processo econômico, o predomínio político e, enquanto os

negociantes de escravos despovoavam os engenhos e plantações do Nordeste, Pernambuco e Bahia, nas terras altas do Sul fortificava-se para a conquista do Estado, no seu interesse exclusivo, a nova classe dirigente.

A oligarquia dos fazendeiros do café, de posse do governo central, suscitou nos estados do Norte, talhados à sua imagem e semelhança, repulsivas satrapias locais que se distinguiram, porém, pela ausência de quaisquer elementos sociais progressistas. No quadro da economia pré-capitalista, sobrevivente do feudalismo colonial, a hierarquia política dos “coronéis”, senhores de baração e cutelo, dominava pelo terror a miserável população do interior e encontrava, assim, em nome do poder central, o meio de fugir à própria decomposição. Como reflexo da preponderância dos estados mais fortes sobre os mais fracos, as representações federais destes passaram a ser delegações do poder central junto aos estados secundários, ao contrário da ficção constitucional.

A burguesia paulista pode, então, combinar os elementos de acumulação primitiva com os processos de acumulação que só *“a força concentrada e organizada da sociedade”* – o poder do Estado – permite apurar e sistematizar: a dívida pública, o sistema tributário e o protecionismo.

Mas o aparecimento das indústrias, transformando as bases econômicas mais atrasadas do Brasil, acentuou as tendências centralizadoras do Estado, na medida em que se fez mais premente a necessidade de mercados internos. O desenvolvimento capitalista cortou rente as tradições de governo municipal (Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, até a Regência), cenário onde se agitava uma pequena burguesia turbulenta e jacobina. A centralização política, vindo de passo com a economia, comprometeu e condenou, sem apelo, a formação de uma burguesia democrática. O processo de fortalecimento do poder executivo, tanto do centro quanto da província, iniciado no Império, atingiu seu auge na República. A União passou a reinar, sem contraste, sobre os interesses localistas. Por isso mesmo, o aparelho governativo central foi-se adaptando melhor aos interesses particulares da facção que o controla, isto é, foi-se processando ao mesmo tempo a tendência da burguesia de cada grande estado a unificar-se nos seus interesses gerais, dada a ausência de caráter nacional dos partidos políticos no Brasil.

Assim, o poder executivo se tornou, na sociedade brasileira, a força decisiva que permite à oligarquia partidária que o exerce uma dominação quase exclusiva. A contradição entre a centralização – processo determinado pela necessidade política – e a forma política da federação, condição histórica da unidade nacional, desenha-se nítida na base da política interna da burguesia brasileira. Como todo processo contraditório, o desenvolvimento das forças produtivas dentro do quadro do Estado brasileiro cria formas de equilíbrio instável, incapazes de resolver as próprias contradições, mas que dão o sentido geral do movimento.

Chegados ao limiar de um maior desenvolvimento capitalista, outros estados (Minas, Rio Grande do Sul, Bahia e Nordeste) são forçados a lutar por uma forma política de equilíbrio. A luta pela Presidência da República passou rapidamente do quadro das competições eleitorais plebiscitárias e conchavos entre os chefes políticos e a camarilha militar, aos pronunciamentos periódicos, ao terreno da guerra civil aberta. A hegemonia de São Paulo na Federação não pode terminar o processo centralizador do aparelho do Estado, muito embora a acumulação propriamente paulista seja a única massa ponderável de capitais nacionais. A extensão do país e a sua insignificância demográfica condenaram historicamente, na fase imperialista, qualquer veleidade de reproduzir-se na América a história da Prússia. A penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições, alterando permanentemente a estrutura econômica e política dos países coloniais e dependentes. No redemoinho imperialista, a burguesia nacional desses países não tem base estável para construir uma base social progressista.

Assim, sob a dominação da burguesia, a unidade nacional brasileira tende a esfacelar-se ao peso da contradição entre o desenvolvimento desigual do capitalismo nos estados e a forma da Federação nas condições criadas pela pressão imperialista. Essa tendência inelutável criará, doravante, permanentemente, situações de choques, conflitos, em uma palavra, de guerra civil, onde o proletariado terá a última palavra.

As formas transitórias de equilíbrio entre as diversas unidades da Federação só serão conseguidas por meio de vitórias militares, isto é, à custa de uma opressão agravada das massas trabalhadoras e das classes médias, cada vez mais, a subordinar a luta pela unidade nacional à luta pelo seu próprio predomínio particular, e ao conjunto do processo de penetração imperialista.

Isto não exclui, antes explica, a perspectiva de desagregação nacional, em função dos interesses do capital financeiro internacional. A questão da unidade nacional desloca-se cada vez mais do terreno das competições políticas da burguesia para revestir o caráter concreto de reivindicação de classe das massas trabalhadoras. Só a vitória da revolução proletária, agrupando todas as classes oprimidas, é capaz de assegurar a unidade nacional contra a dupla opressão da burguesia brasileira e da burguesia imperialista.

Se a contradição entre o processo econômico que se desenvolve desigualmente nos estados e a superestrutura federativa deve ser ponto de partida da análise geral da situação revolucionária, pois criou as condições fundamentais do movimento armado de 1930, em que Minas e Rio Grande do Sul se insurgiram contra o predomínio de São Paulo na Federação, não basta a sua consideração para caracterizar o movimento político

ulterior. Seria cair no erro da direção burocrática do PC, para quem a pressão imperialista se qualifica identificando cada um dos grupos políticos em luta com os dois grupos imperialistas, que agem como um fator externo à luta de classes no interior do país [8]. Foi justamente pela falta de perspectiva política que se caracterizou toda a atividade do partido após 1930. No esquema burocrático da luta interimperialista, estava incluída, senão explicitamente ao menos implicitamente, a expressão daquela contradição, formulada de modo empírico, é verdade, e superficial. O erro estratégico fundamental foi o de não ver que o processo de diferenciação política das classes, que decorreu do movimento de 30, reagiu, por sua vez, sobre a sua própria base social, alargando-a e preparando ocasiões para a intervenção independente do proletariado na luta partidária.

Com a derrocada do PRP, precipitado do seu fastígio pela crise da grande lavoura de café, começou uma série de ensaios tendentes à substituição do antigo aparelho partidário controlador do governo federal, por uma nova composição de forças estaduais, representando as zonas de produção, na qual o exército, em vista da ausência de partido nacional, fazia papel de fermento aglutinante. Essa substituição deu-se, evidentemente, pela ausência de partidos intermediários. O exército impôs à burguesia um regime político civil, presidência civil de Minas etc.) que não são senão a forma de compromisso entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte, compromisso válido somente na medida em que São Paulo não possa recuperar a antiga hegemonia. É claro que não se pode considerar a ação política do exército senão em função da fraqueza orgânica de parte da burguesia brasileira (Norte em geral, pequena burguesia nos centros urbanos). É justamente para compensar essa falha do seu aparelho político que a burguesia, depois de 1930, vem se extenuando em tentativas estéreis para formar um único partido nacional que seja como a coroação da “obra revolucionária”, isto é, um sistema de contrapesos que garanta a continuidade do predomínio dos estados do Sul, por uma espécie de rotatividade no exercício do poder central. Que é vã essa tentativa, mostrou-o a falência da política da ditadura na criação de apoio estável em São Paulo, fora dos antigos quadros partidários, que ressurgiram em frente única [9], mas foi para tentar recuperar o poder central, levantando a bandeira da Constituição e armando a mazorca de julho. A derrota do movimento paulista pela ditadura, que pode ainda controlar o aparelho militar em razão de ter a burguesia interesses particularistas, neutralizou a força dos interesses políticos que uniu São Paulo a Minas e ao Rio Grande do Sul. A burguesia paulista fez, assim, realçar o próprio prestígio da ditadura, que encarnou aos olhos das outras unidades da Federação a fórmula de compromisso, achada pela “revolução” de 30, contra a permanência da hegemonia de São Paulo. Vencida militarmente, a burguesia paulista tirou, porém, algumas vantagens políticas da derrota. Além de terem sido afastadas do cenário as formações partidárias que, no fundo, encarnavam o predomínio da grande lavoura do café e, por isso, mesmo representavam a forma mais pura do reacionarismo, a forma encontrada pela ditadura para conservar o controle do governo de São Paulo só podia ser uma precária ditadura militar (governo Waldomiro) [10], de caráter bonapartista, que tenta conciliar a demagogia “revolucionária” com os interesses próprios da indústria e lavoura paulistas, através de um mero controle burocrático de par com uma relativa liberdade de organização sindical do proletariado e política das classes médias na campanha eleitoral. Tanto mais aleatória é a permanência de tal regime fundado, em última análise, na força do exército. Esta não é uma corporação politicamente una. Generais-“tenentes” jogam a crista com tenentes-“generais”, numa desenfreada emulação para o mando político e as vantagens das promoções e comissões. Na atmosfera deprimente de conspiratas e quarteladas, vem se diluindo, desde 1930, manobrada pelo maquiavelismo provinciano dos políticos da ditadura, a ascensão política do exército. E se os anseios da burguesia local do Nordeste e do Norte para, elevando-se da miséria política em que jazia, participar em pé de igualdade do governo central só se objetivaram por intermédio da ditadura militar, essa coincidência ocasional de interesses é a força ponderável que prolonga a vida da ditadura. O compromisso atual entre a burguesia do Sul e o exército, ou mais precisamente a fração dos “tenentes”, será cada vez mais precária. As perspectivas do desenvolvimento político ulterior não se podem formular, porém, em termos puramente militares. O problema da correlação dessas forças, a burguesia do Norte chegada à sua maioria política por obra do tenentismo, e a burguesia constitucionalista do Sul, nucleada em torno de São Paulo, só pode ser posto e resolvido em função das forças econômicas em presença, isto é, da situação relativa dos dois blocos econômicos que agrupam as zonas de produção do Brasil. As perspectivas atuais são de melhoria de São Paulo, relativamente aos estados do Norte, de luta imediata, pois, no campo eleitoral, pela sua antiga hegemonia. A burguesia paulista espera sofregamente o seu milhão de eleitores. Paralelamente à mobilização política dentro dos quadros restritos em que a ditadura a deixa esperar, ela intriga, contemporiza, espera. Insufla na pequena burguesia uma ideologia separatista, um patriotismo paulista, organiza quase militarmente a sua frente partidária e, de passagem, suborna os delegados da ditadura com a permanência de um regime de ordem e outros argumentos mais sonantes.

Como se punha, pois, em 1930, para nós, comunistas, a questão central da participação independente do proletariado no conjunto do movimento, que ainda só se limitava a superestrutura política, pois os governos estaduais, lutando por sua hegemonia particular na Federação, faziam-no em nome do dogma constitucional da autonomia dos Estados? Pregar um rótulo imperialista, inglês ou americano, nas costas de uma das frações

burguesas em luta, como fez a direção do PC, era uma análise abstrata e inoperante politicamente, pois, se bem que justa na perspectiva geral do desenvolvimento das lutas políticas da América Latina, não decorria dela uma perspectiva de ação política imediata do próprio partido para mobilizar as massas, mobilizadas por um instante pela repercussão do movimento na infraestrutura econômica abalada até os alicerces. A agitação pelo “governo operário e camponês”, pela “revolução agrária e anti-imperialista” e outros bacamartes do arsenal stalinista caíam no vácuo. Repousava ela no equívoco de uma análise falsa das forças em presença, mas era determinada, em suma, pelas conveniências do caudilismo burocrático, que se articulava com os elementos militares, restos da Coluna Prestes (direção Astrogildo – O Tempo [11] – Miguel Costa) e tendia a esconder o partido sob as asas protetoras destes, num oportunismo típico. A situação não estava madura, raciocinava a direção, mas as massas estão se radicalizando e, como em breve perderão as suas esperanças nos “revolucionários”, virão espontaneamente ao partido pelo simples jogo das leis do Terceiro Período [12]. Ao mesmo tempo, pensavam, a crise econômica não tem saída, e os elementos militares que representam a pequena burguesia, empurrados do poder pela grande burguesia, fomentarão outras revoltas, que serão ponto de partida para a “revolução agrária e anti-imperialista”. Viu-se a que extremos pode ir a cretinice burocrática no boicote feito à palavra de ordem de Assembleia Constituinte, lançada em tempo pela Oposição de Esquerda. Mesmo que a perspectiva de um levante imediato operário e camponês estivesse a pique de realizar-se no Brasil, só uma cegueira de sectário unida à má-fé do funcionário poderia alegar que a experiência parlamentar já estava feita, que o proletariado no Brasil já estivesse servido até o fim do mecanismo democrático-burguês. Ao contrário, o que vemos é que a massa operária não fez ainda tal experiência no Brasil. O “desenvolvimento combinado” de nação que se industrializa, no quadro da economia colonial, impede a evolução das “formaneira” conveniente ao proletariado. Pode-se afirmar, também, que o PCB liquidou as suas possibilidades de força política ativa no desenvolvimento atual, pois deixou passar *tournants* decisivos sem entrar em fogo. No curso dos anos de 1848 e 1851, diz Marx, completando a observação de Engels, a sociedade francesa teve de criar de novo o seu ponto de partida revolucionário – a situação, as relações, as condições propícias à preparação de uma revolução que não fosse um simples abalo superficial, mas uma revolução social profunda.

Assim, a ausência do Partido Comunista nas situações que se sucederam nos anos 30-32 dá a chave da análise de todo o desenvolvimento político mais recente. A falta de uma estratégia consequente e de uma análise justa da situação pelo Partido do Proletariado levou o conjunto da sociedade, isto é, as relações entre as classes, ao mesmo ponto de partida.

Destas condições de ordem política, a mais fundamental – a ação independente do Partido Revolucionário do Proletariado, o Partido Comunista – só será real, isto é, o partido só se tornará, de fato, a vanguarda revolucionária das massas oprimidas, na medida em que, sob sua direção, a revolução democrática se transforme em revolução socialista.

A correlação das classes no Brasil poderia justificar o salto por cima da etapa democrática no processo revolucionário? A dispersão da população, o regime geral de grande propriedade, o proletariado rural em esmagadora maioria, a produção diversificada dependente de mercados externos, o localismo de sua economia, não estão condenando historicamente a pequena burguesia à dispersão política e a arrastar-se na cauda dos partidos da grande burguesia e, por isso mesmo, mas de dominação política da burguesia se faça nos quadros normais da democracia, isto é, as palavras de ordem democráticas transformam-se em arma na mão do Partido do Proletariado, que congrega assim as massas oprimidas numa etapa concreta e por isso mesmo inevitável. A recomposição das forças políticas da burguesia em 1930 teve de passar, inevitavelmente, por um período amorfo bem característico, aliás, em São Paulo, onde a ausência de uma política consequente do PC por um programa mínimo só fez aprofundar mais o abismo cavado entre o partido e as massas pelo aventurismo político. Entre 1930 e 1932, a política falsa do partido enterrou as possibilidades do desenvolvimento democrático de todo o movimento. Permitiu, de um lado, a florescência de ensaios de partidos intermediários (Legião Revolucionária, Partidos Socialistas) e, de outro, a sobrevivência das antigas formações partidárias da reação, que estariam por outra forma impossibilitadas de agitar contra a ditadura o estandarte desonrado da democracia burguesa. Como em 1851, Engels dizia que depois da eliminação do proletariado da cena política, seria pedir demais, com efeito, que os partidos oficiais ponham a questão (o conflito da democracia com a dominação burguesa) condenando à esterilidade o programa da democracia política? Formular assim o problema é não compreender que há etapas históricas inevitáveis, em certas condições, mas que não o são teoricamente e, ao contrário, etapas teoricamente inevitáveis podem ser reduzidas a zero, na dinâmica da evolução, justamente nas situações revolucionárias (Trotski). O característico destas, diz ainda este, aliás, desenvolvendo o pensamento marxista do *Manifesto*, é que as massas se libertam dos preconceitos da democracia política antes que as suas instituições sejam efetivamente realizadas.

O traço característico do desenvolvimento político consequente ao movimento de 30 é precisamente a solda do tenentismo com a pequena burguesia urbana em geral. O papel político reservado a esta, de instrumento de comunicação entre o proletariado e a grande burguesia, é o fundamento da experiência “socialista”

no Brasil, isto é, da conquista do proletariado para formar a base de partidos intermédios. E é justamente por não se poder suprimir no desenvolvimento histórico uma etapa concreta que o Partido Comunista, para sobreviver à própria ruína, procura opor como dique à demagogia socialista, em período eleitoral, a União Operária e Camponesa. Mas, ao tomar o disfarce, cai-lhe das mãos a bandeira da Revolução Proletária. O método homeopático não cura mais na política do que na medicina. Nas condições atuais brasileiras de estabilização política na burguesia, o dever da Oposição de Esquerda é, pois, lutar incessantemente pelas palavras de ordem democráticas, ao lado das reivindicações de classe do proletariado, para salvaguardar a posição estratégica fundamental – a união de todos os oprimidos sob a bandeira da revolução socialista.

NOTAS:

1. Em seu VI Congresso, quando a facção de Stalin se torna direção hegemônica, a Internacional Comunista, constatando uma “radicalização das massas”, toma um rumo à esquerda (políticas de “classe contra classe” e do “terceiro período”). Esse *tournant* traz embutidas concepções táticas, tais como a rigorosa negativa de aliança com a social-democracia e outras, das quais decorrem a concepção e a política do “social-fascismo” (isto é, a social-democracia era classificada como “alma gêmea” do fascismo). Tal postura teve efeitos particularmente funestos na Alemanha, onde a ascensão de Hitler ao poder foi facilitada pela concepção do “social-fascismo”. Lembrese, especificamente, do famoso “plebiscito vermelho”, quando os operários alemães chamados a escolher plebiscitariamente entre “apoiar ou negar” a instauração de uma ditadura (sem especificar de que classe) aliaram-se aos hitleristas sob inspiração e “ordem” do comitê Central do Partido Comunista. Com esse argumento, Hitler apresentou aos dirigentes do governo alemão a exigência de ser nomeado primeiro-ministro. A seguir, no texto, várias decisões referendadas no VI Congresso e sua aplicação no Brasil, em particular a do “socialismo num só país”, são discutidas.
2. No programa aprovado no VI Congresso da Internacional Comunista (1928), os países são divididos em quatro grupos com relação à sua “maturidade para a revolução”: países de capitalismo de tipo superior; de nível médio de desenvolvimento de capitalismo; coloniais e semicoloniais e dependentes (entre os quais estava o Brasil e para os quais a “transição à ditadura do proletariado é possível, como regra geral, somente através de uma série de etapas preparatórias, como resultado de todo um período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista”); e os países mais atrasados.
3. Montevidéu era a sede do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista que, naquele período, detinha forte controle sobre as orientações do PCB.
4. Com o predomínio das concepções “obreiristas”, o PCB, em 1932, fazia uma avaliação de que havia condições para o desencadeamento de uma insurreição armada, e que tais condições estavam dadas pelo fato de as massas serem “revolucionárias por natureza”. É conhecido o episódio citado por Leôncio Basbaum, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1932, quando o PCB chega à conclusão de que não era preciso fazer nem agitação, nem propaganda, dada a natural disposição revolucionária das massas.
5. Foi esta a interpretação do PCB a respeito do movimento “constitucionalista” de São Paulo, em julho de 1932.
6. O PCB identificava a burguesia industrial, os grandes proprietários de terras, como produtora de café, e parte da burguesia rural dos Estados com o imperialismo americano e os proprietários dos latifúndios de café, os banqueiros, os industriais e grandes comerciantes ligados ao café eram assimilados ao imperialismo inglês.
7. Em 16 de fevereiro de 1932, foi constituída, com o objetivo de “reconstitucionalizar o Brasil e de restituir a São Paulo a autonomia perdida”, a Frente Única Paulista, composta pelos antigos inimigos Partido Democrático e Partido Republicano Paulista.
8. Waldomiro Castilho de Lima (1873-1938): militar. Durante o movimento armado de outubro de 1930, comandou as tropas rebeldes no sul do país. Em 1932, ao lado das forças legalistas, combateu a “rebelião constitucionalista” paulista, tendo sido nomeado interventor de São Paulo logo após a vitória contra os “constitucionalistas”, em outubro de 1932. Permaneceu no cargo até julho de 1933, quando assumiu funções no Exército.
9. Criado em 30 de dezembro de 1930, *O Tempo* teve como seu principal diretor Rafael Correia de Oliveira (1896-1958). Órgão divulgador da Legião Revolucionária de São Paulo, atacava o Partido Democrático e buscava a adesão dos trabalhadores, obtendo por isso o apoio do PCB. Com o progressivo esvaziamento da Legião Revolucionária, o mesmo se dá com *O Tempo*, que foi sucedido pelo *Correio da Tarde*, que acabou sendo empastelado em maio de 1932.
10. Em 1928, a IC proclamou o “terceiro período”, o período final do capitalismo, sendo o primeiro (1917-1924) o de crise do capitalismo e ascenso revolucionário, e o segundo (1925-1928) o de estabilização do capitalismo.
11. A Legião Revolucionária de São Paulo foi criada logo após o movimento de outubro de 1930, por Miguel Costa para defender a “continuidade da ação revolucionária” e chegou a obter significativa adesão de massa. Em seu manifesto-programa, redigido por Plínio Salgado (1895-1975) – que em 7 de outubro de 1932 fundou o partido fascista Ação Integralista Brasileira –, defendia-se um Estado forte, que regulasse a vida do país em todos os seus aspectos. Muito criticada, esvazia-se, transformando-se no Partido Popular Paulista, extinto em fins de 1932. Neste período, surgem vários partidos socialistas, destacando-se entre eles o Partido Socialista Brasileiro (1932-1937), no Rio de Janeiro, e o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (1932-1937), que apresentam em comum o fato de se terem constituído por influência de militares tenentistas.
12. Para as eleições de maio de 1933 à Assembleia Constituinte, tendo seu registro legal negado, o PCB lança seus candidatos pela já registrada legenda da União Operária e Camponesa, que foi fundada no Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1933, com o objetivo de defender medidas políticas, econômicas e sociais em favor dos trabalhadores urbanos e rurais.

Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo

Clóvis Moura

(IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas – SP. O presente texto é a comunicação que o autor apresentou no 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado na cidade do Panamá, entre os dias 17 e 21 de março de 1980.)

Estamos na década do centenário da abolição da escravidão negra no Brasil. O fato histórico-social mais importante para a formação brasileira – quase quatrocentos anos de escravidão colonial – parece, no entanto, que não sensibiliza ou estimula os nossos cientistas sociais, mais voltados para assuntos tópicos, centrados em fatos e processos secundários, fugindo, assim, de analisar mais profundamente o modo de produção escravista, como ele se manifestou no Brasil e as muitas (e profundas) aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que deixou na nossa sociedade atual.

Para nós, porém, não estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção e, finalmente, a alienação total da pessoa humana – explorados e exploradores – é descartar ou escamotear o fundamental.

Montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como coisa, e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade; a sua re-humanização só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação consequente como escravo. Por outro lado, o branco senhor de escravos era o homem sem *devir* porque não desejava a mudança em nenhum dos níveis da sociedade. Completamente obturado pelo sistema fechado, o senhor de escravos é o exemplo do homem alienado. E, por isto mesmo, os quatrocentos anos de escravidão foram definitivos na plasmação do *ethos* do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contravalores, o escravidão, ainda hoje, é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma *práxis* social coerente.

Na sua moldura básica, aflorou uma série de movimentos projetivos contestatórios e/ou reivindicatórios, uns mais radicais, outros estrutural e ideologicamente mais limitados, porém todos tendo como referencial básico o trabalho escravo, o modo de produção escravista: a necessidade da sua permanência ou substituição. Estratificada a sociedade escravista brasileira, todos os movimentos de mudança social tinham de partir da análise do conteúdo das relações entre escravos e senhores e da possibilidade e/ou necessidade da sua substituição por outro regime de trabalho.

É evidente que quando se fala em escravidão, por concomitância pensa-se e fala-se do Negro no Brasil.

As modernas pesquisas sobre o Negro (salvam-se algumas evidentemente) fazem, no entanto, simples levantamentos empíricos, quantitativos, os graus de preconceito racial, marginalização, prostituição e criminalidade existentes na comunidade negra. A sociedade de modelo de capitalismo dependente que substituiu a de escravidão colonial consegue apresentar o problema do Negro no Brasil sem ligá-lo, ou ligá-lo insuficientemente, às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista. O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao mesmo tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o negro, procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, a-histórico.

Porque situá-lo historicamente é vê-lo como agente coletivo dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil. É, por outro lado, revalorizar a República de Palmares, único acontecimento político que conseguiu por um tempo a economia e a estrutura militar colonial; é valorizar convenientemente as lideranças negras de movimentos como as revoltas baianas de 1807 a 1844. É destacar como de personagens históricos os nomes de Pacífico Licutã, Elesbão Dandaró, Luís Sanin, Luisa Main e muitos outros. É estudá-lo no âmbito da revolta dos Alfaiates de 1798, na Bahia. É, finalmente, mostrar o lado dinâmico da escravidão no Brasil, ou seja, o chamado lado negativo: as insurreições, os quilombos e demais movimentos dinâmico/radicais havidos durante aquele período.

Esta revalorização do passado histórico do Negro no sistema escravista mostrará a sua participação em movimentos que determinaram as principais mudanças sociais no Brasil, mas, ao mesmo tempo, demonstrará o seu isolamento político constante após essa participação, isolamento criado taticamente pelos centros deliberantes que surgiram através dessas reformas e mudanças. O Negro, durante a escravidão, lutou como escravo por objetivos próprios. Mas lutou, também, em movimentos organizados por outros segmentos sociais e políticos. A sua condição de escravo, porém, levava a que – mesmo nesses movimentos – ele não fosse aproveitado politicamente. Após a abolição, o mesmo acontece. O Negro, ex-escravo, é acionado em movimentos

de mudança social e política, participa desses movimentos, mas é preterido, alijado pelas suas lideranças após a vitória dos mesmos.

Não podemos ver, por isso, como certos marxistas de cátedra, o problema do Negro brasileiro como simples problema de classes, embora esteja incluído nele e seja um dos seus aspectos mais importantes e pouco estudados. E simplificar – dentro de categorias muito gerais – um problema bastante mais complexo. Partindo esses estudiosos da ideia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século 19, são incapazes de um mínimo de imaginação sociológica ao tratarem do problema atual do Negro no Brasil.

Numa sociedade assimétrica e contraditória como a brasileira, no entanto, alguns que negam a existência de um problema específico do Negro no Brasil, acham que o Negro é elemento cujos movimentos fogem ao simétrico e, por isso, são separatistas, desagregadores e procuram desunir e separar o que se devia unir: o proletariado.

Olhando o negro brasileiro sem ter estudado o seu comportamento no passado, a não ser através de uma ótica acadêmica e eurocêntrica, esses marxistas universitários mitificam grande parte da nossa história social, desvalorizam fatos como Palmares e a constante insurreição negra, supervalorizam alguns fatos secundários, tudo determinado pela necessidade de comprovar os seus esquemas metodológicos. Como dissemos, o problema da escravidão que perdurou nacionalmente durante praticamente quatro séculos tem menos importância para eles do que o surto migratório que veio após 1888 e formou uma população livre superposta à negra, numa sociedade que ainda tinha – como tem até hoje – na sua estrutura, gravada fortemente, grande parte dos elementos negativos do escravismo.

Do ponto de vista das estruturas de poder, no entanto, o que se queria era apagar a mancha. Ruy Barbosa manda queimar os arquivos, e o governo entra em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca. Entra, então, em funcionalidade a ideologia do branqueamento, que nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise.

O colonizador luso estabeleceu no Brasil um mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro através de uma verbalização democrática. Isso levou a que grandes segmentos negros, tendo introjetado esta ideologia do colonizador, procurasse passar por brancos, ou, pelo menos, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado o branco. Esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões brancos.

Assim como a escravidão horizontalizou o negro escravo, somente re-humanizando-o através da revolta, da *praxis* revolucionária, as estruturas de poder, após o 13 de maio, querem esvaziar o Negro como ser, situando-o como inferior biológica, estética e culturalmente. Ele também somente se reidentifica em movimentos de protesto nos quais reencontra o seu passado étnico e cultural e se situa novamente como ser. Os movimentos negros atuais têm contra si, por isso mesmo, a ideologia do branqueamento, que é subjacente em nossa sociedade, além de outras cargas de etnocentrismos que atingem também esses marxistas de cátedra.

As estruturas de poder, herdeiras da ideologia do colonizador, acham que deve haver uma perspectiva funcionalista em relação ao problema Branco x Negro no Brasil, isto é, uma divisão de funções sociais na qual o elemento cor negra deveria ser pacificamente aceito como inferiorizador, mas, ao mesmo tempo, o Negro seria colocado em pé de igualdade com o Branco em serviços para os quais o Branco não se mostraria motivado e interessado por serem considerados como atividades inferiores.

Esta divisão social do trabalho que correspondeu, na colônia, em determinado período, a uma divisão racial do trabalho, por força da mão de obra escrava ser praticada pelos negros – divisão compulsória portanto – agora é acionada no contexto competitivo, reservando-se para o Negro apenas aquilo que o Branco, por uma série de razões, descarta ou despreza.

Esta divisão social do trabalho no Brasil, transformada em ideologia considerada democrática pelos interesses do colonizador, inicialmente, e das classes dominantes brasileiras atuais por herança, ciclicamente aproveitada e dinamizada, introjetou-se, de certa forma, na consciência do colonizado, do oprimido, transformando-o, muitas vezes, em reflexo passivo dessa ideologia. Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do Negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial e que é um elemento desarticulador da consciência do Negro brasileiro. A chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro.

A sociedade competitiva que substituiu a escravista favoreceu essa ideologia e fez com que algumas organizações negras procurassem assimilar certas normas de comportamento brancas para não serem perseguidas em face de uma eventual radicalização dos seus propósitos. Criou-se, assim, um pacto entre a ideologia do colonizador e a do colonizado.

A colonização no Brasil, feita por uma nação pobre e já decadente, tendo de enfrentar a realidade dessa colonização (mais de 50% dos seus habitantes eram negros) procurou estabelecer uma nova política de relações inter-raciais na qual haveria sempre a possibilidade de um branqueamento hipotético em nível individual (nunca massivo ou grupal) para alguns elementos do segmento negro.

Essa política, aparentemente democrática do colonizador, verá os seus primeiros frutos mais visíveis com o aparecimento de uma imprensa mulata no Rio de Janeiro. Ela surgirá entre 1833 a 1867, aproximadamente, e terá caráter nacionalista, de um lado, porém não incorporando à sua mensagem ideológica a libertação dos escravos. Lutavam, também, contra a discriminação racial, mas na medida em que eles eram atingidos na dinâmica da disputa de cargos políticos ou burocráticos. “*Esses jornais*” – escreve uma historiadora – “*redigidos e impressos geralmente por mulatos, adotaram títulos identificadores como O Mulato ou O Homem de Cor, O Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho, O Meia Cara e quem sabe, outros mais, cujos exemplares não foram conservados e que poderiam nos ter fornecido valiosos elementos para novas abordagens no estudo das relações entre pretos e mulatos no Brasil. O cunho nacionalista desses jornais é claramente manifesto, e a linha política extremada – republicana ou exaltada, e a razão é óbvia pois eram os grupos que favoreciam reformas radicais*”. E prossegue a mesma autora: “*Com a maioria, os problemas da aceitação do grupo ‘não branco’ em termos de igualdade com o grupo branco e as dificuldades de acesso aos postos mais elevados da vida pública fizeram com que os mulatos agitassem a questão da discriminação, utilizando os jornais para tornarem conhecida toda a sua revolta. O interesse desses depoimentos está justamente na apresentação do problema tal como foi visto e sentido pelos participantes, colorido pela própria vivência da situação*” [1].

Ainda segundo a mesma autora, “*os jornais foram, então, o elemento que serviu de veículo à discussão dos problemas da população de cor, durante a Maioridade, sobretudo no ano de 1833, ligando-o ao problema do nacionalismo. Pasquins de diversas correntes levantaram a questão racial, fosse por convicção, fosse por oportunismo ou mesmo interesses político-partidários*”.

“*Desta forma, puderam também os homens de cor, livres, por meio da imprensa, ascender socialmente como profissionais, quer como técnicos, quer como intelectuais*” [2].

O que queremos registrar aqui expressamente é que esta elite negra que se intitula mulata – termo etimologicamente pejorativo – já procura dar as costas à grande massa negra que constituía a escravaria do eito e passa a reivindicar soluções de problemas que dizem respeito aos *homens livres*. Há, portanto, uma fratura no comportamento do Negro no Brasil através dessa filosofia e política da mulataria.

Essa fratura, que depois se verifica em outros níveis, poderá ser chamada de *democracia racial*? Do ponto de vista que nos interessa particularmente aqui, há uma ruptura ou pelo menos uma profunda separação entre a elite negra brasileira que se desliga da sua consciência étnica, autodenominando-se mulata, e a grande massa negro-escrava das fazendas e da mineração. Essa mesma elite que, se tivesse consciência étnica de Negro comporia suas lideranças revolucionárias, passa a lutar por reivindicações específicas, setorizando a luta do Negro escravo contra o instituto da escravidão. A elite negra que surge com esses jornais e que se qualifica como mulata já se incorpora aos elementos constitutivos da estrutura que se está cristalizando. Reivindicam, por isto, reformas para si, dentro dos padrões do sistema.

Tudo isso vai significar a desarticulação ideológica e política do segmento negro que passa a se compartilhar etnicamente, fragmentando-se ao invés de se unificar. Mais uma vez a velha política do colonizador de “dividir para governar” exerce a sua função desagregadora. O conceito de mulato passou, assim, a ser usado como uma dobradiça amortecedora capaz de fazer funcionar essa política divisionista do colonizador português.

Esse gradiente racial que se formou desarticulando o Negro somente poderá ter funcionalidade a partir de outro conceito manipulado com o mesmo fim: o da existência de uma *democracia racial* no Brasil.

O conceito de *democracia racial* torna possível criar-se a imagem de que o dinamismo da sociedade brasileira se realiza de tal forma que se os negros estão atualmente na situação em que se encontram é por culpa sua, pois as oportunidades são idênticas para uns e outros. É verdade que, ao se colocar o problema de forma extrema como o colocamos, há sempre de permeio como resposta uma verbalização democrática, liberal, que repete o velho slogan de que o que há são simples excessos que podem ser corrigidos, mas, no fundamental, já plantamos a maior democracia racial do mundo. Todos os descompassos entre a realidade e a verbalização, entre o comportamento e a sua explicação simbólica surgem do nosso passado escravista e se revitalizam na base das contradições da sociedade competitiva.

Por isso, se faz de tudo para que a escravidão seja esquecida e, quando lembrada, seja romantizada dentro dos valores que dão vigamento ao conceito de democracia racial: o da benignidade da escravidão no Brasil. Para isso, certos cientistas sociais dão uma série de *cortes* na interpretação da nossa história para que a escravidão seja minimizada ou colocada de tal forma que passe a ser uma escravidão diferente, benigna, cristã. Dando continuidade a este filão interpretativo, surge a tese do homem cordial que vem exatamente para querer provar que o *ethos* especial do brasileiro coloca-o numa posição de incompatibilidade congênita com

qualquer regime opressivo (como a escravidão e o fascismo) por ser, na sua essência, cordial. Esta visão impressionista do opressor no Brasil leva a que se tenha, em contrapartida, uma visão impressionista (alienada) do oprimido. Desta forma, ao cordial dominante soma-se a do bom escravo passivo, brincando à sombra da casa-grande, muitas vezes filhos bastardos dos senhores. No entanto, esta visão horizontal do problema poderá ser reanalisada a partir de critérios científicos.

A Sociedade escravista, na própria produção da mercadoria, tinha elementos da alienação de tal forma atuantes que criava incapacidade para o oprimido elaborar um projeto de ordenação social superior. Ficava em pensamentos tópicos e utópicos, mas sem a possibilidade de serem postos na ação transformadora global. A própria classe escrava tinha um sistema de estratificação interna, estratificação que a diferenciava a nível de *status*.

Para nós, numa primeira aproximação com o assunto e num esquema provisório e incompleto, podemos apresentar as seguintes categorias de escravos:

A) ESCRAVOS DO EITO:

1) na agropecuária; 2) em atividades extrativas (congonha, borracha, algodão etc.); 3) agricultores nos engenhos de açúcar; 4) agricultores nas fazendas de café e algodão; 5) na pecuária.

B) ESCRAVOS NA MINERAÇÃO:

a) O escravo doméstico

b) O escravo do eito

a) *Nas cidades*: 1) escravo ourives; 2) ferreiros; 3) mestres de oficinas; 4) pedreiros; 5) taverneiros; 6) carpinteiros; 7) barbeiros; 8) calafates; 9) escravas parteiras; 10) escravo correio; 11) escravo carregador em geral.

b) *O escravo no eito*: 1) escravos trabalhadores nas minas de ouro; 2) escravos extratores de diamantes.

C) ESCRAVOS DOMÉSTICOS NAS CIDADES:

1) Carregadores de liteiras; 2) caçadores; 3) mucamas; 4) amas de leite; 5) cozinheiras.

D) ESCRAVOS DE GANHO NAS CIDADES:

1) Barbeiros; 2) “médicos”; 3) vendedores ambulantes; 4) carregadores de pianos, pipas e outros objetos; 5) escravos músicos; 6) escrava prostituta “de ganho”.

E) OUTROS TIPOS DE ESCRAVOS:

1) Escravos dos “cantos”; 2) escravos soldados; 3) escravos do Estado; 4) escravos de conventos e igrejas; 5) escravos reprodutores.

Estes diversos estratos dos escravos, fortemente diversificados no processo da divisão do trabalho, se articulam e interagem internamente no espaço social escravo, procurando mobilidade social vertical e/ou horizontal. Essa mobilidade, porém, detém-se nas limitações da estrutura escravocrata, somente a ultrapassando por uma problemática alforria ou através das revoltas.

Nosso esquema, simplificado, mostra como o escravismo colonial no Brasil não era aquela *tabula rasa* de escravos à volta da casa-grande, movendo-se circularmente em volta do senhor. Devemos levar em consideração o fato de que, quantitativamente, os escravos do eito na agricultura, na pecuária e na mineração constituíam a grande maioria da população escrava. E era aí, justamente, onde o aparelho repressor se concentrava com medo das fugas ou a formação de quilombos.

Os mecanismos de repressão, por outro lado, não se limitavam ao capitão do mato, pois havia todo um esquema oficial e extraoficial de perseguição, apreçamento e devolução do escravo. A postura do escravo negro, por outro lado, variava de acordo com a posição que ele ocupava no sistema de estratificação da classe escrava. É evidente que uma mucama, um escravo doméstico, morando na casa grande e sofrendo o impacto ideológico do pensamento dominante (escravocrata) e já previamente selecionado a partir da sua compra, não tinha o mesmo potencial revolucionário de um escravo do eito nos canaviais do Nordeste, na mineração em Minas Gerais ou um escravo de ganho citadino. Seria interessante fazermos uma análise do possível comportamento do escravo a partir do esquema que apresentamos acima, porém aqui, em simples comunicação, não há espaço para isto. O certo é que as revoltas dos escravos – quilombos, insurreições e guerrilhas – tiveram dois componentes sociais básicos: a) escravos do eito, da agricultura ou da pecuária; b) os escravos das cidades, especialmente os de ganho.

As explicações que partem de uma pretensa benignidade da escravidão passando pela cordialidade inata do brasileiro, procuram setorizar, por isso mesmo, a escravidão no Brasil. Desta forma, teríamos uma escravidão patriarcal no Nordeste, uma escravidão adoçada pelo catolicismo em Minas Gerais e uma escravidão capitalista dos barões do café em São Paulo. Cada uma com nuances diferentes; todas, porém, com o mesmo *ethos* democrático e dionisíaco, capaz de fazer com que os senhores e os escravos se identificassem empaticamente nas relações primárias, especialmente através das relações sexuais entre senhor e escrava. Esses fatos adoçariam as relações escravistas no Brasil.

Tais posições ideológicas, de diversos níveis, servem apenas para criar um verniz democrático naquilo que foi a mais despótica forma de exploração do trabalho humano, pois todo o sobreproduto produzido pelo escravo era propriedade do senhor. Arredondar os ângulos agudos da escravidão no Brasil, fazê-la diferente do que ela foi no resto do mundo desde que apareceu como forma de trabalho, foi a tarefa de centenas de sociólogos, historiadores, cientistas políticos, psicólogos e demais intelectuais racionalizadores da nossa escravidão.

Desta forma, chegamos à década das comemorações do centenário da abolição sem que se tenha sequer enfrentado o assunto/problema com a coragem e honestidade científicas capazes de mostrar como o comportamento de grandes grupos e segmentos brasileiros, no nível de dominação/subordinação, ambiguidade/agressão e outras dicotomias antagônicas são ainda reflexas dos quatrocentos anos da escravidão. Há, também, profundos vestígios de relações escravistas na estrutura da nossa sociedade atual.

As diversas inconfidências, movimentos políticos contestatórios, lutas armadas ou simples confabulações teóricas podem ser analisadas pela posição que – na dinâmica da mudança social – eles assumiram diante do escravismo: contra ou a favor.

Remetido para este ângulo, pode o estudioso aquilatar a profundidade ou superficialidade desses movimentos. Um exemplo: a Confederação do Equador do Nordeste do Brasil em 1824. Após a efêmera vitória desse movimento, circularam rumores segundo os quais o governo revolucionário ia abolir a escravidão. Diante do descontentamento que a notícia causou à classe senhorial, os seus líderes se manifestaram num documento onde se vê, claramente, a ideologia liberal-escravocrata desse movimento:

“Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos, não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados, degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido que a base de toda sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido dessas duas forças opostas, deseja uma emancipação que não permita mais lavar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular, legal. O Governo não engana ninguém; o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época interessante, mas não a quer prepóstera. Patriotas: vossa propriedade ainda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagrados; o governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa” [3].

Como vemos, a maioria dos movimentos liberais esbarrava sempre com o regime escravista e não tinha forças sociais e políticas para enfrentá-lo. Somente os movimentos plebeus – como a Cabanagem e a Balaiada entre outros – tentaram a ruptura radical com a estrutura do escravismo colonial. Desta forma, podemos dizer que a posição e importância desses movimentos que queriam uma mudança social no Brasil colônia e no Império até 1888 poderá ser medida pela ótica que eles demonstraram em relação ao escravismo: contra ou a favor.

Quando insistimos no escravismo como fase decisória na formação do *ethos* do brasileiro, não subestimamos outros elementos que entraram na sua composição e participaram do seu dinamismo cultural, social, econômico e político. Desejamos, no entanto, insistir no fato de que o escravismo atuou como elemento de entrave no desenvolvimento interno do Brasil, foi a instituição que permitiu que a economia de tipo colonial pudesse chegar aos níveis de exploração a que chegou, descapitalizando, permanentemente, aqueles setores que poderiam compor uma economia de consumo interno em favor de uma economia de exportação. Os diversos surtos migratórios que vieram após a abolição formaram populações que se superpuseram ao Negro ex-escravo como elemento de trabalho qualificado numa ordem ainda semiescravista.

Daí surgiram as diversas contradições emergentes.

A primeira, inquestionavelmente a mais importante, é aquela que surgiu entre o negro recém saído da senzala, pela lei de 13 de maio de 1888, e as classes dominantes do Império, a classe senhorial insatisfeita e as estruturas de poder ainda ideologicamente escravistas.

A segunda contradição é aquela que se manifesta entre o imigrante que chega para vender a sua força de trabalho e os interesses da sociedade de modelo de capitalismo dependente que se estabelece após o

escravismo colonial. Surgem, daí, níveis de condicionamento e limitação que criarão defasagens no trabalhador vindo de fora.

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do subemprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão de obra uma economia que entrava num modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isso mesmo, necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa *franja* foi ocupada pelos negros, gerando uma contradição suplementar.

A primeira contradição é a fundamental e condiciona todas as outras.

As classes dominantes do Império, que se transformaram de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes dessas camadas de ex-escravos. Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente. As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lunpenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo, o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez nesse sentido, enquanto se vai buscar, em outros países, aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que também corresponderá ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: o branco.

O simbolismo assume, assim, nesse caso especial, um papel quase decisório na seleção do trabalhador brasileiro. O que se chamou de borra da escravidão é jogado à periferia do modelo, e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o bom é o branco. Junte-se, portanto, às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade para se poder compreender o traumatismo que o atingirá em seguida. A força desse símbolo bloqueará as possibilidades de mobilidade vertical massiva do negro que fica social e culturalmente congelado.

Formada essa sociedade poliétnica no Brasil, estabelece-se um gradiente racial simbólico, dando-se valores específicos a cada uma dessas etnias e das suas cores respectivas. Os pontos extremos são: superior = a Branco; inferior = a Negro. O Negro é colocado na base do sistema de exploração econômica e transformado no símbolo negativo desse tipo de sociedade.

A força desse símbolo, transformado em ideal-tipo, vem, portanto, bloquear, traumáticamente, as possibilidades do Negro, já por si insuficientes em face das limitações estruturais do modelo de capitalismo dependente. A eficiência do símbolo reforça-se no caso: de um lado há, a refuncionalização de toda a simbologia da escravidão; e, de outro, criam-se novos estereótipos para impedir que o negro entre, em pé de igualdade, no mercado de trabalho competindo com outras etnias. Tudo isso para que o símbolo imposto pelo colonizador e reformulado pelas classes dominantes capitalistas continue como sendo representativo do homem brasileiro.

Essas sociedades poliétnicas, como a brasileira, de capitalismo dependente, são altamente competitivas nos seus polos dinâmicos e altamente marginalizadas nas suas grandes áreas gangrenadas. Ao mesmo tempo, recebem o impacto estrangulador do imperialismo e são por ele condicionadas. Desta forma, as sociedades como a brasileira tiveram a sua trajetória histórica assinalada pela formação de dois modelos básicos que se sucederam diacronicamente: o escravista, dominado pelo sistema colonialista, e o capitalismo dependente, dominado pelo sistema imperialista.

Daí o modelo do homem ser atingido por esta alienação. Foge-se do homem concreto para o homem abstrato imposto pelo colonizador: o branco. Em outras palavras: cria-se uma subjacência racista nessas sociedades. No Brasil, o ponto central contra o qual o preconceito – reflexo dessa alienação – se volta é o Negro, o ex-escravo. O preconceito de cor, ou melhor, o racismo eufemístico do brasileiro, tem, assim, raízes na forma como ele foi colonizado e, posteriormente, dominado pelo imperialismo. Não é um fato fortuito, epifenomênico, mas faz parte desta realidade econômica, política, ideológica e cultural.

Resumindo o que dissemos acima: o Brasil, na sua formação histórico-social, construiu dois modelos de sociedade: o escravista colonial, subordinado à economia colonialista e o capitalismo dependente subordinado ao imperialismo.

Para que se desse, se imprimisse dinâmica à formação desses dois modelos, houve necessidade de importação de etnias diversas, formando-se uma sociedade de população poliétnica, altamente competitiva nas suas áreas dinâmicas, primeiro escravas, depois marginais que se encontravam comprimidas na franja do sistema, sem possibilidades de chegar ao seu centro.

Entre o colonialismo e o imperialismo, desenvolveu-se o processo de subordinação estrutural dos dois modelos que foram criados.

Por tudo isso, podemos concluir que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou fundos vestígios nas relações de produção da sociedade brasileira. Tais vestígios, tais traços não são, porém, elementos mortos. O modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista deles se aproveitou e faz deles uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida.

Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante.

NOTAS:

1. CASTRO, Jeanne Berrance de. *A imprensa mulata*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 2 de novembro de 1968, suplemento.

2. *Op. cit.*

3. Documento transcrito por Joaquim Nabuco. In: NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo-Rio, 1938, p. 51.

Modo de produção colonial

Jacob Gorender

(Zezoca)

O mito da democracia racial

Wilson H. Silva

(Wilson trechos)

BLOCO C – Revolução Permanente e as visões clássicas sobre a Revolução Brasileira

A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes

Secretariado Nacional do PCB
(M. Camboa, M. e L. Lyon, 1936)

Apresentação

Antes do VI congresso da Internacional (1928), a política do PCB no Brasil reproduzia de forma mecânica a política da Internacional para a China. Assim, o PCB impulsionou a construção de um “Kuomintang brasileiro”, buscando uma aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo. A tentativa de construção desta frente resultou na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). No entanto, a ANL nunca teve setores burgueses com algum peso real, limitando-se a uma influência nos setores médios, em particular da baixa oficialidade do exército.

Depois do VI Congresso, o stalinismo ordena o giro à esquerda no interior da URSS com o fim da NEP e a coletivização forçada das terras, assassinando milhões de camponeses. E a Internacional acompanha este “giro à esquerda”, conhecido como a política do “Terceiro Período”, que vai caracterizar a social democracia alemã como “social-fascista”, negando a Frente Única para derrotar o nazismo.

No Brasil, esta política vai se refletir na negativa de levantar toda e qualquer palavra de ordem democrática durante os acontecimentos de 1930. Em 1935, Stalin já havia abandonado a política do “terceiro período”, mas ainda não havia votado oficialmente a política de Frente Popular, ainda que, na França, já aplicava a aliança com a burguesia. Os reflexos retardatários desta política ultraesquerdista e a nova política de Frente Popular levam o PC a organizar um levante armado no Brasil em 35, baseado na influência de Prestes no exército. O golpe não tem o objetivo de construir um governo operário, mas um governo da ANL. O “levante armado” é massacrado porque os trabalhadores não acompanham esta ação e serve de pretexto a Getúlio Vargas para dar um “golpe dentro do golpe”, chamado Estado Novo de 1937, atacando a organização independente do movimento operário brasileiro, prendendo e assassinando centenas de trabalhadores, intervindo nos sindicatos e destruindo a organização independente dos trabalhadores.

O VII Congresso da Internacional muda radicalmente a política do “Terceiro Período” e determina aos PCs em todo o mundo que fossem construídas alianças com a burguesia, as Frentes Populares.

Assim, depois do período de ultraesquerda, vem a política da Frente Popular, a aliança com os setores burgueses contrários ao nazismo. Assim, o documento do PCB abaixo, “As forças motrizes...”, determina uma virada na política do PCB. A partir de então, esta será a política do PCB no Brasil.

Secretariado Nacional do PCB [1]

* * *

Aos CR, CL e células do PCB

Introdução

O discurso antidemocrático de A. Sales teve o efeito de esclarecer a situação. É perfeitamente evidente o recuo parcial de Getúlio que [ilegível] e afasta temporariamente o perigo de uma solução da sucessão presidencial no terreno das armas.

O BP do PCB reuniu-se para discutir as modificações da situação política e para fazer um balanço das atividades e na aplicação da linha traçada em sua reunião de abril, em que resolveu centralmente retirar as palavras de ordem “Todo poder à ANL” e “Governo Popular Nacional Revolucionário com Prestes à frente” e intensificar os esforços para reorganizar as forças democratas dentro da luta para a mobilização de todas as forças antigetulistas em torno de um programa de anistia ampla e restabelecimento das franquias constitucionais.

Colocando como ponto central a luta contra o integralismo e Getúlio, obtivemos sem dúvida grandes êxitos. Não podemos deixar de reconhecer a importância da campanha contra o integralismo e contra Getúlio, um dos seus maiores esteios, que faz com que, às vésperas da sucessão presidencial, vários políticos se digam democratas para serem agradáveis à massa. Conquistamos, dessa forma, uma valiosa experiência do trabalho de massas sob estado de guerra, que devemos aproveitar em todos os setores de nossa atividade. Porém a nova experiência adquirida nos permite ver claramente que é necessário aprofundar a análise e a autocrítica da

linha seguida de há muito para melhor esclarecer o Partido e corrigir os erros de esquerda que ainda se fazem notar em nosso trabalho e nos recentes materiais.

* * *

1. O nosso trabalho da ANL – A própria experiência nos aponta as falhas esquerdistas cometidas no trabalho da ANL. Em geral, fomos sectários porque não compreendemos que esta organização de frente nacional unificada devia ser o bloco de classes que devem ser mobilizadas contra o inimigo número um do povo brasileiro: o imperialismo. Tampouco ficou esclarecido que à ANL cabia dirigir as lutas anti-imperialistas.

É também necessário frisar que tais incompreensões eram motivadas por uma posição falsa com referência à burguesia nacional motivada pela velha incompreensão sobre as forças motrizes e o caráter da Revolução Brasileira.

Um exemplo frisante foi não termos compreendido, desde o início, a necessidade de lutar pela adesão à ANL de partidos políticos de tendências burguesas democráticas e nacional-reformistas. Com nossa responsabilidade, durante longo tempo, a ANL somente aceitava a adesão de organizações apolíticas e adesões individuais. Que significava isso? Na prática, isso restringia a entrada de elementos pertencentes às classes aliadas porque condicionava essa adesão à aceitação previa de nossa hegemonia na ANL.

O PCB devia aderir e apoiar a ANL, como fez, e com os demais partidos que estivessem de acordo com seu programa, em igualdade de condições com estes, trabalhando para adquirir prestígio e influência na massa nacional libertadora e conquistar a hegemonia do proletariado no decurso das lutas.

O que fizemos, realmente, na maioria dos casos, foi restringir a frente única, afastando dela a burguesia nacional e grandes setores reformistas da pequena burguesia e do proletariado e, dessa forma, impedindo a ANL de se desenvolver e de ser o bloco de classes necessário para dirigir e levar até a vitória a Revolução Nacional Libertadora ao mesmo tempo em que facilitava as provocações que visavam apresentar a ANL apenas como uma fachada do PCB.

Ainda é necessário apontar que persistiu, durante todo esse período, a subestimação do trabalho do campo, ao mesmo tempo em que, colocando em primeiro plano as reivindicações políticas e o programa geral da ANL, deixamos de dedicar atenção séria à mobilização da massa em torno das reivindicações econômicas de cada fábrica, usina, bem como de cada camada social.

Tais foram centralmente os erros que permitiram a Getúlio e seus amos imperialistas jogarem a ANL na ilegalidade em julho e, mais tarde, com as medidas de achincalhe do Exército e de arrocho contra o povo, provocar as heroicas lutas insurrecionais anti-imperialistas do ano passado.

2. Persistem, apesar dos grandes passos dados nos últimos meses, sérias incompreensões que se refletem no nosso trabalho de massas e nos nossos materiais. É, portanto, necessário esclarecer o CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA E SUAS FORÇAS MOTRIZES.

A) Situação econômica e política do Brasil

(...) Nos países semicoloniais, cuja independência é fictícia, a implantação da República não significou uma revolução democrática burguesa. Foi somente um início logo travado e neutralizado pela influência preponderante do imperialismo e de seus aliados feudais que continuavam a predominar no novo governo. Hoje, é perfeitamente evidente que a fascistização de nosso país é ditada pelos interesses do imperialismo que vê ameaçada sua dominação diante das demonstrações muito concretas do crescimento da consciência política do povo e das suas lutas para libertar-se do jugo opressor.

B) As forças motrizes da Revolução

Nós sabemos que o proletariado brasileiro é explorado de uma forma bárbara. Nós podemos ver com toda facilidade que os assalariados agrícolas são uns verdadeiros párias que em muitos pontos do país trabalham a troco de comida. (...)

O que não vimos com clareza, até hoje, é que a burguesia nacional também é oprimida pelo imperialismo que a impede de se desenvolver, de ampliar sua indústria, de libertar seu comércio e de por em exploração as grandes riquezas naturais existentes no país. Todas as ambições da burguesia nacional encontram uma muralha intransponível nos interesses do imperialismo dominante que quer manter o país como mercado para seus produtos manufaturados e fornecedor de matérias primas, mas não quer que ele se transforme em país forte industrializado, capaz de suprir suas próprias necessidades e, além disso, de concorrer no mercado mundial.

O fato de que a burguesia nacional, em sua maioria, é anticomunista não impede que ela seja revolucionária contra o imperialismo. Sabemos perfeitamente que a burguesia nacional não seria conseqüente como não tem

sido nessa luta. Mas nosso maior erro tem sido não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual.

“A burguesia de países como a China é uma das forças motrizes fundamentais para a Revolução Nacional Libertadora.” É preciso trazer a burguesia nacional para a Revolução Nacional Libertadora e abandonar completamente o medo de caminhar junto com esse importante aliado, rompendo a posição falsa esquerdista mantida até hoje. Foi centralmente devido a esse erro esquerdista que a ANL não se transformou no bloco de classes capaz de levar, com vantagem, a luta contra o imperialismo. Sem mobilizarmos a burguesia nacional contra o imperialismo, será difícil derrotá-lo. Não vimos isso ainda claramente, e daí provém grande parte das debilidades de nosso trabalho de massas.

C) O proletariado e a Revolução Nacional Libertadora

Muitos companheiros – sobretudo os que ficaram à margem da viragem que nós realizamos nos últimos três anos para nos transformarmos em partido de massas e de lutas; lutas e trabalho consequente que nos levaram a verificar, pela análise dos fatos, o grande erro acima indicado – custarão a compreender a modificação importante na linha do Partido, determinada pela constatação de que a burguesia nacional é revolucionária na luta contra o imperialismo. É preciso esclarecê-los pacientemente, apontando os fatos, e analisar as razões do insucesso de nossos esforços nas grandes lutas de massa, no trabalho sindical, e as razões da derrota sofrida em novembro de 1935. Nem sempre partirmos do ponto de vista falso de termos medo dos aliados, medo de perder a “hegemonia do proletariado” e, por isso, restringimos a participação das classes que devemos e podemos mobilizar para a luta contra o imperialismo, mobilizando apenas os elementos que aceitam a hegemonia porque são simpatizantes do comunismo. Esse erro nos impediu até hoje de mobilizar as forças necessárias para conseguir a correlação favorável à Revolução. Não compreendemos que a hegemonia do proletariado não se impõe de antemão, mas se conquista no decorrer das lutas.

Apesar de nossa luta contra o trotskismo, devemos reconhecer que a nossa posição diante da burguesia nacional e a insuficiência de atenção ao campo apresentam, na prática, influência da ideologia trotskista que nega que essas classes sejam revolucionárias na luta contra o imperialismo, baseada sobre fatos, e indispensável para determinar com clareza as tarefas na Revolução e o caminho que esta tem de seguir. É justamente o que não o fazem os trotskistas quando insistem em dizer que precisamos lutar pela “ditadura do proletariado desde já”. Esses pseudoteóricos insistem em basear-se sobre aparências e afirmam que a revolução democrático-burguesa foi consumada no Brasil com a proclamação da República. Outros, como Plínio de Melo, afirmam que ela foi começada então e completada com a revolução de 1930. Não veem que no Brasil subsiste, e se reforça ainda hoje, a dominação imperialista que impede o desenvolvimento industrial do país e a aplicação da Constituição que é democrático-burguesa por seu conteúdo.

Não querem, tampouco, ver que, ao lado de certos progressos evidentes na agricultura brasileira, subsistem as formas semifeudais e semiescravagistas de exploração dos assalariados agrícolas e das grandes massas de camponeses que constituem a maioria da população do país (arrendamento pago sob forma de “terça” ou “meação” da colheita; pagamento em vales somente descontáveis no armazém da fazenda; trabalho de sol a sol; capangas particulares para garantir a execução de qualquer ordem dos fazendeiros semifeudais etc.).

Numa população de perto de 48 milhões de habitantes, o proletariado industrial não passa de um milhão em todo o país (inclusive o de transportes). Por que a indústria nacional é conservada raquítica pelo imperialismo dominante? É perfeitamente absurdo falar-se em ditadura do proletariado ou em construção do socialismo num país atrasado como o nosso e em que o proletariado ainda não está senão em processo de formação como classe consciente de sua missão histórica, sem que PRIMEIRO tenhamos rompido as cadeias da opressão e exploração imperialista, desenvolvimento maior da indústria nacional. E nesse processo revolucionário que o proletariado brasileiro já está se reforçando ideologicamente, se reforçará numericamente e acelerará a sua consolidação como classe revolucionária consequente dirigente das demais classes.

A concepção trotskista somente pode medrar na cabeça de quem não se liga ao proletariado nas fábricas e fica dentro dos gabinetes e cafés a discutir hipóteses e não fatos.

Somente realizando as tarefas da Revolução Nacional Libertadora, marchando com a burguesia nacional e a pequena burguesia das cidades e dos campos para liquidar as travas da dominação imperialista do país, é que o proletariado acelerará o processo de seu próprio desenvolvimento e se tornará capaz de levantar a bandeira de Revolução Socialista com perspectivas de vitória.

É preciso que todo o P. compreenda que, como vanguarda do proletariado, o seu partido político, jamais abandonaremos, por um só instante, a luta pelos seus interesses de classe; por isso mesmo é que devemos marchar junto com as demais forças motrizes da Revolução Nacional Libertadora, que são a burguesia nacional e a pequena burguesia das cidades e do campo, contra o inimigo fundamental que é o imperialismo. Marx lutou junto com a burguesia alemã contra o feudalismo dos *junkers*, mas isso não o impediu, pelo contrário facilitou forjar o partido operário que empunhou a bandeira da liberdade quando a burguesia traiu a luta e fez

compromisso com os feudais. Devemos marchar juntos com nossos aliados, organizando as massas que os impedirá de vacilar e capitular diante da pressão imperialista. (...)

Pedimos a todos os Regionais, Locais e Células que discutam atentamente este material e nos enviem, com brevidade, sua opinião franca sobre ele e as resoluções práticas tomadas para iniciar sua aplicação. Em documentos posteriores transmitiremos diretivas mais detalhadas para o trabalho da sucessão presidencial etc.

Sem mais, saudações proletárias,

O SN do PCB

NOTA:

1. “A Marcha...” é um documento que reorienta a política do PCB de acordo ao VII Congresso da Internacional Comunista. O VII Congresso marca uma virada na política ultraesquerdista da IC (“terceiro período”) e define como centro da política dos Partidos Comunistas a construção de governos de Frentes Populares, que se materializa na França e na Espanha. O documento redigido pela direção do PC, além de fazer uma autocrítica do Putsch de 35, consolida a estratégia de “revolução nacional e democrática” do PCB.

Citações do livro “A revolução brasileira”

Caio Prado Júnior (1966)

Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com o nosso sistema colonial, fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência. Considerando o ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedora de produtos primários, cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam aquele sistema. Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras, subordinam-se, assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro. Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua, em essência, o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação consequente que, fundamentalmente, se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações, essenciais à nossa substância, e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país.

“Observaremos, por ora, que é a categoria de trabalhadores empregados, e não de camponeses propriamente, que pertence a grande maioria da população trabalhadora rural brasileira.” [ano de 1966]
(p. 130)

“A conclusão que se há de tirar daí, é, pois, que a reivindicação e a luta pela terra não tem no Brasil [de 1966] a significação revolucionária que se lhe pretende atribuir.”
(...)

“Ora no que se refere ao conjunto da economia agropecuária brasileira, em particular a seus principais e fundamentais setores, a luta pela terra, que implica o retalhamento da grande propriedade e, pois, o desmembramento da grande unidade produtora que hoje estrutura a maior e principal parte da economia agrária do país, não traz em seu bojo e na sua seqüela nenhuma nova forma de organização capaz de liberar forças produtivas hoje tolhidas e reprimidas em seu natural desenvolvimento. Não seria por certo essa nova organização que viria em substituição da grande exploração, uma organização e economia camponesa que não teria, de um modo geral, condições de suprir as tarefas da grande exploração. Grande exploração essa que, embora nem sempre de um alto grau de concentração e integração orgânica, se apresenta, contudo, na generalidade dos casos, com um mínimo de consistência que nos principais setores que fundamentam a economia rural brasileira e suas atividades produtivas, alcança um nível relativo e suficientemente elevado, como é o caso das usinas e engenhos de cana de açúcar, das fazendas de café, de cacau, de algodão (sobretudo, no que se refere a estas últimas, em São Paulo), bem como nas fazendas de gado. Nada indica, antes muito pelo contrário, que a pequena produção camponesa seja capaz de substituir, em igual e até mesmo em aproximado nível de produtividade, a grande exploração. Na maior e melhor parte das situações presentes na agropecuária brasileira, representaria por certo um retrocesso. Além disso, na medida em que existe no Brasil uma economia camponesa de pequenos produtores com alguma potencialidade de desenvolvimento e extensão, ela não concorre em regra com a grande propriedade e exploração e não é por ela tolhida. Considere-se o caso das colônias dos

estados meridionais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, onde nunca se propôs e nada indica que se venha a propor, dentro do previsível, a questão da terra em oposição à grande propriedade.”

(pp. 139, 142 e 143)

“Aliás, a experiência cubana esclarece bem essa questão. Foi tentada em Cuba, depois da instituição do novo regime e por inspiração de concepções muito próximas das falseadas teorias que vimos considerando, e que também em Cuba não se aplicavam – foi tentada a reorganização das grandes unidades produtoras da lavoura canavieira (em tudo semelhantes às nossas usinas), sob forma de cooperativas, fazendo-se pela reforma agrária uma distribuição nominal da terra, mas conservando-se a unidade da grande exploração pela reunião em cooperativas dos trabalhadores que a reforma intitulava de proprietários. Da divisão efetiva das propriedades e desmembramento das grandes explorações nem se cogitou, apesar dos mandamentos da teoria, pois isso se reconheceu desde logo irrealizável. O sistema, como se sabe, fracassou, e as nominais cooperativas, que de fato nunca chegaram a funcionar como tais, se transformaram em fazenda do Estado (Haciendas del Pueblo), o que constitui, sem dúvida, o sentido natural para que tende a grande exploração, tanto no Brasil quanto em Cuba e em outros lugares de semelhante estrutura agrária.”

(...)

“Não estamos com isso eliminando, nem mesmo subestimando, a aspiração e reivindicação da terra, tampouco os conflitos atuais e potenciais a que essa reivindicação dá ou pode dar lugar.”

(p. 144)

“Essa situação deriva, afinal, das contingências de nossa formação histórica, que consideramos no Capítulo III; e que, embora já grandemente atenuadas, se perpetuaram no fundamental e essencial até hoje. Contingências essas de uma economia colonial e organização produtiva voltada basicamente para fora do país e simples fornecedora de produtos primários para mercados estranhos. Numa organização como essa, os dois elementos que fundamentalmente compõem o ciclo econômico – produção e consumo, ou seja, organização produtiva e mercado consumidor – se acham desarticulados entre si e não se integram num conjunto orgânico. Não se entrosam suficientemente um com o outro e, por isso, não se completam e mutuamente se amparam e estimulam. O tipo de organização econômica legado pela nossa formação colonial não constitui a infraestrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la; não é o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência da população que compõe o mesmo sistema (...).”

(...)

“A história da economia brasileira conta com inúmeros episódios desse tipo. Consiste mesmo essencialmente numa sucessão deles. Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que o país é capaz de fornecer, impulsiona o funcionamento dela e dá a impressão ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou se esgotem os recursos naturais disponíveis para o fim específico a que se destina a organização assim montada, para que a produção decline e tenda a se aniquilar, tornando impossível a manutenção da vida e das atividades que alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo da produção brasileira (açúcar, ouro e diamantes, algodão, café, borracha, cacau e tantos outros de menor expressão), não se teve em vista outra coisa que a oportunidade especulativa momentânea que se apresentava.”

(pp. 153, 154 e 155)

“A ‘burguesia nacional’ seriam os industriais quem encontravam pela frente, assim se explicava, a concorrência e a oposição do imperialismo interessado em manter o Brasil na posição de simples fornecedor de matérias primas. Essa interpretação foi bastante abalada quando empresas estrangeiras, ligadas a grandes trustes e monopólios internacionais, e, pois, tipicamente imperialistas, começaram a se instalar no país, tornando-se fator de primeira ordem no estímulo ao processo de industrialização brasileira.”

(p. 72)

(...)

“E seja por essa forma, seja pelo fato de empreendimentos gigantes (na modesta escala da economia brasileira, está visto) como são essas empresas, que representam aqui os trustes e monopólios internacionais, se fazerem, como de fato se fizeram, centro de convergência e irradiação de atividades em largo círculo que tende permanentemente a crescer, seja por isso ou por aquilo, os capitais e as iniciativas estrangeiros e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de ‘contaminação’ imperialista, sem ligação e

relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma 'burguesia nacional' anti-imperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução.”

(p. 73)

O colapso do populismo no Brasil

Octavio Ianni

(Capítulo 7)

A esquerda e as massas

A esquerda brasileira compreendeu que o ciclo de rupturas desencadeado com a Primeira Guerra Mundial (desdobrado na Grande Depressão iniciada em 1929 e na Segunda Guerra Mundial) repercutiu profundamente no interior da sociedade nacional. Percebeu as relações entre as contradições internacionais e as contradições internas nas diferentes nações, produzindo-se a revolução comunista na Rússia, na China e em Cuba, bem como a independência da Índia, do Egito, da Argélia etc. Entendeu que os golpes, revoltas e revoluções ocorridos no Brasil desde 1922 eram as manifestações internas das crises do sistema colonial capitalista.

Entretanto, essa mesma esquerda não pode aprofundar as rupturas políticas no Brasil para conduzir o País ao socialismo. A sua compreensão da situação não chegou nunca a ganhar profundamente o proletariado urbano e muito menos o agrícola (bem como setores da classe média, intelectuais, estudantes etc.) a ponto de provocar a revolução. Esse é o dilema mais geral com o qual se defronta a esquerda brasileira, na época em que se dão lutas notáveis pela superação da economia colonial e pela emancipação econômica, política e cultural. Vejamos algumas particularidades desse dilema.

No confronto entre as concepções básicas dos vários grupos e classes sociais engajados nas disputas políticas no Brasil, a esquerda precisou lutar muito para formular e fixar-se numa alternativa própria. Diante dos modelos apresentados ou encampados pelos diferentes setores da classe dominante (exportador, de substituição e internacionalista), a esquerda brasileira precisou criar a sua concepção de progresso socialista. Vinha das tradições teóricas e práticas do marxismo-leninismo como solução revolucionária. Entretanto, precisou ajuntar-se às condições locais. Evoluiu para um projeto reformista, amplamente apoiado na política de substituição de importações, como principal artifício tático. Essa é a orientação predominante a partir de 1945.

Antes dessa data, no entanto, esteve comprometida, de várias formas, sem estruturar de modo convincente um projeto próprio. Oscilou entre a teoria marxista-leninista da revolução como posição teórica e o tenentismo como linha política efetiva; entre uma teoria revolucionária e o “putschismo”, posto em prática no levante de 1935. Além disso, foi obrigada a desenvolver uma luta persistente e muitas vezes difícil contra o integralismo, a ditadura do Estado Novo, o nazismo, pela anistia aos presos políticos (Luís Carlos Prestes, Agildo Barata e outros, líderes ou não) detidos durante todo o período do Estado Novo (1937-45). Desde a sua fundação, por um grupo de operários e intelectuais, em 1922, até o final da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista preparou quadros partidários e auxiliares e acumulou experiências, procurando conformar a teoria da revolução a uma sociedade que estava ingressando na época industrial. O dilema consistia em encontrar as correspondências práticas das contradições formuladas teoricamente.

A partir de 1945, no entanto, o reformismo predomina como orientação política interna. Em plano internacional, a primazia cabe à luta contra o imperialismo norte-americano, cujo ponto de apoio interno é considerado o latifúndio. Assim, a luta pelas reformas de base é encarada como o caminho mais eficaz para atingir simultaneamente os interesses dos latifundiários, setores da burguesia comercial e os imperialistas. Para desenvolver essa campanha, o PC favorece e estabelece a aliança entre operários, setores da classe média, estudantes universitários, intelectuais, políticos populistas, militares e, principalmente, setores da burguesia nacional. Essa interpretação do desenvolvimentismo nacionalista supunha que os interesses de setores ponderáveis da burguesia industrial pelo mercado interno a colocava em antagonismo com os grupos latifundiário, importador e imperialista. Assim, a frente única, acertada entre esquerda e burguesia, poderia conduzir a luta pelo progresso econômico, a democratização crescente e as conquistas da classe operária.

Em termos mais precisos, a esquerda adota taticamente o modelo “substituição de importações” como etapa necessária no processo revolucionário brasileiro. Entretanto, essa posição tática a leva a adotar e emaranhar-se na política de massas. E torna-se um dos principais elementos da democracia populista. Aqui surge o segundo dilema sério da esquerda brasileira: não pode transformar a política de massas em luta de classes.

Em verdade, a esquerda brasileira não escapou – a não ser ocasionalmente – das coordenadas e da iniciativa estabelecidas pelos setores de vanguarda da classe dominante. Por um lado, as lutas políticas estavam relacionadas às reformas institucionais orientadas e conduzidas pela burguesia industrial, com apoio da classe média. O tenentismo e, depois, o nacionalismo, consubstanciam ideologicamente essas lutas. Tratava-se de redefinir as relações externas e com a sociedade tradicional, em benefício da expansão da civilização urbano-

industrial. O fulcro desse projeto era acelerar a transição da etapa da política de exportação para a etapa da política de substituição de importações. Ao mesmo tempo, tornava-se urgente atender a algumas exigências de democratização e ascensão social da classe média, civil e militar. Além disso, era premente a formalização das relações de trabalho no setor industrial em desenvolvimento e no setor terciário. O Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, instalando o Estado Novo, destina-se fundamentalmente a controlar as tensões sociais crescentes. Entretanto, o processo de reformulação das relações externas e com a sociedade tradicional continuou. O próprio aparelho estatal passou por uma reforma importante, modernizando-se em vários setores. Em certo sentido, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) simbolizam os primeiros resultados práticos e de significação estrutural das lutas reformistas começadas duas décadas antes. Em seguida, vieram o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Petrobrás, a SUDENE etc. como desdobramento do mesmo processo geral de transformações institucionais e dinamização das forças produtivas relacionadas com os setores secundário e terciário.

Por outro lado, a iniciativa e as coordenadas estabelecidas pelos setores mais dinâmicos da burguesia industrial concretizam-se na política de massas. Desde a sua posse como Presidente da República, mediante a Revolução de 1930, Getúlio Vargas reformula lenta, mas totalmente as relações do poder público com as classes assalariadas. Dedicar atenção especial aos operários. Mas a Consolidação das Leis do Trabalho não é o único elemento importante na estruturação e desenvolvimento da política de massas. Vejamos como a ideologia da política de massas se configura na evolução das formulações de Vargas, Kubitschek e Goulart.

Getúlio Vargas – 1931: A propósito, é oportuno observar, ultimamente exterioriza-se injustificável desconfiança na colaboração das organizações sindicais, surgidas sob o estímulo da necessidade comum e dos interesses de classe. As leis há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado. Explica-se, assim, a conveniência de fazê-las compartilhar da organização política, com personalidade própria, semelhante à dos partidos, que se representam de acordo com o coeficiente das suas forças eleitorais.

1938: O Estado não quer, não reconhece luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social.

1940: A disciplina política tem de ser baseada na justiça social, amparando o trabalho e o trabalhador, para que este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive. Só assim se poderá constituir um núcleo nacional coeso, capaz de resistir aos agentes da desordem e aos fermentos de desagregação.

É preciso que o proletário participe de todas as atividades públicas, como elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos quando este colida com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a Pátria.

1940: Sempre tive em vista, ao resolver o problema das relações do trabalho e do capital, unir, harmonizar e fortalecer todos os elementos dessas duas poderosas forças do progresso social. E assim agi, não apenas em obediência a princípios de ordem política, mas também guiado pelo sentimento, pela convicção de que só na paz e na compreensão fraternal podem os homens realizarem suas aspirações de aperfeiçoamento material e cultural.

1940: O preconceito de classe, tal como o concebem e exploram os reformadores extremistas, nunca nos preocupou na elaboração das leis sociais. Numa sociedade onde os interesses individuais prevalecem sobre os interesses coletivos, a luta de classes pode surgir com o caráter de uma reação de consequências funestas. Por isso, as leis sociais, para serem boas e adaptáveis, devem exprimir o equilíbrio dos interesses da coletividade, eliminando os antagonismos, ajustando os fatores econômicos, transformando, enfim, o trabalho em denominador comum de todas as atividades úteis. O trabalho é, assim, o primeiro dever social. Tanto o operário como o industrial; o patrão como o empregado, realmente votados às suas tarefas, não se diferenciam perante a Nação, no esforço construtivo: são todos trabalhadores. Diante deles e contra eles só há uma classe em antagonismo permanente, cuja nocividade é preciso combater e reduzir ao mínimo: a dos homens que não contribuem para engrandecimento do País, a dos ociosos, a dos parasitas.

[1]

1947: Aos trabalhadores compete garantir o seu próprio futuro, impondo-se como grande maioria nos quadros políticos do País e propugnando pelo progresso e pela união da família brasileira.

O Partido Trabalhista Brasileiro é a arma política do proletariado. Tenhamos a certeza de que a luta que hoje travamos não será vã, porque já se fixou no espírito de nossa gente a influência decisiva da evolução que se processa, configurando o sistema da igualdade social.

No futuro, a sociedade brasileira não se subdividirá mais entre ricos e pobres, poderosos e humildes. Será um povo unido pela compreensão, pelo senso da realidade para felicidade comum.

O Primeiro de Maio deverá ser, então, a data da confraternização de todas as classes, exaltando o esforço coletivo. [2]

Juscelino Kubitschek de Oliveira – 1960: Preservar a paz social, com a melhoria das condições de vida do trabalhador e o paralelo incremento da produtividade, foi objeto de constante empenho do governo, todas as vezes que se fez necessária a sua interferência nas reivindicações salariais.

Graças à compreensão entre empregados e empregadores, puderam levar-se a bom termo os entendimentos, com soluções adequadas, mesmo quando as greves chegaram a deflagrar. Estas, de pouca duração, não produziram sensíveis abalos na estrutura econômica ou na harmonia social. (...)

Muito se interessou a Administração pelo maior conagração dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que procurou sanear as instituições destinadas a sua defesa, afastando elementos nocivos.

Vê o governo, com agrado, que as entidades de classe, de primeiro e segundo grau, se multiplicam e, na maioria dos casos, têm à sua frente diretorias cujo nível intelectual mostra o alto índice de politização das classes trabalhistas e patronais brasileiras. Os cursos de formação sindical e de divulgação da legislação do trabalho, promovidos por vários órgãos do Poder Público e por entidades privadas, contribuíram, em boa parte, para o desenvolvimento daquelas entidades, que hoje cooperam com o Poder Público em vários setores administrativos. [3]

João Goulart – 1963: Os problemas do trabalho, fator principal da produção e da riqueza nacionais, vêm merecendo do meu Governo especial atenção. Assegurar a existência de leis adequadas e zelar por sua aplicação, promover firme política salarial que melhore o poder aquisitivo dos trabalhadores, proporcionar-lhes uma sólida organização sindical, garantidora de eficientes contratos coletivos de trabalho, foram, são e serão sempre metas básicas da política social do meu Governo.

A despeito das incompreensões de alguns setores, tenho desenvolvido constantes esforços para dar aos trabalhadores e sua família, vale dizer, ao povo brasileiro, em geral, condições de vida mais humanas e mais dignas, a que têm incontestável direito. Muito resta, ainda, a fazer. Mas uma parte considerável do que era necessário já está feita. No decorrer de 1962, várias leis por mim promulgadas corresponderam a reivindicações específicas das classes laboriosas. (...)

A recente promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, produto de laboriosos estudos e debates do Congresso Nacional, assinala um dos mais importantes marcos da nossa história trabalhista. Sem desconhecer as dificuldades de ordem prática a serem superadas para sua execução, estou certo de que constituirá poderoso instrumento da redenção econômica e social do homem do campo e uma das condicionantes fundamentais de uma eficaz reforma agrária. A sindicalização rural, fator básico para a implantação de legítimo e harmônico progresso social nos campos, vinha sendo permanente preocupação do meu Governo. Só através dela poderão os trabalhadores rurais se organizar disciplinada e sistematicamente para a defesa de seus interesses. A boa organização sindical é essencial ao êxito mesmo da aplicação da nova legislação trabalhista, consubstanciada no Estatuto recém promulgado. [4]

1964: Os encargos da missão histórica de dotar o Brasil de uma economia independente não podem nem devem recair, exclusivamente, sobre as classes laboriosas, exatamente as que desempenham, nessa grande tarefa, papel tão considerável e que, constituindo, precisamente, os grupos economicamente mais fracos, não podem prescindir do amparo e da defesa em que o Estado deve desvelar-se.

Esta, entre tantas outras, uma das funções principais da legislação trabalhista e da previdência social, de cuja melhor aplicação e constante aperfeiçoamento dependerão, diretamente, os resultados da nossa política de desenvolvimento econômico.

Portanto, a melhor compreensão dos direitos e deveres nas relações de emprego, o seu respeito e observância; um amparo mais eficiente na doença, na invalidez e na velhice; a certeza de um nível de vida condigno; a proteção da assistência médico-social; a reeducação e a readaptação profissional é que proporcionarão aos trabalhadores e a sua família a segurança e a tranquilidade indispensáveis ao labor fecundo e construtivo, mola fundamental de qualquer empreendimento público ou privado e peça essencial de qualquer programa de desenvolvimento econômico. [5]

Assim, a Consolidação das Leis do Trabalho, o Partido Trabalhista Brasileiro, o peleguismo, o Estatuto do Trabalhador Rural, Vargas, Kubitschek, Goulart, Arraes, Brizola fazem parte de um mesmo sistema e “continuum”. E juntam-se também Ademar de Barros, Hugo Borghi, Jânio Quadros e outros, como elementos do mesmo universo populista. Todos eles, no entanto, estão relacionados ao pensamento getuliano e, particularmente, à política de massas, como elementos ligados nuclearmente ou como variantes. Essa é uma das conotações básicas da democracia populista.

Nesse contexto histórico e ideológico, a esquerda brasileira ficou como que “aprisionada”. As técnicas da política de massas e o reformismo, conduzidos pelos setores mais audaciosos da política de industrialização, estabeleceram os limites e as condições tanto da politização como da atuação política do proletariado urbano, de certos setores da classe média, dos estudantes universitários e, depois, do proletariado agrícola. Em consequência, viveu oscilando entre as recomendações do marxismo e as exigências da democracia populista. O fato é que ela não foi capaz de transformar a política de massas numa política de casses. Não formulou nem implantou uma interpretação alternativa que correspondesse às possibilidades histórico-estruturais e não sucumbisse ao fascínio da ideologia getuliana. [6]

Entretanto, os desenvolvimentos da política de massas não foram pacíficos. Ao contrário, as “concessões” consubstanciadas na legislação trabalhista industrial e rural, por exemplo, eram o resultado de reivindicações reais, conseqüentes de tensões e conflitos repetidos e acumulados na experiência coletiva. Na medida em que se desenvolve e diversifica a economia nacional (em especial com a industrialização), multiplicam-se as greves. No jogo entre os empresários, os assalariados e as organizações políticas, as tensões agravam-se e conduzem a situações de impasse. A frequência das greves indica o esforço do proletariado e dos assalariados em geral na defesa do poder aquisitivo do salário. Muitas vezes, as organizações e lideranças de esquerda

preparam e comandam as greves. Os quadros XV e XVI são úteis à caracterização das relações de classe na sociedade industrial brasileira.

Essa quantidade de greves, grevistas e empresas envolvidas é indicativa da forma pela qual os operários resistem ao esvaziamento do salário real. Alias, dentre os motivos alegados na deflagração e manutenção dos movimentos grevistas, sobressaem as razões econômicas (Quadro XVII). Além do mais, dentre os setores profissionais, ressalta a participação dos operários têxteis; exatamente o setor mais “arcaico” da indústria nacional.

QUADRO XV
Greves operárias no Brasil
1951 e 1952

Ano	Número de greves	Número de grevistas	Número de empresas atingidas
1951	173	363.999	548
1952	264	410.890	922

Fonte: *O Movimento Sindical no Brasil*, de Jover Telles, Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1962, p. 57.

QUADRO XVI
Greves operárias em São Paulo
1961 e 1962

Ano	Número de Greves	Número de Grevistas	Número de empresas atingidas	Número de homens-horas perdidos
1961	180	254.215	954	3.252.062
1962	154	158.891	980	3.067.474

Fonte: *Revista de Estudos Socioeconômicos*, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, São Paulo, janeiro de 1962, p. 23.

QUADRO XVII
Motivos das greves operárias de 1952
Brasil

Motivos	Número de greves	%
Aumento de salários	96	36,3
Pagamento de salários atrasados	38	14,4
Solidariedade	27	10,2
Melhoria de condições de trabalho	13	4,9
Pagamento de abono de Natal	9	3,4
Advertência	7	2,6
Contra carestia	7	2,6
Contra limites governamentais estabelecidos no salário mínimo	3	1,1
Diversas greves (faltam dados)	64	24,2
TOTAL:	264	100,0

Fonte: *O Movimento Sindical no Brasil*, de Jover Telles, Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1962, p. 57.

Como vemos, as greves operárias no Brasil concentram-se em torno de motivos econômicos. Raramente estão relacionadas a razões políticas. Entretanto, muitas vezes as lideranças e organizações comunistas, socialistas, petebistas e outras procuraram dar mesmo àquelas greves uma conotação política mais ampla. Aliás, todas as greves adquirem, em algum grau, significações políticas, dependendo das condições de sua eclosão e dos efeitos diretos e indiretos exercidos no ambiente sindical, na classe operária e em outros setores da

sociedade. Neste plano, aquelas lideranças e organizações, muitas vezes, exerceram um papel ativo e audacioso. Entretanto,

De modo geral, embora as direções sindicais procurem intervir cada vez mais nos problemas políticos mais amplos do País, é visível que não têm condições para uma mobilização massiva do conjunto da classe como instrumento de pressão para a consecução dos objetivos propostos. [7]

Aliás, inclusive em greves motivadas por questões econômicas a participação operária é reduzida. Em termos quantitativos, pode-se dizer que é uma participação muito mais por omissão que por ação deliberada e persistente. A propósito, convém observar que até mesmo o número de operários sindicalizados é pequeno. Se o próprio sindicato ainda não conquistou a confiança dos trabalhadores, ou não despertou o seu interesse, é óbvio que a capacidade destes de se relacionarem e aceitarem as lideranças sindicais é reduzida. Essa é uma decorrência da própria estrutura do operariado brasileiro: formação recente e acelerada, origem rural, tipo de composição por grupos de idade e por sexos etc. Esse é um fato fundamental para a compreensão da política de massas e das condições e limites da ação das esquerdas.

Mesmo as greves de cunho deliberadamente político – como a greve geral de 5 de julho de 1962 – não estão isentas de objetivos econômicos imediatos e explícitos. Ao menos, é um elemento importante para interessar e mobilizar setores da classe operária. Essa greve teve os seus alvos formulados pelas cúpulas sindicais das seguintes organizações: Federação Nacional dos Estivadores, Federação Nacional dos Marítimos, Federação Nacional dos Portuários, Federação Nacional dos Ferroviários, Federação Nacional dos Gráficos, Federação Nacional dos Arrumadores, União dos Portuários do Brasil e Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara. Estas foram as reivindicações que mobilizaram as diferentes categorias profissionais:

1) luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até ao confisco dos estoques existentes;

2) reforma agrária radical e, de imediato, reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais;

3) reforma urbana como única solução para o problema da casa própria;

4) reforma bancária, com a nacionalização dos depósitos;

5) reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das Forças Armadas e a instituição da cédula única para as eleições de 7 de Outubro;

6) reforma universitária e a participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários;

7) ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos;

8) repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional;

9) aprovação da lei que assegura o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e congressos;

10) encampação, com tombamento, de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos;

11) controle na inversão de capitais estrangeiros no País e limitação da remessa de lucros;

12) participação de trabalhadores nos lucros das empresas;

13) revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais;

14) fortalecimento da Petrobrás com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares;

15) medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás;

16) criação da Aerobrás, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial;

17) manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas, na importação e exportação, as embarcações mercantis nacionais;

18) aprovação da Lei que institui o pagamento do 13º mês de salário. [8]

Como vemos, aí estão reunidos, num só programa, os objetivos correntes da política populista e aqueles específicos da esquerda. A esquerda presente na formulação dessas reivindicações precisou conformar-se às exigências reformistas inerentes ao funcionamento da democracia populista. Aliás, ela percebe a situação e define o seu programa tendo em vista as ambiguidades das condições de luta. Entretanto, no final, ela própria não escapa às ambiguidades desse jogo. Revertem-se uma e muitas vezes os meios e os fins, no âmbito do populismo. Ao estudar e delinear a orientação e as tarefas dos comunistas no movimento sindical, a esquerda estabelece os seguintes princípios:

A tarefa principal e permanente do movimento comunista consiste em unir e organizar a classe operária, elevar sua consciência e dirigir a sua luta, para que ela possa desempenhar sua função dirigente na sociedade brasileira. A classe operária desempenhara um papel cada vez mais importante na vida política do País na medida em que fortalecer sua unidade sindical.

Os comunistas não estão sós no movimento sindical, nem podem assumir uma atitude de exclusivismo partidário. Ha numerosas tendências entre os operários, muitos pensam diferentemente dos comunistas, mas todos precisam unir-se para que a classe operária se fortaleça. Os comunistas consideram que os sindicatos não devem ser postos a serviço de objetivo que divida os operários. Ao contrário, devem ser instrumento de união dos trabalhadores de todas as tendências na luta por suas reivindicações. Com tal compreensão, os comunistas se esforçam por cumprir o papel de traço de união entre as diversas correntes atuantes no movimento sindical e para arregimentar nos sindicatos os trabalhadores ainda desorganizados, que constituem a maioria. A união dos trabalhadores de orientação comunista, trabalhista, socialista, católica e dos trabalhadores sem filiação partidária, é a arma principal de que dispõe a classe operária para lutar por seus interesses.

A unidade sindical só pode ser alcançada através da unidade de ação dos trabalhadores em torno às reivindicações comuns e mais sentidas, por mais elementares que sejam. A fim de obter-se essa unidade de ação, é necessário utilizar-se as conquistas da legislação social vigente e procurar concretizá-las e aperfeiçoá-las, influenciando sobre o Parlamento com a pressão de massas para conseguir a aprovação de novas leis. Os comunistas atuam, por isso, nos marcos da estrutura sindical e observam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando dentro da lei organizar e unir os trabalhadores na luta por suas reivindicações econômicas, sociais e políticas.

A unidade só pode ser conseguida em bases sólidas e duradouras se o movimento sindical contar com a participação ativa das massas trabalhadoras, se não for um movimento apenas de cúpula. Uma permanente preocupação dos comunistas deve ser, portanto, o fortalecimento dos sindicatos, a ampliação de seus quadros, a realização de campanhas de sindicalização, bem como as iniciativas capazes de atrair os sindicalizados inativos para a vida sindical. Entre estas iniciativas, destaca-se a criação de comissões para o estudo e defesa dos mais variados interesses operários, tais como a previdência social, a higiene e segurança do trabalho, o salário profissional, o salário-família e a escala móvel. Comissões semelhantes podem ser criadas para a luta contra a carestia da vida, pela democratização dos órgãos governamentais de controle dos preços, para as estatísticas do custo de vida, assim como para o incentivo ao esporte, à recreação, a cultura, a arregimentação dos jovens e mulheres. A fim de atrair as mulheres para a vida sindical, podem ser criados cursos de corte e costura e culinária. São úteis os cursos do SENAI e SENAC, destinados a elevar o nível profissional dos trabalhadores. Os cursos organizados pelo Ministério do Trabalho, pelo SESI e outras instituições, com o objetivo de difundir a Consolidação das Leis do trabalho e alfabetizar os operários, devem ser utilizados, lutando-se simultaneamente contra os seus aspectos negativos como pregação da "paz social" etc. [9]

Essa interpretação das condições de luta política no seio do proletariado prolonga-se numa interpretação das condições de luta no âmbito da sociedade nacional. Assim, definem-se as contradições principais e secundárias, internas e externas, como alvos estratégicos e táticos da atividade política de esquerda. Dentre as contradições, destacam-se o desenvolvimento econômico nacionalista e o imperialismo, a ascensão das massas camponesas e o latifúndio, envolvendo objetivos táticos como os seguintes: reformas de base, frente única com a burguesia nacional, aliança operário-estudantil, valorização do nacionalismo e do espírito democrático das Forças Armadas etc.

Essa compreensão da realidade brasileira foi posta em prática em várias ocasiões: nas épocas eleitorais (1945, 1950, 1955, 1960), na campanha pela anistia aos presos políticos durante o Estado Novo e, especialmente às vésperas da sua liquidação (1944-5), na campanha pela exploração nacional do petróleo brasileiro (1947-53), na campanha pelas reformas de base (1961-4), na campanha pelo plebiscito destinado a restaurar o presidencialismo e as prerrogativas do Presidente João Goulart (1962-3). Em todas essas ocasiões, participaram o PC, o PSB, setores amplos do PTB e restritos do PSD, além de sindicatos e confederações sindicais, organizações estaduais e nacionais de estudantes universitários, grupos de intelectuais e militares. A síntese dessa interpretação e dessa prática aparece em várias resoluções partidárias, particularmente do PC.

A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas.

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas.

Em sua atual etapa, a revolução brasileira é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais:

— A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no País, principalmente os norte-americanos.

- A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe.
 - O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura.
 - A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo.
 - A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas.
- A realização dessas tarefas implica em transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do Poder estatal às mãos das forças anti-imperialistas e antifeudais – a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais – entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente. [10]

Essa é uma síntese da política de massas com a linha política da esquerda, envolvendo proletariado, burguesia nacional e outros setores da sociedade. É uma combinação do padrão de substituição de importações com as reformas de base, em nome do desenvolvimento nacionalista. Essa é a essência da democracia populista como modelo político de desenvolvimento. Nisso está a singularidade do caminho brasileiro para a industrialização, o desenvolvimento econômico em geral e a democratização.

Naturalmente, a adesão total à política de massas, ou à sua adoção tática, não foi exclusiva do PC. Outros grupos políticos ingressaram nessa direção como recurso de ação política realista. Assim, ao lado do PC, PSB, PTB, FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), FLN (Frente de Libertação Nacional, 1961), CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e UNE (União Nacional dos Estudantes), colocam-se também o grupo mais radical do PC (Partido Comunista do Brasil, linha chinesa), a POLOP (Política Operária), a AP (Ação Popular, católica) e as Ligas Camponesas sob a liderança de Francisco Julião. Também as figuras de Leonel Brizola, Miguel Arraes, Almino Afonso, San Tiago Dantas e outros situam-se nesse contexto, mais à esquerda ou mais à direita das diretrizes formuladas nos textos transcritos. Houve momentos em que o Clube Militar esteve engajado nessa corrente, em nome do nacionalismo, da defesa nacional e do desenvolvimento econômico. [11]

Esse é o universo da democracia populista no Brasil, em luta pela industrialização e em busca da realização do aparentemente obscuro ideal de um Brasil potência. De um lado, alguns setores burgueses pareciam ambicionar a transformação do Brasil numa potência mundial, na área do “Terceiro Mundo”. Por isso, aceitavam taticamente o apoio e a colaboração aberta ou velada (conforme a situação) das esquerdas. Precisavam ampliar e aprofundar as rupturas políticas e econômicas com a sociedade tradicional e os setores externos. Houve um momento em que os Estados Unidos da América do Norte, sob a liderança de John F. Kennedy, compreenderam essa situação. Em vez de agir drasticamente, resolveram adotar uma orientação hábil, favorável à modernização, com apoio na ordem democrática. A “Carta de Punta del Este” (1961) reflete essa orientação. Tratava-se de um desdobramento *Good Neighbor Policy* de Franklin D. Roosevelt, na doutrina da *Nova Fronteira* de Kennedy. Entretanto, essa orientação sofreu uma derrota dupla e grave, cá e lá, com a derrubada do Presidente João Goulart e o abandono do “imperialismo esclarecido”.

Por outro lado, a luta no seio da democracia populista era encarada pela esquerda como um momento tático para a consecução dos alvos socialistas. Acreditava-se que as massas trabalhistas e populistas precisavam ser conquistadas por dentro, a partir dos objetivos e técnicas da própria política de massas. Por isso, a “frente única” e os outros compromissos com militares, setores da classe média etc. eram alianças táticas indispensáveis. Eram uma decorrência do realismo político. Assim, sacrificava-se, momentaneamente, a teoria marxista-leninista da revolução com o objetivo de juntar teoria e prática, condições e possibilidades, alvos e táticas. É claro que nesse jogo confundem-se e invertem-se meios e fins. Na prática, em decorrência do vigor, da preponderância e do realismo da política de massas, a esquerda não consegue executar uma política de classes nova e eficaz. Os valores e as técnicas políticas do populismo eram mais vigorosos que o talento teórico e a pertinácia das esquerdas.

É verdade que houve grupos de esquerda que se colocaram em posição mais radical. Procuravam evitar os inconvenientes ou o fascínio da política de massas, lutando por preservar a pureza ideológica, como teoria e prática. A POLOP (Política Operária) e a AP (Ação Popular) – cada uma a seu modo – tiveram essa intenção. O radicalismo marxista-leninista e o radicalismo cristão entram em atividade para corrigir as confusões entre reformismo, oportunismo e revolução. No conjunto, entretanto, não conseguiram maiores sucessos, quando queriam exercer as funções de *superego* do PC. Um documento da POLOP, publicado em 1963, esclarece alguns aspectos importantes dos dilemas da esquerda no Brasil.

1. Há, realmente, no território nacional, três organizações revolucionárias que, coordenando suas forças, a atividade de seus quadros e sua influência, estariam em condições de contrabalançar os efeitos do reformismo e da política de colaboração de classes. A última crise política (referência à crise gerada com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a posse de João Goulart) demonstrou que elas têm essa posição comum. Formando uma Frente, um Movimento, ou

o que se julgar conveniente, estarão habilitadas para dirigir-se à massa com fisionomia própria, inaugurando um fator novo na política nacional;

2. Os três grupos consideram-se marxistas-leninistas e, na medida em que aplicassem na prática suas posições teóricas, teriam, a *longo prazo*, de encontrar-se em um só Partido, representativo dos interesses do proletariado revolucionário e de seus aliados no campo. As divergências que ainda mantêm – e que não pretendemos negar – devem ser encaradas como parte do processo de formação do Partido e passíveis de superação em seu próprio desenvolvimento;

3. Não estamos propondo a dissolução imediata dos organismos existentes, o que seria abandonar o que já se obteve em troca de algo que ainda não se definiu. Tal atitude não fortaleceria o futuro Partido e, antes, o enfraqueceria, pois sua formação não pode ser um ato mecânico, mas sim um processo orgânico de crescimento e amadurecimento. Somente isso assegurará sua sobrevivência;

4. Uma coordenação das atividades dos três grupos seria o primeiro passo para a criação de um núcleo consciente – marxista e leninista – de uma ampla frente de massa, a ser criada na luta prática. Justamente porque tal frente não será marxista, terá ela necessidade desse núcleo para existir e atuar ativamente. Sem o núcleo marxista, a frente de massa não passará de aglomerado imediatista e amorfo, incapaz de resistir às próprias contradições internas e passível de transviar-se na política diária pequeno-burguesa. É esse o segredo da concepção leninista de uma vanguarda nas lutas de massa;

5. A tarefa é imediata. Os dois aspectos da luta – o da formação do Partido e o da luta de massa propriamente dita – têm de ser encarados simultaneamente. Não podemos esperar que se forme um partido para ir às ruas. Não há esse “antes e depois” na dialética da luta de classes. Sem a coordenação dos três principais grupos existentes, em torno de objetivos definidos, não haverá grandes possibilidades de se mobilizarem setores decisivos do proletariado. Isoladamente, nenhum dos três organismos está em condições para isso. Sem a luta viva e a mobilização de massas, os organismos existentes não superarão suas divergências e não surgirá o Partido necessário. **[12]**

Essas recomendações dirigem-se, particularmente, às seguintes organizações: Partido Comunista Brasileiro (PCB, linha russa), Partido Comunista do Brasil (PCdoB, linha chinesa) e a própria Política Operária (POLOP). Mas esse seria um debate interno na esquerda em geral. Buscava-se substituir a “frente única” por uma “frente de esquerda”, liberando a esquerda do populismo, do reformismo, do oportunismo e das interpretações mecanicistas. De certa forma, esse é um esforço no sentido de retirar as lutas da esquerda brasileira da confusão entre meios e fins e do otimismo inerente aos compromissos com a democracia populista. Nesse sentido, a POLOP formula um programa de reivindicações concretas, relativas ao custo de vida, à autonomia e liberdade sindical, às lutas camponesas, à luta anti-imperialista, à política externa etc. Em suas linhas gerais, no entanto, os itens das reivindicações apresentadas por essa organização são os mesmos apresentados pelas outras. Muda fundamentalmente a formulação, que é mais radical. Por exemplo:

Combate aos especuladores de gêneros na cidade e no campo mediante confisco de estoques, aplicação de medidas de exceção etc., e liquidação do latifúndio; (...)

Dissolução do Fundo Sindical e da Comissão de Enquadramento; abolição do direito de intervenção, de reconhecimento e de dissolução dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, assim como do controle financeiro, que o Ministério exerce através do Banco do Brasil; (...)

Expropriação dos latifúndios, sem indenização, e entrega da terra aos camponeses; (...)

Bloqueio das remessas de capitais, royalties e juros; (...)

Denúncia dos tratados interamericanos e do Acordo Militar Brasil-EUA. **[13]**

Esse esforço de “purificação” da esquerda brasileira alcançou maiores sucessos no seio da juventude universitária. Aliás, ele nasce com os movimentos da juventude. Seja em nome de Deus, seja em nome do diabo, as atuações da AP e da POLOP só transbordam dos ambientes universitários com dificuldades.

Entretanto, a própria juventude universitária já estava engajada nas lutas nacionalistas e reformistas. Desde fins da Segunda Guerra Mundial (1944-5), ela estava vinculada à campanha pela anistia aos presos políticos, pela exploração nacional do petróleo, pela democratização das instituições políticas, pela reforma dos sistemas de ensino etc. Posteriormente, em especial a partir de 1960, liga-se às lutas pelas reformas de base, a começar pela reforma universitária. É a partir da reforma do sistema do ensino superior que a juventude se coloca o problema de reforma da sociedade. É como se o jovem universitário compreendesse a sociedade nacional a partir da situação concreta dentro da Universidade. Esse percurso “dialético” foi amplamente difundido. Dizia-se em 1963:

A situação política nacional, determinando uma crescente mobilização popular, em muito favorece o movimento pela Reforma Universitária, principalmente se soubermos ligá-lo às demais reivindicações do povo brasileiro. (...)

Com efeito, se é certo que o operário ganha uma perspectiva política na maioria das vezes através de suas reivindicações econômicas; se é certo que o camponês pode vir a participar mais ativamente dos problemas do País lutando pela terra, não é menos certo que o quadro aberrante de nosso ensino superior pode servir de instrumento de compreensão das questões mais gerais e importantes da vida nacional. (...)

A aliança com os operários, camponeses, intelectuais progressistas, militares democratas e outras camadas da vida nacional deve ser incrementada na certeza de que, entrelaçando nossas reivindicações, torná-la-emos infinitamente mais fortes. Esta aliança implica em fazer da reforma agrária bandeira dos estudantes, do mesmo modo que as transformações em nosso ensino possam ser objetiva e subjetivamente aspiração de operários e camponeses; e assim por diante. [14]

Essa interpretação difundiu-se amplamente pelas organizações estudantis no País. Tanto é assim que a União Nacional dos Estudantes (UNE) procurou sintetizar em seu programa os vários objetivos das lutas dos universitários. Assim, dentre os fins da UNE, destacam-se:

- pregar a solidariedade e confraternização dos povos, baseadas no respeito universal a sua autodeterminação;
- influir perante o Governo e a opinião pública do País, assinalando o valor de suas determinações;
- incrementar a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa. [15]

Como vemos, os próprios estudantes compreendem quais são os limites e as possibilidades abertas pela “situação universitária”. Sabem que as relações sociais e políticas específicas da vida acadêmica são também a manifestação das relações vigentes na sociedade nacional. E procuram explorar essa perspectiva em termos práticos e teóricos. Assim, estabelecem conexões, reais e abstratas, entre a reforma universitária e as transformações gerais da sociedade. Conforme a análise realizada por Marialice Mencarini Foracchi:

A ação do estudante só adquire uma amplitude societária sob condição de estar conjugada com a ação das demais forças sociais de renovação que se manifestam na sociedade brasileira. Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo renovador, já em curso, é que ela poderá revestir-se de conotação “revolucionária”. [16]

Todavia, no âmbito da sociedade global funciona a política de massas como elemento da democracia populista. As rupturas almejadas pelos estudantes, assim como as desejadas pelos outros grupos sociais (inclusive aquelas coerentes com os interesses abertos e velados do proletariado urbano e rural) estão inseridas no projeto de industrialização e desenvolvimento econômico global, simbolizado no modelo getuliano. Nesse sentido, as lutas pela transformação da sociedade são sempre “corrigidas” pelas técnicas e alvos do populismo.

Por todas essas razões, a esquerda brasileira flutuou sempre entre dois polos: o marxismo-leninismo e a democracia populista. Todavia, entre o fascínio abstrato da teoria e o fascínio efetivo da prática, esta sempre levou vantagem. Neste sentido, a cultura política de esquerda no Brasil não conseguiu libertar-se da cultura da democracia populista. Em particular, esteve sempre balizada pelas técnicas e pela ideologia da política de massas. Se é verdade que o vigor da política populista impediu que a esquerda realizasse conquistas notáveis, no sentido da formulação e implantação de uma interpretação radical, é também verdade que o nível teórico dos quadros da esquerda sempre foi insatisfatório. Salvo expressões individuais, os quadros partidários não contaram nunca com uma formação teórica suficiente para interpretar corretamente a realidade nacional e internacional. Por isso, ela nunca escapou do fascínio das fórmulas e do jargão dos clássicos do marxismo-leninismo. Era o deslumbramento retórico, igual ao das elites burguesas em relação aos ensinamentos dos pensadores europeus ou norte-americanos. Assim, a esquerda brasileira emaranhou-se nos conceitos, antes de emaranhar-se na prática. Lidou obsessivamente com: imperialismo, latifúndio, burguesia nacional, camponês, massa, classe operária, reformas de base, reformismo, estatização etc. Em estudo dedicado especialmente a esse tema, Caio Prado Júnior acentua:

No Brasil, talvez mais que em outro lugar qualquer (porque o mesmo mal também existiu e ainda existe em outras partes), a teoria marxista da revolução na qual direta ou indiretamente, deliberada ou inadvertidamente se inspira todo o pensamento brasileiro de esquerda, a que forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se, posteriormente e, somente assim – o que é o mais grave – encaixar nesses conceitos a realidade concreta. Ou melhor, adaptando-se aos conceitos aprioristicamente estabelecidos, e de maneira mais, ou menos forçada, os fatos reais. Derivou daí um esquema teórico planando, em boa parte, na irrealidade, e em que as circunstâncias verdadeiras da nossa economia e estrutura social e política aparecem com frequência grosseiramente deformadas.

Resultaram disso as mais graves consequências no que respeita a. condução da prática, isto é, da ação revolucionária, pois de uma teoria de tal maneira alheada da realidade, como tinha de ser aquela que provém de tão defeituosa elaboração, não é possível extrair as normas de uma política consequente e é aplicável às situações concretas que se apresentam. Em consequência, a política revolucionária ficou exposta ao sabor das circunstâncias imediatas, oscilando continuamente entre os extremos do sectarismo e do oportunismo, e sem uma linha precisa capaz de orientar seguramente, em cada momento ou situação, a ação revolucionária. [17]

Em outros termos, as interpretações que a esquerda formulava sobre a realidade social brasileira (como um todo ou em seus momentos políticos e econômicos mais significativos), em geral, estiveram baseadas na utilização insatisfatória da dialética marxista. Daí sucederem-se derrotas e frustrações, devidas à reversão de meios e fins, pensamento e realidade. Numa frase de Gramsci:

Quando não se tem a iniciativa na luta, e a própria luta termina por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. [18]

Simbolizando e sintetizando essas confusões, a esquerda não se deu conta de que *massa* e *classe* não são expressões cambiáveis. Não compreendeu que se trata de categorias histórica e estruturalmente diversas. Incorreu na ilusão semântica, proposta pelo getulismo e suas variantes. Não se dedicou à análise da realidade para perceber que a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a *consciência de massas* que a *consciência de classe*, antes o princípio da mobilidade social que o princípio da contradição. Que ela deveria tragar um caminho próprio para atingir e exprimir a consciência de classe. Enquanto a esquerda permanecia no nível da consciência e atuação das massas, nos moldes estabelecidos na democracia populista, ficava-se no nível das reificações. Por isso, ela foi sempre surpreendida pelos golpes de Estado, pelas viradas bruscas, pelas oportunidades perdidas. Foi assim em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas; em 1954, com o suicídio deste; em 1956-60, em face da habilidosa combinação da política de massas e do desenvolvimentismo internacionalista, conduzido por Juscelino Kubitschek de Oliveira; em 1961, ante a renúncia de Jânio Quadros e o empolgar das massas por Brizola; em 1964, ante o Golpe de Estado. Isto é, diante dos desdobramentos das contradições inerentes à democracia populista, a esquerda não formulou a sua opção. Por isso, ela se condenou a assistir impotente à modificação drástica do quadro histórico no Brasil.

NOTAS:

1. Getúlio Vargas, *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1942, pp. 209-10, 215 e 218-20. Trata-se de uma antologia de discursos e pronunciamentos de Vargas.
2. Getúlio Vargas, *A Política Trabalhista no Brasil*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1950, pp. 188-189.
3. Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 1960, pp. 131 e 132-3.
4. João Goulart, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, 1963, pp. 137 e 139.
5. João Goulart, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, 1964, pp. 177-8.
6. Sobre esse tema, consultar: "Perspectivas da Esquerda", por Gabriel Cohn, e "Política de Massas, por Francisco C. Weffort, in: *Política e Revolução Social no Brasil*, de autoria de O. Ianni, P. Singer, G. Cohn e F. C. Weffort, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
7. Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1966, p. 57.
8. Programa transcrito por Jorge Miglioli, *Como São Feitas as Greves no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, pp. 117-8.
9. "O Movimento Operário e a Política Sindical dos Comunistas", documento transcrito, em apêndice, por Jover Telles, *O Movimento Sindical no Brasil*, Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1962, pp. 285-301; citação das pp. 291-2.
10. Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas, Rio de Janeiro, 1961, pp. 15-6.
11. Nelson Werneck Sodrê, *História Militar do Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, esp. pp. 304-26.
12. Política Operária. Ano III, N° 5, Rio de Janeiro, 1963, pp. 51-2 ("Pela União dos Marxistas Revolucionários").
13. Política Operária. N° 6, Rio de Janeiro, s/d, pp. 4-6.
14. *Movimento*, Revista da UNE, N° 12, Rio de Janeiro, 1963 p. 24.
15. *Constituição*, União Nacional dos Estudantes, Rio de Janeiro, 1963, art. 3°.
16. Marialice Mencarini Foracchi, *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1965, p. 294.
17. Caio Prado, in: *A Revolução Brasileira*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1966, pp. 33-4.
18. Antônio Gramsci, *Concepção Dialética da História*, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pp. 23.

O colapso do populismo no Brasil

Octavio Ianni
(Capítulo 8)

Contradições do desenvolvimento populista

Ao longo das etapas da industrialização, o povo brasileiro acumulou experiências políticas fundamentais e elaborou uma nova interpretação da própria história. Ao rever as suas relações com os países dominantes e com as próprias tradições nacionais, pouco a pouco, ele formulou uma nova imagem de si. De maneira desordenada, às vezes, e de forma sistemática, em outras ocasiões, ele perseguiu alguns dos seus dilemas mais

importantes; e deu-lhes alguma solução. Em boa parte, conseguiu construir uma visão dinâmica das condições do progresso político, econômico, social e cultural. Ao mesmo tempo, redefiniu o significado da hegemonia das grandes potências e a importância das tradições brasileiras. Assim, depois da Primeira Guerra Mundial, o processo civilizatório no Brasil aparece numa das suas configurações singulares e criadoras. Desde a *Semana de Arte Moderna*, realizada em 1922, em São Paulo, até a criação da Universidade de Brasília, em 1960, sucedem-se as manifestações artísticas, científicas e políticas, as quais exprimem essa busca de novos horizontes para a cultura e a consciência nacionais.

No interior desse processo histórico, está a transformação dos quadros de referência sociais e políticos. Ao longo de cerca de cinquenta anos, o povo brasileiro explorou de várias formas e, em geral, positivamente, as crises internacionais, os recessos da cafeicultura, o dirigismo estatal, o processo inflacionário, o desenvolvimento nacionalista, as experiências de planificação, a politização crescente das classes assalariadas, a democracia populista. Nesse contexto, a esquerda brasileira teve um papel importante e criador, abrindo o debate público em torno de problemas que as outras correntes políticas interessadas não tinham condições ou audácia para formular. A política externa independente, por exemplo, formulada e posta em prática por Vargas e desenvolvida por Jânio Quadros, San Tiago Dantas e João Goulart, beneficiou-se amplamente da atuação de vanguarda e do respaldo popular garantidos pela esquerda. Segundo uma observação de Fernando Pedreira,

A “esquerda”, no fim de contas, certa ou errada, forte ou fraca, marxista ou não marxista, católica ou simplesmente “liberal”, representa o fermento da renovação social e política, o impulso inconformado da juventude e da elite intelectual descomprometida com os interesses estabelecidos. [1].

Isso significa, ao mesmo tempo, que o getulismo (em sentido amplo) teve a habilidade de atrair e absorver políticos e intelectuais formados nos movimentos de esquerda. Ou seja, no âmbito da democracia populista, da doutrina da frente única etc. Mobilizaram-se quadros técnicos e intelectuais para as tarefas da industrialização. É óbvio que, nesse intercâmbio, a iniciativa das decisões estava sob o controle da classe dominante, isto é, daqueles grupos que exerciam o poder direta e indiretamente.

Em outro plano, mas na mesma direção, as lideranças burguesas comprometidas taticamente com a esquerda apelavam frequentemente para o “povo”, as “massas”, os “trabalhadores”, as “classes laboriosas”, os “humildes” etc. Reconhecem que o projeto de desenvolvimento econômico nacional, associado com uma política externa independente – como seu corolário inevitável – não pode realizar-se a não ser com o aprofundamento das rupturas estruturais internas e externas. Mas pensam sempre e só admitem os rompimentos parciais, isto é, propriamente reformistas. Esse é o sentido histórico e estrutural do apelo do Presidente João Goulart, em 1961, e do Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, em 1963:

João Goulart: Na verdade, um povo se torna adulto quando passa a pensar em termos próprios, condicionando a elaboração do seu pensamento às imposições do próprio destino que lhe cumpre forjar, sem xenofobia, na convivência com o universal, mas igualmente, sem a pusilanidade dos exageros do mimetismo ou da subserviência para com o alienígena. Por isso mesmo, o Brasil deve empenhar-se na formação de equipes brasileiras, com pensamento brasileiro, que se lancem à tarefa de arrancar o nosso País do estágio do subdesenvolvimento. De nada nos adiantaria dispor de bom esquema operacional se não contarmos com homens capazes de executá-lo.

Vamos mobilizar o povo para o desenvolvimento, de modo que ele tenha plena consciência da sua missão e sinta que os frutos do progresso lhe pertencem. Vamos construir um Brasil que, mantendo as características da sua personalidade como cultura, seja novo, justo e próspero. Vamos utilizar os valores do sufrágio universal, não como um processo pseudodemocrático que propicie representações artificiais, mas como um instrumento de compromisso para com as verdadeiras causas populares, de modo a permitir ao próprio povo não apenas a sensação, mas a profunda convicção de que, com representantes autênticos dos seus anseios, ele é quem realmente governa. [2]

San Tiago Dantas: Há países e épocas, em que elites esclarecidas se avantajam, às vezes, às intuições do povo, e conseguem levá-lo a novas etapas de desenvolvimento social, que ele só mais tarde materializa. Há outros, onde o povo parece “empurrar” a sociedade, talvez sem um roteiro de marcha definido, mas com um sentido inequívoco de renovação. Creio que é este hoje o caso do Brasil, e muitas de nossas decepções e críticas são saldadas pelos testemunhos diários, que à margem de incertezas e desacertos, todos recolhemos da pujança da Nação. [3]

Em concomitância com as transformações políticas, sociais e culturais, verifica-se uma profunda transformação econômica. Criam-se as bases da civilização industrial. Acumulam-se experiências e técnicas de manipulação das forças produtivas e das condições institucionais, em acordo com as exigências do desenvolvimento industrial. O progresso alcança tal grau que alguns estudiosos chegam a afirmar que o Brasil já atingira (ou estava prestes a atingir) a etapa da autonomia. É o que afirmam Celso Furtado, Henry Rijken van Olst e Antonio Dias Leite, apresentando uma imagem nova das perspectivas nacionais antes de 1964.

Celso Furtado: Ao alcançar uma fase de desenvolvimento em que o processo de formação de capital se apoia, principalmente, na própria produção interna de equipamentos, o desenvolvimento da economia brasileira passou a ser resultante de sua dinâmica interna. Assim, por mais importantes que ainda sejam os fatores externos, o ritmo de crescimento está, principalmente, determinado pelo conjunto de decisões tomadas com vistas ao próprio mercado interno. Ademais, havendo a produção interna de bens de capital, alcançado um determinado grau de desenvolvimento, a manutenção do nível de atividade nesse setor somente é possível se o conjunto da economia se mantiver crescendo. Para evitar desemprego em grande escala nas indústrias produtoras de bens de capital, torna-se indispensável, independentemente do que ocorre no setor externo, manter um adequado nível de investimentos, o qual, por seu lado, requer esforço de poupança somente compatível com um alto nível de atividade produtiva. Uma redução na demanda externa já não acarreta, necessariamente, contração geral da atividade econômica, pois pode ser compensada por uma expansão monetária, defendendo-se o nível de renda e a taxa de investimentos. O inevitável aumento da pressão inflacionária poderá afetar a eficiência dos investimentos durante certo período, mas o efeito último sobre a taxa de crescimento será, necessariamente, reduzido.

Sintetizando-se as observações sobre as modificações estruturais ocorridas na economia brasileira no período recente, tem-se:

- a) o comportamento do setor externo já não é o principal fator condicionante do nível da atividade econômica e a simples manutenção de um elevado nível de atividade produtiva engendra um volume de investimentos capaz de manter a economia crescendo a taxa razoavelmente alta;
- b) o processo de substituição de importações – necessário à manutenção de elevada taxa de crescimento em condições de estagnação da capacidade para importar – exige esforço crescente de poupança por unidade de investimento. A simples manutenção da taxa de crescimento implica, assim, crescente pressão inflacionária, que, por sua vez, tende a reduzir a eficiência dos investimentos e, conseqüentemente, a taxa de crescimento, mesmo na hipótese de que se realize o crescente esforço de poupança requerido. Essa tendência somente poderia ser contrabalançada com a expansão da capacidade para importar e/ou com a elevação da eficiência dos investimentos, mediante planificação destes em função da substituição de importações. [4]

Henry Rijken van Olst: O Brasil pode ser considerado como o País que mais avança na América Latina. Logo estará em condições de ajudar aos outros países menos desenvolvidos do Hemisfério Ocidental. Psicologicamente, está em melhores condições para desempenhar esse papel que os países europeus e norte-americanos, de cujos motivos, às vezes, se desconfia. O Brasil é o elo de união natural entre a Europa e a África, dado não possuir “passado colonialista”. Em toda a América Latina, já, se acompanha de perto, com muita atenção, a atuação do Brasil, cujas conseqüências podem repercutir em muitos países da região. [5]

Antônio Dias Leite: Não sendo o Brasil um País que viva do comércio externo, pois que este representa apenas pequena parcela da sua produção total, tem ele, em princípio, relativa liberdade de escolher o método que se coadune com o objetivo fundamental do desenvolvimento econômico interno. [6]

Portanto, a democracia populista tinha diante de si uma única opção: continuar a revolução brasileira, realizar nova etapa do modelo getuliano. Tratava-se de afirmar-se pelo aprofundamento das rupturas estruturais internas e externas. Tornava-se necessário e urgente entrar em nova fase de realização das suas “virtualidades”. Impunha-se efetivar a política externa independente, apressar a modernização da sociedade agrária, engajar novos contingentes da população brasileira no processo político, favorecer o debate científico e político sobre a realidade nacional, estimular o florescimento dos movimentos artísticos inspirados na sociedade nacional etc.

Em verdade, o modelo getuliano não foi nunca um projeto global. Não chegou a ser formulado de modo sistemático. Como modelo político de desenvolvimento, singularizado no populismo, estrutura-se ao acaso dos acontecimentos, das vitórias e dos obstáculos. Alguns grupos e líderes perceberam as suas virtualidades, mas não conseguiram formular um projeto globalizador. Era uma mescla de empirismo e inteligência, audácia e manobra. Foi o resultado histórico das ações e interesses de diferentes grupos e classes sociais. Ele se produziu no jogo dos antagonismos internos e externos que singularizam essa etapa da história nacional.

Entretanto, o modelo getuliano só poderia ser negado sob duas formas radicais: a revolução socialista ou a reintegração plena no capitalismo mundial. Como a democracia populista não foi capaz de formular e implantar uma interpretação de conjunto, relativamente às exigências inerentes à sua dinâmica interna, colocaram-se as alternativas. E essas alternativas apresentam-se como necessárias e inevitáveis, em decorrência do fato de que estavam inseridas internamente no padrão getuliano. Elas também faziam parte dos elementos que entravam na caracterização do contorno e da substância desse modelo. Como a política de industrialização realizou-se com base num jogo de conciliações com o capitalismo internacional, a sociedade brasileira tradicional e as classes assalariadas urbanas, o modelo socialista e o modelo internacionalista estiveram sempre presentes, como possibilidades. E tornaram-se, em algumas ocasiões, mais ou menos viáveis. No momento em que o próprio modelo getuliano esgotou uma das suas etapas, sem conseguir ingressar na seguinte, torna-se

premente uma alternativa. O golpe de abril de 1964 é uma operação político-militar inerente à opção adotada pela parte mais audaciosa – e, talvez, mais consciente – da classe dominante.

De fato, nos anos de 1961-64, o povo brasileiro defronta-se de modo cada vez mais premente com a necessidade de adotar uma opção drástica. Por um lado, o modelo getuliano esgotava um ciclo crucial de realizações. Impunha-se uma decisão corajosa, no sentido de aprofundar as rupturas estruturais indispensáveis à consecução dos alvos inerentes a sua lógica interna. Em certo sentido, as experiências da política externa independente, com Jânio Quadros e San Tiago Dantas, bem como as exigências políticas inerentes ao Plano Trienal (1963-5), denotam a compreensão do dilema em que a sociedade se encontrava. Nesse quadro, a mobilização do povo para o comício do dia 13 de março de 1964 – pelas reformas de base e em oposição às tendências conservadoras da maioria do Congresso Nacional – simboliza a existência de condições políticas para uma ruptura que não se realizou. O comício, em que se reuniram o Presidente da República, ministros do Estado (inclusive os militares) e líderes nacionalistas e de esquerda, é o clímax e o fim da política de massas: como técnica de sustentação do poder político e como expressão fundamental da democracia populista.

Por outro lado, no bojo do próprio modelo getuliano – ou muito preso a este – constituíra-se o modelo socialista. Ele estava presente nas organizações políticas, nos estilos de liderança e nas técnicas de ação que promoveram as campanhas do petróleo, pelas reformas de base, pelo desenvolvimentismo nacionalista e atuaram na formulação da política externa independente, na sindicalização rural, na estatização crescente da economia, nos movimentos de opinião pública, no florescimento cultural etc. Entretanto, como a esquerda se prende cada vez mais às técnicas, estilos e alvos da democracia populista, não consegue libertar-se a tempo para propor e impor a sua alternativa. No convívio contínuo, crescente e profundo com a política de massas, acaba por inverter meios e fins, tática e estratégia, ideologia e realidade. Por isso, abismou-se com o golpe.

De outro lado, ainda, no interior do próprio modelo getuliano, constituíra-se o modelo internacionalista. A deposição de Vargas, em 1945, a política cambial no Governo Eurico Gaspar Dutra, em 1946-50, as pressões que conduzem o Presidente Vargas ao suicídio, em 1954, são acontecimentos que denotam essa tendência. O mesmo se pode dizer de uma outra sequência de fatos – tais como as análises e proposições das Missões Cooke (1942) e Abbink (1949) – revelando o mesmo sentido geral. O Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) demonstra perfeitamente a elaboração prática do modelo de associação internacionalista, como política de expansão da economia brasileira. O modo pelo qual foi criado o setor automobilístico, nos anos 1956-60, indica uma alteração substancial no quadro das relações da economia nacional com a internacional, através do setor industrial. Lembre-se que outros vínculos já se havia estabelecido por várias formas, com o setor agrário-exportador.

Esse quadro de possibilidades e dilemas – particularmente nos anos 1961-64 – torna-se real quando encarado no plano dos acontecimentos políticos. Assim, verificam-se os seguintes fatos importantes: condecoração do ministro da Indústria e Comércio de Cuba Socialista, Ernesto “Che” Guevara, pelo Presidente da República Jânio Quadros; a crise política nacional provocada com a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de impedir a posse do então vice-presidente João Goulart; a atuação política crescente de instituições como: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Liga Democrática Radical (LÍDER), Patrulha Auxiliar Brasileira (PAB), União Nacional dos Estudantes (UNE), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) etc.; a difusão programada da “doutrina da guerra revolucionária”, como se ela estivesse sendo posta em prática pela esquerda brasileira; a manutenção obstinada das relações do Brasil Com Cuba Socialista, como ponto básico desse estágio da política externa independente; as tentativas de golpe de Estado e decretação de estado de sítio pelo Presidente João Goulart; o comício do dia 13 de março de 1964; a presença e fala do Presidente João Goulart na cerimônia em sua homenagem, promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no mesmo ano; a presença crescente da esquerda na vida política nacional.

Esse contexto de possibilidades abertas torna-se ainda mais concreto quando focalizamos a situação econômica. A crise de conjuntura em que a economia se vê lançada, em particular a partir de 1962, é um elemento básico do todo. Ela vem acrescentar-se à crise estrutural inerente à forma pela qual, na economia nacional, se estava procurando conciliar o padrão agrário-exportador com a política de desenvolvimento nacionalista e a associação cada vez mais ampla com empresas e organizações internacionais.

Se é verdade que o desenvolvimento econômico, as reformas institucionais realizadas e o florescimento político e cultural verificados até então colocavam o Brasil na iminência de assumir a figura e os papéis de potência mundial de segunda classe, é inegável que esse estágio dependia de operações políticas drásticas. E elas se impunham com urgência exatamente pelas manifestações e agravamento da crise econômica. Segundo Celso Furtado, em diagnóstico escrito em fins de 1963:

O esgotamento dos fatores que sustentaram o processo de industrialização ocorreu, aparentemente, antes que a formação de capital alcançasse a necessária autonomia com respeito ao setor externo. E este fato pareceria indicar que as dificuldades que vem enfrentando o País no período recente têm maior profundidade do que inicialmente se

suspeitava. Existe ampla evidência de que a industrialização levou o Brasil muito perto daquela posição em que o desenvolvimento é um processo circular cumulativo que cria os próprios meios de que necessita para seguir adiante. No caso do Brasil, esse ponto seria alcançado quando fosse superada a barreira da capacidade para importar. A economia teria, então, atingido, aquele grau de diferenciação em que a orientação dos investimentos passa a ser um problema de opções econômicas, sem as limitações físicas de uma capacidade para importar racionalizada. Pode-se mesmo admitir que, não fora a forte queda dos termos de intercâmbio a partir de 1955, o Brasil viesse a alcançar esse ponto decisivo no correr deste decênio dos sessenta. Entretanto, essa oportunidade de ingressar no clube restrito das economias capitalistas de maior idade, como um sistema nacional autônomo, foi, aparentemente, perdida. E uma vez perdida, puseram-se em movimento outras forças, cujos efeitos se farão sentir cada vez mais. Assim, quebrado o impulso de crescimento, esterilizou-se o mecanismo que vinha sendo utilizado com êxito para autocontrolar o consumo e alimentar o processo acumulativo, conforme vimos. Em consequência, os problemas sociais passaram a ter uma nova dimensão, escapando ao alcance dos instrumentos que vinham sendo usados com relativo êxito. [7]

Os dados relativos à evolução das atividades econômicas confirmam aspectos importantes dessa imagem. Isto é, os dilemas com os quais se defronta a democracia populista no Brasil são o resultado do encerramento de um ciclo de aplicação do modelo getuliano.

A taxa favorável de crescimento do produto nacional registrada entre 1947 e 1961 começou a declinar em 1962, para alcançar um nível bastante reduzido em 1963. Especialmente elevada no quinquênio 1957/1961, quando promediara quase 7% por ano, aquela taxa superou os 7% em 1961, mas caiu para 5,4% em 1962. As estimativas para 1963 indicam um acréscimo de apenas 1,4% e, portanto, uma diminuição de 1,8% por habitante. [8]

Assim, a importância e a urgência de uma decisão se evidenciam, no quadro das condições existentes e das possibilidades abertas. Configura-se e executa-se o golpe de Estado do 1º de abril de 1964. Em boa parte, trata-se de uma operação político-militar destinada a limpar o terreno para a execução mais ampla e eficaz – isto é, ortodoxa – do modelo internacionalista. A crise econômica e a democracia populista revelaram-se incompatíveis. Por essa razão, forças políticas “latentes” assumem primazia sobre aquelas predominantes anteriormente. No primeiro instante, aparece o poder militar. Uma das bases de manobra, no entanto, é a classe média. Assim, mais uma vez, a solução política da crise brasileira resulta da dependência estrutural.

NOTAS:

1. Fernando Pedreira, *Março 31 (Civis e militares no processo da crise brasileira)*, José Álvaro Editor, Rio de Janeiro, 1964, p. 168.
2. João Goulart, *Desenvolvimento e Independência*, Discurso, Serviço Gráfico do IBGE, Brasília, 1962, pp. 91-2.
3. San Tiago Dantas, *Ideias e Rumos para a Revolução Brasileira*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1963, pp. 14-5. Ainda sobre a tentativa de afirmação de uma política externa independente: Janio Quadros, “Brazil’s New Foreign Policy”, *Foreign Affairs*, Vol. 40, Nº 1, Nova Iorque, Outubro, 1961, pp. 19-27.
4. Presidência da República, *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*, Síntese, Departamento de Imprensa Nacional, 1963, pp. 32-3. Atribuído a Celso Furtado, então Ministro Extraordinário de Planejamento.
5. Henry Rijken van Olst, “*Desarrollo Económico y Cooperación en América Latina*”, apêndice publicado na obra de Jan Tinbergen, *Hacia Una Economía Mundial*, trad. de Anna M. Cabré, Ediciones de Occidente, Barcelona, 1965, pp. 213-226; citação da p. 217.
6. Antônio Dias Leite, *Caminhos do Desenvolvimento, Contribuição para um projeto brasileiro*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966, p. 129.
7. Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964, pp. 120-1.
8. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966*, Documentos EPEA, Nº 1, Rio de Janeiro, novembro de 1964, p. 19.

Crítica à razão dualista

Francisco de Oliveira
(Capítulo III)

Um *intermezzo* para a reflexão política: revolução burguesa e acumulação industrial no Brasil

Ao longo das páginas anteriores, algumas questões permaneceram obscuras. Ainda que se rejeite a demanda de “especificidade global” que está implícita na tese do “modo de produção subdesenvolvido”, é evidente que a história e o processo da economia brasileira no pós-anos 1930 contêm alguma “especificidade particular”, isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como da expansão de uma economia capitalista – que é a tese deste ensaio – mas essa expansão não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado. Incorpora-se aqui, desde logo, a advertência contida em numerosos trabalhos de não se tomar o “classicismo” do modelo ocidental como “regra estrutural”.

A aceitação de que se trata da expansão de uma economia capitalista decorre do reconhecimento de que o pós-anos 1930 não mudou as relações básicas do sistema do ponto de vista de proprietários e não proprietários dos meios de produção, isto é, do ponto de vista de compradores e vendedores de força de trabalho; o sistema continua tendo por base e norte a realização do lucro. Aqui se perfila um ponto essencial da tese: o de que, tomando como um dado a inserção e filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, *ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho* no próprio sistema capitalista *fosse adverso*.

Do ponto de vista da articulação interna das forças sociais interessadas na reprodução de capital, há somente uma questão a ser resolvida: a da substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresário-industriais. As classes trabalhadoras em geral não têm nenhuma possibilidade nessa encruzilhada: inclusive a tentativa de revolução, em 1935, refletirá mais um momento de indecisão entre as velhas e as novas classes dominantes que uma possibilidade determinada pela força das classes trabalhadoras. Mas, do ponto de vista das relações *externas* com o resto do sistema capitalista, a situação era completamente oposta. A crise dos anos 1930, em todo o sistema capitalista, cria o vazio, mas não a alternativa de rearticulação; em seguida, a Segunda Guerra Mundial continuará obstaculizando essa rearticulação e, paradoxalmente, reativará o papel de fornecedor de matérias primas de economias como a do Brasil. O mundo emerge da guerra com um problema crucial, qual seja o de reconstruir as economias dos países ex-inimigos, a fim de, entre outras coisas, evitar uma expansão do socialismo *nos países já desenvolvidos* (esse sistema se expandirá exatamente na periferia). E essa reconstrução não apenas desvia os recursos que, alternativamente, numa perspectiva prebischiana, poderiam ser aplicados nos países não industriais do sistema capitalista, como restaura algo da divisão internacional do trabalho do pré-guerra: a reconstrução das economias devastadas terá a indústria como estratégia central e o comércio de manufaturas entre as nações industriais **[1]** do sistema será a condição de viabilidade da estratégia; aos países não-industriais do sistema continuará cabendo, por muito tempo, dentro dessa divisão do trabalho, o papel de produtor de matérias primas e produtos agrícolas.

Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das “especificidades particulares” da expansão do sistema.

Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passasse uma crise com nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade; No modelo europeu, a hegemonia das classes proprietárias rurais é total e paralisa qualquer desenvolvimento das forças produtivas, pelo fato mesmo de que as economias “clássicas” não entravam em nenhum sistema que lhes fornecesse os bens de capital de que necessitavam para sua expansão: ou elas produziam tais bens de capital ou não haveria expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias. A ruptura tem que se dar em todos os níveis e em todos os planos. Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora. Com o colapso das relações externas, essa hegemonia desemboca no vácuo; mas, nem por isso, *ipso facto* entram em ação mecanismos automáticos que produzissem a industrialização por “substituição de importações”. Estavam dadas as condições necessárias, mas não suficientes. A condição suficiente será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora. E, para tanto, é preciso adequar antes as relações de produção. O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do “arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso.

Ao mesmo tempo em que cria as condições para a acumulação necessária para a industrialização, a legislação trabalhista, no sentido dado por Weffortz **[2]**, é a cumeira de um pacto de classes, no qual a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais; e essa aliança é não somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia, após os anos da guerra e com o *boom* dos preços do café e de outras matérias primas de origem agropecuária e extrativa, reverta a situação pré-anos

1930. Assim, inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que, de um lado, penalizam a produção para exportação, mas procuram manter a capacidade de importação do sistema – dado que são as produções agropecuárias as únicas que geram divisas – e, de outro, dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia. No entanto, o processo se dá sob condições externas geralmente adversas – mesmo quando os preços de exportação estão em alta – e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder, nem dos ganhos da expansão do sistema. Como contrapartida, a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de “acumulação primitiva” extremamente adequado para a expansão global.

Esse “pacto estrutural” preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino. Nesta base é que continuara a crescer a população rural, ainda que tenha participação declinante no conjunto da população total, e, por essa “preservação”, é que as formas nitidamente capitalistas de produção não penetram totalmente na área rural, mas bem ao contrário contribuem para a reprodução tipicamente não capitalista. Assim, dá-se uma primeira “especificidade particular” do modelo brasileiro, pois, ao contrário do “clássico”, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação. Uma segunda “especificidade particular” é a que se reflete na economia industrial-urbana, particularmente nas proporções da participação do Secundário e do Terciário na estrutura do emprego, a questão já discutida da incapacidade ou não de o Secundário criar empregos para a absorção da nova força de trabalho e a conseqüente “inchação” ou adequação do tamanho do Terciário. Em primeiro lugar, conforme já se demonstrou, as variações do incremento do emprego no Secundário são, em boa medida, conjunturais; em segundo lugar, as maiores taxas de incremento do emprego nos serviços de Consumo Pessoal – a “inchação” – se dá exatamente quando o incremento do emprego no Secundário se acelera. Pretende-se haver demonstrado que o crescimento dos dois setores, nas formas em que se deu no período pós-anos 1930, revela condicionamentos estruturais da expansão do capitalismo no Brasil. Pretende-se aduzir algo em torno da “especificidade particular” em relação ao modelo “clássico”.

Convém recuar um pouco na história brasileira para apanhar um elemento estrutural do modo de produção: o escravismo. Sem pretender refazer toda a interpretação, é possível reconhecer que o escravismo constituía-se em óbice à industrialização na medida em que o custo de reprodução do escravo era um custo interno da produção; a industrialização significará, desde então, a tentativa de “expulsar” o custo de reprodução do escravo do custo de produção. Em outras palavras, ao contrário do modelo “clássico”, que necessitava absorver sua “periferia” de relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua “periferia”; neste ponto, o tipo e inserção da economia do país no conjunto da divisão internacional do trabalho do mundo capitalista é decisivo e, portanto, faz-se justiça a todas as interpretações – particularmente às de Celso Furtado – que destacaram esse ponto. O longo período dessa “expulsão” e dessa “criação”, desde a Abolição da Escravatura até os anos 1930, decorre do fato de que essa inserção favorecia a manutenção dos padrões “escravocratas” de relações de produção; será somente uma crise no nível das forças produtivas que obrigará à mudança do padrão.

As instituições do período pós-anos 1930, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça chave, destinam-se a “expulsar” o custo de reprodução da força de trabalho de *dentro das empresas industriais* (recorde-se todo o padrão da industrialização anterior, quando as empresas tinham suas próprias vilas operárias: o caso de cidades como Paulista, em Pernambuco, dependentes por inteiro da fábrica de tecidos) para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda a sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita. Por outro lado, a industrialização, em sendo tardia, se dá num momento em que a acumulação é potencializada pelo fato de se dispor, no nível do sistema mundial como um todo, de uma imensa reserva de “trabalho morto” que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países que iniciaram o processo de industrialização recentemente. Assim, na verdade, o processo de reprodução do capital “queima” várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho. Esse fator, somado às leis trabalhistas, multiplica a produtividade das inversões; por essa forma, o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural –, mas que, ao acelerar-se, ele pos em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação aos de trabalho. Seria necessário, para que o preço da força de trabalho crescesse de forma a diminuir a brecha entre os dois tipos de rendimento, uma demanda de força de trabalho várias vezes superior ao crescimento da oferta. Por outro lado, se é verdade que a compra de equipamentos, *v. g.*, de tecnologia acumulada, “queima” etapas da acumulação, ela também reduz o circuito de realização interna do capital, o que tem, entre outras, a conseqüência de tornar o efeito multiplicador real da

inversão mais *baixo que o efeito potencial* que seria gerado no caso de uma realização interna total do capital. É óbvio que um dos multiplicadores afetados, nesse caso, é o do emprego direto e indireto. A razão histórica da industrialização tardia converte-se numa razão estrutural, dando ao setor Secundário e à indústria participações desequilibradas no Produto e na estrutura do emprego.

No que se refere às dimensões do Terciário, é possível reconhecer também razões históricas e outras estruturais que explicariam uma “especificidade particular” da expansão capitalista no Brasil. Historicamente, uma industrialização tardia tende a requerer, por oposição, uma divisão social do trabalho tanto mais diferenciada quanto maior for a contemporaneidade das indústrias, isto é, quanto mais avançada for a tecnologia incorporada. Assim, todos os tipos de serviços contemporâneos da indústria – no nível em que ela se encontra nos países capitalistas maduros – passam a ser exigidos; essa exigência choca-se contra a exiguidade inicial – uma razão estrutural – dos fundos disponíveis para acumulação, que devem ser rateados entre a indústria propriamente dita e os serviços. A solução é encontrada fazendo os serviços crescerem horizontalmente, sem quase nenhuma capitalização, à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação *de por fora* dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços. É possível encontrar, ao nível da prática das instituições que modelaram o processo de acumulação no Brasil, transformadas em critérios de prioridades, as razões enunciadas: não existe, em toda a legislação promocional do desenvolvimento, nem nos critérios de atuação dos diversos organismos governamentais, nenhuma disposição que contemple *prioritariamente* a concessão de créditos, a isenção para importação de equipamentos, a concessão de incentivos fiscais, as disposições de natureza tarifária, destinadas a elevar a capitalização dos serviços (com a única exceção da Embratur, há pouco tempo criada); não apenas a política econômica geral de um largo período, como as disposições concretas com que atuam os diversos organismos públicos, sempre consideraram que os serviços podem ser atendidos em níveis de capitalização bastante inferiores a indústria para o que a oferta abundante de mão de obra constituía não somente garantia, mas motivação; isto é, os serviços *não apenas podiam como deviam* ser implantados apoiando-se na oferta de força de trabalho barata.

Por sua vez, o complexo de relações que moldou a expansão industrial, estabelecendo desde o início um fosso abismal na distribuição dos ganhos de produtividade entre lucros e salários, pos em movimento um outro acelerador do crescimento dos serviços, tanto de produção como os de consumo pessoal. Criou-se, para atender às demandas nascidas na própria expansão industrial, vista do lado das populações engajadas nela, isto é, urbanizadas, uma vasta gama de serviços espalhados pelas cidades, destinados ao abastecimento das populações dispersas: pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e ateliês de serviços pessoais. Esses são setores que funcionam como satélites das populações nucleadas nos subúrbios e, portanto, atendem a populações de baixo poder aquisitivo: por esta forma, os baixos salários dessas populações determinam o nível de ganho desses pseudo-pequenos proprietários (o que pareceria uma operação de criação de “bolsões de subsistência” no nível das populações de baixo poder aquisitivo); na verdade, o baixo nível desses ganhos representa custos de comercialização dos produtos industrializados e de produtos agropecuários que são postos *fora* dos custos internos de produção e reforçam a acumulação nas unidades centrais do sistema.

É possível perceber que o elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relações de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria. Mas, longe do modelo “clássico”, em que esse elemento estratégico tende a “exportar-se” para o restante da economia, no caso brasileiro – e é possível reconhecê-lo em outros países – a implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende, por razões em primeiro lugar históricas, que se transformam em razões estruturais, a perpetuar as relações não capitalistas na agricultura e a criar um padrão não capitalístico de reprodução e apropriação do excedente num setor como o dos serviços. A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia”, onde predominam padrões não capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são, a longo prazo, a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema.

NOTAS:

1. O Japão tem sido utilizado, extensamente, na literatura técnica, como um exemplo de país “subdesenvolvido” que ultrapassou essa barreira, no pós-guerra, através de uma industrialização dedicada às exportações. Nesse sentido, ele serve como paradigma tanto para demonstrar a possibilidade de industrialização e desenvolvimento que o sistema capitalista oferece para os que têm “competência”, como para demonstrar um caso “sadio” de crescimento “para fora”, expandindo capacidade para importar etc. A literatura apologética do caso japonês esquece que o Japão pré-guerra não poderia, sob qualquer critério, ser considerado “subdesenvolvido”, pois até Hiroshima e Nagasaki, ele se enfrenta no mesmo nível tecnológico com os Estados Unidos, numa guerra convencional (diferentemente da guerra do Vietnã). Além disso, a reconstrução japonesa e a agressiva política de exportações foram *permitidas* como o preço que o capitalismo teria de pagar para não perder um importante membro do sistema.

Crítica à razão dualista

Francisco de Oliveira
(Capítulo IV)

A aceleração do plano de metas: as pré-condições da crise de 1964 [1]

Perante o quadro descrito, o período Kubitschek forçará a aceleração da acumulação capitalística, com seu programa de avançar “cinquenta anos em cinco”. Do lado da definitiva conversão do setor industrial e das suas empresas em unidades-chave do sistema, a implantação dos ramos automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia, orientam a estratégia: por seu lado, o Estado cumprindo o papel e atuando na forma já descrita lançar-se-á num vasto programa de construção e melhoramentos da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola “externa”, com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília. O Estado opera através de uma estrutura fiscal primitiva e extremamente regressiva, com o que fatalmente incorrerá em déficits crescentes, numa curiosa forma de aumentar até o limite sua dívida externa sem mutuários credores. Por outro lado, a conjuntura internacional é pouco propícia: numa etapa em que o capitalismo se está redefinindo, num sentido policentrista, com o auge do Mercado Comum Europeu, sua estratégia política continuará metida na “camisa de força” das concepções maniqueístas de Foster Dulles. Dessa forma, a aceleração que se tentará movimentar-se-á em assincronia com a estratégia política dos *países centrais*, do que resultará quase nenhum financiamento de governo a governo. Nessas circunstâncias, recorre-se ao endividamento externo privado, de prazos curtos, o que acarretará pressões sobre a balança de pagamentos, numa etapa em que a elasticidade das exportações perante o crescimento do produto é relativamente nula.

A aceleração do período Kubitschek não pode ser menos que exagerada, e suas repercussões pronto se materializariam. O coeficiente de inversão – a relação entre a formação de capital e o produto bruto – se eleva de um índice 100 no quinquênio anterior para um índice 122 [2], isto é, em cinco anos, a média anual do coeficiente, comparada com a média anual do quinquênio precedente cresce quase $\frac{1}{4}$, o que é um esforço digno de nota para qualquer economia. Nas condições descritas no parágrafo anterior, como compatibilizar esse esforço, como financiá-lo nos quadros limitados da acumulação de base capitalística nacional? [3] A solução ocorrerá por duas vertentes: de um lado, a associação com o capital estrangeiro, não tanto por sua contribuição quantitativa – a poupança externa nunca passou de uns 5% da poupança total –, mas sobretudo pelo fornecimento de tecnologia, isto é, pela *acumulação prévia* que podia rapidamente ser incorporada. O Estado não entrou no mercado ‘da tecnologia, comprando *know how* do exterior para repassá-lo às empresas nacionais; concretamente, no caso brasileiro, os “cinquenta anos em cinco” não poderiam ser logrados sem o recurso ao capital estrangeiro [4] – de novo aqui as comparações com o Japão não levam em conta a profunda diferença entre a classe empresarial japonesa e a brasileira, nem as diferenças quantitativas subjacentes entre os dois processos de industrialização, o do Japão com pelo menos setenta anos de acumulação nitidamente capitalista – simplesmente pelo fato de que para as indústrias chave do processo o país não dispunha da acumulação prévia necessária, isto é, não produzia os bens de capital (incluindo-se processos industriais) que tais indústrias requeriam. Pode-se perguntar também *por que* a aceleração tinha de ter por base o elenco de indústrias escolhidas e não outras; se não se quiser cair numa “metafísica dos bens”, deve-se reconhecer que há uma estreita correlação entre a demanda (determinada pela estrutura da distribuição da renda) e o tipo de bens fabricados, sem contar que as “necessidades” básicas de consumo das faixas mais privilegiadas da população (alimentação, vestuário, habitação) já estavam satisfeitas; além daí, qualquer postulação de alternativas de consumo ou de aumento da propensão para poupar não é mais que um puritanismo puramente adjetivo que nada tem a ver com estrutura de classe e apropriação do excedente típicos da situação brasileira.

Neste ponto, uma reflexão deve ser feita sobre o papel do capital estrangeiro no Brasil e sobre as relações entre um capitalismo que se desenvolve aqui com o capitalismo internacional. Não há dúvida de que a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial. Não há dúvida, também, de que, em muitas etapas, principalmente na sua fase agrário-exportadora, que é a mais longa de nossa história econômica, a expansão capitalista no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira mero reflexo desta. Mas o enfoque que se privilegia aqui é o de que, nas transformações que ocorrem desde os anos 1930, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta

de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial. Em outras palavras, com a crise dos anos 1930, o vácuo produzido tanto poderia ser preenchido com estagnação – como ocorreu em muitos países da América Latina e de outros continentes de capitalismo periférico – como com crescimento; este, que se deu no Brasil, pode se concretizar porque do ponto de vista das relações fundamentais entre os atores básicos do processo existiam *condições estruturais*, intrínsecas, que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno. É claro que estavam à disposição no mercado mundial as técnicas e os bens de capital necessários para que se desse, internamente, o salto em direção à industrialização. Mas o que se quer frisar é que os atores atuaram deliberadamente em busca de ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento. É impossível trabalhar com uma variante de “Deus é brasileiro”, “Mão da Providência” de corte smithiano, mediante a qual se reconheceria que o processo de crescimento capitalista no Brasil é o resultado inintencional de ações desconexas, uma racionalidade *ex post* do irracional. Um pouco de história econômica ajudará a reconhecer que a estrutura central, a espinha dorsal dos atos de política econômica que levaram à industrialização, foi pensada para ter como resultado exatamente a industrialização que se logrou; pouco importa, para tanto, reconhecer que o Plano de Metas do Governo Kubitschek estava muito longe de qualquer tipo de planejamento acabado: o importante é reconhecer que os meios e os fins objetivados não apenas eram coerentes entre si, como foram logrados. Prioridade para as indústrias automobilísticas, de construção naval, para a siderurgia, a reforma da legislação tarifária, a concessão de cambio de custo para importações de equipamentos, não podem ser entendidas como acaso, nem como medidas tópicas para equilibrar o balanço de pagamentos, que tiveram por resultado a aceleração da industrialização. Ao contrário, elas foram concebidas exatamente para isso.

O importante para a tese que aqui se espousa é que tais medidas foram concebidas *internamente* pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira; para tanto, o processo de reprodução do capital que viabilizava aqueles desideratos exigia uma aceleração da acumulação que, concretamente, tomava as formas do elenco de indústrias prioritárias. Vale a pena enfatizar, ainda, que a conjuntura internacional era inteiramente desfavorável às medidas internas. Tomando-se, por exemplo, os países ou as empresas internacionais que concorreram à execução do Plano de Metas, verifica-se que a *participação inicial* de empresas do país capitalista hegemônico – os Estados Unidos – era irrisória: elas não estiveram presentes na indústria de construção naval, que se montou com capitais japoneses, holandeses e brasileiros, na indústria siderúrgica, que se montou basicamente com capitais nacionais estatais (BNDE) e japoneses (Usiminas), nem sequer tinham participação relevante na própria indústria automobilística que se montou com capitais alemães (Volkswagen), franceses (Simeia) e nacionais (DKW Mercedes-Benz); as empresas norte-americanas que já estavam aqui desde há muito tempo, como a General Motors e a Ford, não se interessaram pela produção de automóveis de passeio senão depois de 1964, e a empresa americana que veio para o Brasil, a Willys-Overland, era não somente uma empresa marginal na produção automobilística dos Estados Unidos, como basicamente montou-se com capital nacional, público (do BNDE) e privado (através do lançamento de ações ao público e associação com grupos nacionais como o Monteiro Aranha). A posição do capitalismo internacional, principalmente a do capitalismo do país hegemônico, era, muito ao contrário, amarrada à antiga divisão internacional do trabalho, em que o Brasil comparecia como produtor de bens primários de exportação. Assim, é difícil reconhecer uma estratégia do capitalismo internacional em relação à aceleração da industrialização brasileira; foi nas brechas do policentrismo, com a reemergência dos países do Mercado Comum Europeu e a do Japão que a estratégia nacional encontrou viabilidade.

O recorrer ao concurso do capital estrangeiro acrescentará novas forças ao processo de acumulação, ao mesmo tempo que coloca, no longo prazo, novos problemas para a continuidade da expansão. Em primeiro lugar, incorporando-se rapidamente uma tecnologia mais avançada, a produtividade dará enormes saltos, ainda mais se essa incorporação se dá em condições das relações de produção que potencialmente já eram, *de per se*, concentradoras: sobre um mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, os ganhos de produtividade logrados com a nova tecnologia vão acelerar ainda mais o processo de concentração da renda. A acumulação dá, aí, um salto de qualidade: a mera transferência de tecnologia, isto é, *trabalho morto externo*, potencializa enormemente a reprodução do capital. Sem essa incorporação, não se podia pensar no crescimento da economia nos anos posteriores. Nesse sentido, ela era absolutamente indispensável ao processo de reprodução do capital, pois a pobre base de acumulação nitidamente capitalística da economia brasileira não poderia realizar essa tarefa; pode-se pensar que, assim como o Estado atuou deliberadamente no sentido de privilegiar o capital, poderia ter atuado transferindo tecnologia para as empresas de capital nacional. Tal não ocorreu, mas uma explicação meramente *ex post* não é suficiente para esgotar o assunto. É preciso pensar que a figura de um Estado onipresente nunca foi pensada, nem era da perspectiva ideológica do empresariado industrial nacional. Não se encontra nos atos de política econômica de todo o período pós-anos 1930 nenhuma disposição tendente a propiciar a transferência de tecnologia para empresas nacionais que

tivessem a intermediação do Estado. Inclusive as políticas científica e tecnológica de instituições como as universidades eram completamente desligadas da problemática mais imediata da acumulação de capital.

Como se coloca, então, o problema do grau de nacionalidade ou de controle da nova estrutura de produção? É inegável que se o capital estrangeiro entrou sobretudo nos ramos chamados “dinâmicos” e se esses ramos são os motores da expansão, o capital estrangeiro, de certo modo, “controla” o processo dessa expansão; por oposição, o capital nacional “controla” menos a economia brasileira que há vinte anos. Assim, o grau de controle corresponde, em linhas gerais, à possibilidade que tanto um como outro capital tem de inovar a reprodução; sem embargo, está-se muito longe do que se poderia caracterizar como “desnacionalização do processo de tomada das decisões”: no fundo, as decisões são tomadas tendo em vista, em primeiro lugar, o processo interno de reprodução do capital, e as políticas das empresas tentam extrair dessa diretriz básica a compatibilidade com seus respectivos processos de reprodução do capital no nível dos seus conjuntos supranacionais. Até mesmo porque, com o dinamismo logrado, qualquer política de empresa que não se compatibilize com a diretriz mais geral pode significar perda de mercado ou de participação nas decisões cruciais sobre o crescimento da economia.

A outra vertente pela qual ocorrerá o esforço de acumulação é a do *aumento da taxa de exploração da força de trabalho*, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação. *A intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido identificada como melhoria da condição de vida das massas trabalhadoras, que, ao fazerem-se urbanas, comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando.* Não há dúvida de que o resultado dessa comparação é correto, mas ela não diz nada no que respeita às relações salário real-custo de reprodução *urbano* da força de trabalho, que é a comparação pertinente para a compreensão do processo, tampouco às relações salário real-produtividade, parâmetro este que no período começa a crescer, em termos reais: o diferencial entre salário real e produtividade constitui parte do financiamento da acumulação.

Encontra alguma sustentação empírica o crescente diferencial entre salário real e produtividade? O comportamento do salário mínimo real na Guanabara e em São Paulo, os dois maiores centros industriais do país, experimentou uma evolução que se expressa no Quadro I.

É fácil a constatação, em primeiro lugar, de que 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos (pois dos lados sob análise excluem-se os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os autônomos), sendo que no estado mais industrializado o nível do salário mínimo real em 1968 era ainda mais baixo que em 1964! Além disso, podem-se perceber claramente três fases do comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, *reduz pela metade* o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo governo Vargas que se prolonga até o primeiro ano do governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano 1958, é marcada pela deterioração do salário mínimo real, numa tendência que se agrava pós-anos 1964, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do governo Goulart.

Quadro I **Salário mínimo real – Guanabara e São Paulo**

ANO	ÍNDICES (base – 1944 = 100)		VARIACÃO ANUAL	
	Guanabara	São Paulo	Guanabara	São Paulo
1944	100,0	100,0		
1945	84,2	80,3	- 15,8	- 19,7
1946	74,1	70,9	- 12,0	- 11,7
1947	60,7	53,8	- 18,1	- 24,1
1948	58,0	49,6	- 4,4	- 17,8
1949	55,4	50,4	- 4,5	+ 1,6
1950	50,9	47,9	- 8,1	- 5,0
1951	53,6	53,0	+ 5,3	+ 10,6
1952	122,3	124,8	+ 128,2	+ 135,5
1953	107,1	101,7	- 12,4	- 18,5
1954	144,6	138,3	+ 35,0	+ 36,0
1955	142,9	139,3	- 1,2	+ 0,7
1956	150,9	147,0	+ 5,6	+ 5,5
1957	159,8	153,8	+ 5,9	+ 4,6
1958	140,2	133,3	- 12,3	- 13,3
1959	106,3	101,7	- 14,2	- 23,7
1960	140,2	130,8	+ 13,2	+ 28,6
1961	161,6	146,2	+ 15,3	+ 11,8
1962	137,5	123,9	- 15,0	- 15,3
1963	128,6	114,5	- 6,5	- 7,6
1964	124,9	116,3	- 2,1	+ 1,6
1965	119,6	112,8	- 5,0	- 3,0
1966	107,1	97,4	- 10,7	- 13,7
1967	104,5	95,7	- 2,4	- 1,7
1968	103,6	94,0	- 0,9	- 1,8

Tomado de: Alberto Mello e Souza, “Efeitos econômicos do salário mínimo”, in: *Apec – A economia brasileira e suas perspectivas*, Estudos APEC, APEC Editora, Rio de Janeiro, julho de 1971. Fonte dos dados originais: *Anuário Estatístico do Brasil e Conjuntura Econômica*.

No quadro, é interessante verificar que os índices do Estado de São Paulo estão sempre abaixo dos correspondentes à Guanabara. Difícil é não se tirar a conclusão de que a característica geral do período é *a de aumento da taxa de exploração do trabalho*, a qual foi contra-arrestada *apenas* quando o poder político dos trabalhadores pesou decisivamente. Em outras palavras, seria ingênuo pensar, como o fazem os adeptos da “teoria do bolo”, que os trabalhadores devem primeiro esperar que o “bolo” cresça para reivindicar melhor fatia: nos 25 anos decorridos, o “bolo”, isto é, o produto bruto, cresceu sempre, interrompido apenas pela recessão 1962-1966, enquanto a fatia dos trabalhadores decrescia.

Poder-se-ia argumentar que a parcela dos trabalhadores incluídos no salário mínimo é insignificante em relação à força de trabalho total, o que significaria dizer que a evolução demonstrada não é representativa da situação da classe trabalhadora urbana. A mesma fonte [5] ajudara a desfazer essa outra ilusão: até 1967, 33% do total de empregados urbanos registrados no Brasil estavam incluídos na faixa de remuneração de 1 salário mínimo, entre trabalhadores na indústria, no comércio, e nos serviços; essa porcentagem variava de um mínimo do 8% para o Rio Grande do Sul, passando por São Paulo com 30,6%, até Minas Gerais com o máximo de 50%. Mais grave, no entanto, para os que pensam que a indústria remunera melhor sua força de trabalho é que, para o Brasil como um todo, 67,5% dos que recebiam salário mínimo eram trabalhadores industriais, sendo que em São Paulo essa porcentagem se elevava para 71%, atingindo seu máximo no Rio Grande do Sul, onde 82% dos trabalhadores industriais recebiam salário mínimo, estando a Guanabara abaixo da média nacional, com 53%. Avançando na abertura dos olhos dos “otimistas”, pode-se prosseguir demonstrando que, se se consideram as faixas que incluem trabalhadores até 2 salários mínimos, a situação seria a seguinte: em 1967, 75% dos trabalhadores urbanos registrados no Brasil recebiam remuneração dentro dessa faixa, sendo

a porcentagem máxima em Pernambuco, com 79%, e a mínima na Guanabara, com 70,5%; São Paulo tinha 71% dos trabalhadores urbanos registrados percebendo até 2 salários mínimos. Assim, o leque da remuneração dos trabalhadores urbanos não é um leque, mas um pobre galho com apenas dois ramos. Isto quer dizer, conforme já se enfatizou em item anterior deste trabalho, que o papel da institucionalização do salário mínimo reveste um significado importantíssimo para a acumulação do setor urbano-industrial da economia: ela evita, precisamente ao contrário do que supõem alguns, o aparecimento no mercado de trabalho da *escassez específica* que tenderia a elevar o salário de algumas categorias, pela adoção de uma regra geral de excesso global. Em outras palavras, a fixação dos demais salários, acima do mínimo, se faz sempre tomando este como o ponto de referência e nunca tornando a produtividade de cada ramo industrial ou de cada setor como o parâmetro que, contraposto à escassez específica, servisse para determinar o preço da força de trabalho. A institucionalização do salário mínimo faz concreta, no nível de cada empresa, a mediação global que ele desempenha no nível da economia como um todo: nenhuma empresa necessita determinar o preço de oferta da força de trabalho específica do seu ramo, pois tal preço é determinado para o conjunto do sistema.

A implantação dos novos ramos industriais, os chamados ramos “dinâmicos”, não altera em muito esse quadro. Uma pesquisa efetuada no município de São Caetano do Sul [6], que faz parte da área metropolitana de São Paulo, revelou, a base de dados do Senai para 1968, que, embora os ramos “dinâmicos” da classificação do Senai sejam os que mais empregam mão de obra qualificada (artífices, mestres, técnicos e engenheiros) numa proporção de 32% do número de empregados, a porcentagem dos não qualificados (trabalhadores braçais) e adestrados (semiquilificados) é de 50% sobre o mesmo total; tomando-se apenas o nível “braçal” (não qualificados), os ramos “dinâmicos” não diferem muito dos chamados “intermediários” e “tradicionais”: aqueles tinham 11% de sua força de trabalho como “braçais”, enquanto os seguintes tinham 15% e 13%, respectivamente. Isso significaria dizer que as indústrias “dinâmicas” não podendo, até certo ponto, “quebrar a função técnica de produção”, para tanto necessitando de pessoal qualificado, utilizam, logo após fazer aquele requisito, abundantemente, mão de obra semi e não qualificada, em proposições semelhantes às indústrias consideradas tradicionais, servindo-se, assim, do imenso “exército industrial de reserva” para os fins da acumulação. Compatibilizam, dessa forma, os requisitos da “função técnica de produção”, relativamente rígida com a oferta de fatores na economia e realizam, assim, uma *performance* do ponto de vista da acumulação mais satisfatória que as “tradicionais”. O emprego de menores de idade constitui outra forma da “compatibilização” aludida: a mesma pesquisa em São Caetano revelou que as indústrias “dinâmicas” empregavam 5,5% de menores em seu total de empregados, enquanto as “intermediárias” e as “tradicionais” o faziam em porcentagens correspondentes a 10,8% e 7,8%, respectivamente. Uma pesquisa do Dieese, realizada em 1971, constatava que no ramo químico do Estado de São Paulo, “moderno” e “dinâmico” portanto, o grupo de trabalhadores menores de 16 anos constituía 3,5% do total de trabalhadores químicos, porcentagem que se eleva a 15,9% se se somam a esses os trabalhadores entre 16 e 20 anos.

Sendo essa a situação do ponto de vista do crescimento dos salários reais da classe trabalhadora, é importante contrapor a evolução da produtividade no setor industrial da economia, com o fim de verificar se a hipótese da conjugação da aceleração dos anos 1950 com a intensificação da taxa de exploração do trabalho tem algo que ver com as pré-condições da crise de 1964. Os dados disponíveis, em primeiro lugar, para o país como um todo, revelam que o índice do produto real da indústria, isto é, o índice que mostra o crescimento em termos reais, deflacionados, com uma base de 1949=100, teve o seguinte comportamento:

Ano	Índice	Variação s/ ano anterior	Ano	Índice	Variação s/ ano anterior
1947	81,5		1956	173,6	+ 6,9
1948	90,7	+ 11,3	1957	183,5	+ 5,7
1949	100,0	+ 10,0	1958	213,2	+ 16,2
1950	111,3	+ 11,3	1959	238,5	+ 11,9
1951	118,4	+ 6,4	1960	261,4	+ 9,6
1952	124,3	+ 5,0	1961	289,2	+ 10,6
1953	135,1	+ 8,7	1962	311,8	+ 8,0
1954	146,8	+ 8,7	1963	312,4	+ 0,2
1955	162,4	+ 10,6	1964	328,5	+ 5,2

Fonte: *Conjuntura Econômica*, vol. 25, N° 9, 1971. Quadro II

A não ser no ano de 1963, quando a economia já entrava em crise, o crescimento do produto real do setor industrial superou sempre e largamente a taxa de absorção de mão de obra pela indústria e, comparado à evolução do salário mínimo real em São Paulo e Guanabara, constata-se perfeitamente um crescente diferencial entre as duas variáveis. Além disso, o crescimento do produto real só acelera precisamente no período Kubitschek, quando passa de um crescimento médio de 8,1% no quinquênio 1953/1957 para um crescimento médio de 11,2%, isto é, elevando-se cerca de 38% em relação ao período imediatamente anterior [7]. Já se constatou que o coeficiente de inversão no período também se elevou extraordinariamente, cerca de 22% em relação ao quinquênio imediatamente anterior. O crescimento do produto real da indústria foi, assim, mais que proporcional ao crescimento da inversão, sendo explicado o diferencial entre as duas variáveis exatamente pela maior produtividade das novas inversões e pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho. A assimetria dos movimentos revela que o diferencial de produtividade sobre os salários constitui-se em fator importante na acumulação e, ainda mais, que a aceleração do crescimento industrial com a implantação dos chamados ramos “dinâmicos” fundou-se exatamente na profundização daquela assimetria. Em outras palavras, para enfatizar uma conclusão pré-esboçada, a aceleração da inversão a partir do período Kubitschek, fundada numa base capitalística interna pobre e nas condições internacionais descritas, requeria, para sua viabilização, um aumento na taxa de exploração da força de trabalho.

A aceleração mencionada afetará profundamente a relação salário real-custo de reprodução da força de trabalho urbana. No período de liquidação da economia pré-anos 1930, esse conflito ou a equivalência dessa relação foi assegurada, de um lado, pela contribuição que a agricultura “primitiva” dava ao abastecimento das cidades e, de outro, pela reprodução nos contextos urbanos de certas formas de “economia de subsistência”, das quais a construção da casa própria constituía importante parcela daquele custo. Sem embargo, a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chegava a cobrir o custo de reprodução da força de trabalho, simplesmente pelo fato de que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa. Em termos concretos, o transporte, por exemplo, não pode ser resolvido pelo trabalhador senão pelos meios institucionalizados e mercantilizados que a sociedade oferece, a energia elétrica que ele e sua família utilizam também não comporta soluções “primitivas”, a educação, a saúde, enfim, todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se industrializam, se transformam em mercadorias: o consumo de certos produtos também passa, necessariamente, pelo mercado, e ainda quando certa visão romântica do trabalhador ou do operário queira exigir destes a resistência ao consumismo, essa é uma ideologia *blasée*, que terminaria por produzir o monstro de uma cultura ou subcultura operária: nas condições concretas do sistema capitalista, para não falar em direitos, tanto as classes médias como as classes trabalhadoras têm “necessidade” de consumir e de utilizar os novos meios técnicos, culturais, para sua reprodução; a esse respeito, as diferenças existentes são diferenças de renda; se o comunismo é o novo fetiche e a nova forma de alienação, pedir à classe operária que desmistifique o fetiche sem ela estar no poder é como pedir “peras ao olmo”. Essa digressão serve para enfatizar a mudança que ocorria e não se refletia nos salários reais ou no preço da força de trabalho, a qual se sustentava nas duas vertentes já assinaladas. Na medida em que o custo de reprodução da força de trabalho urbana se desruralizava e, por oposição, se industrializava, o desequilíbrio começou a agravar-se.

Uma medida indireta do desequilíbrio assinalado é dada, por exemplo, pelas relações de preços entre os produtos agrícolas e os produtos industriais, com uma evolução desfavorável à agricultura. Ora, o custo de reprodução da força de trabalho urbano tinha no custo dos produtos agrícolas um importante componente; elevando-se mais rapidamente que esses, o preço dos produtos industriais transmitiam-lhe inflação, o que provocava erosão do salário real e elevação do custo de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, a própria elevação dos preços dos produtos industriais elevava o custo dos componentes industrializados que já faziam parte da “cesta” básica de consumo das classes trabalhadoras urbanas. Esse duplo movimento aumentava o custo de reprodução da força de trabalho urbana; e ao mesmo tempo erodia os salários reais. Tem-se aí um aumento da taxa de exploração do trabalho, *sem necessidade de que esse aumento fosse ostensivamente dirigido no sentido de rebaixamento dos salários nominais*, objetivo que não se podia impor à coligação de forças políticas do período Kubitschek e dos períodos Jânio Quadros e João Goulart, que repousava exatamente na chamada aliança populista. Tomando-se os dados do Quadro I, é possível verificar que, no período 1957/1962, a soma das variações anuais positivas no salário mínimo real da Guanabara e do estado de São Paulo é sempre menor que a soma das variações anuais negativas, o que quer dizer que, no período, longe de ter havido melhoria, houve de fato deterioração do salário real.

Um argumento que se poderia opor ao anterior é o comumente usado pelos monetaristas e pelos autores das políticas econômicas pós-1964, e esgrime o fato de que o Estado subsidiava os preços dos transportes, da energia, do combustível, do trigo, uma das características, segundo essa linha de argumentação, que comprovam o caráter paternalista e redistributivista dos regimes populistas. A fraqueza do argumento reside em que o subsídio não era dado diretamente ao consumidor, mas mediado pelo aparato produtivo, isto é, pelas empresas; tais subsídios não poderiam representar, pois, nenhuma carga para as empresas, nem ameaçavam a acumulação destas. Do lado das famílias, o subsídio era erosionado pela própria inflação que arrancava, por meio de uma estrutura tributária altamente regressiva, os recursos que o próprio Estado utilizava para subsidiar: difícil é, nessas condições, reconhecer um pai nos regimes populistas ou fácil será reconhecer um pai freudiano. De um lado, rendas fixas; de outro, rendas variáveis: qualquer economista sabe, nessas condições, a quem beneficia a inflação.

A crise que se gesta, pois, a partir do período Kubitschek, que se acelera nos anos 1961/1963 e que culmina em 1964, não é totalmente uma crise clássica de realização; ela tem mais de uma conotação. Para alguns ramos industriais dependentes da demanda das classes de renda mais baixa, há uma crise de realização motivada mesmo pela deterioração dos salários reais das classes trabalhadoras urbanas, já assinalada: é o caso dos ramos têxteis, de vestuário, de calçados, de alimentação, que desde então acusam fraco crescimento, atribuído na maioria das análises convencionais ao caráter pouco dinâmico, “tradicional”, de tais ramos, cujos produtos teriam baixas elasticidades-renda de demanda. De passagem, deve ser dito que esse tipo de análise confunde a “nuvem com Juno”, pois na verdade o fraco crescimento de tais ramos deriva do caráter concentracionista do processo da expansão capitalista no Brasil e não do “caráter” dos ramos referidos. Já o consumo dos bens produzidos principalmente pelos novos ramos industriais, bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos em geral), era assegurado pelo mesmo caráter concentracionista, que se gesta a partir da redefinição das relações trabalho-capital e pela criação, como requerimentos da matriz técnica-institucional da produção, das novas ocupações, típicas da classe média, que vão ser necessárias para a nova estrutura produtiva. Essas novas ocupações não são artificiais, nem constituem a “inchação” de white collar: (colarinhos brancos) que corresponderia a “inchação dos marginais”: ambas fazem parte de um *continuum* estrutural, que tem numa das pontas o Terciário de baixa produtividade e noutra o Terciário de alta produtividade. Além do mais, existe toda a gama de técnicos, engenheiros, analistas, executivos, empregados diretamente nas tarefas produtivas, que compõem o quadro das classes médias. Estas têm uma participação na renda total que, em parte, deriva da escassez específica desse tipo de mão de obra, o que lhes eleva os salários e, em parte, da sua própria posição na escala social global. O incremento mais rápido das rendas dessas novas classes médias é um fato anterior a 1964 [9] e não decorre simplesmente de uma estratégia pós-1964 embora seja evidente que tenha se aprofundado desde então [10].

A crise que se gesta, repita-se, vai se dar no nível das relações de produção da base urbano-industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de *contradição política principal* da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas que *denunciarão* o pacto populista, já que, sob ele, não somente não participavam dos ganhos como viam deteriorar-se o próprio nível da participação na renda nacional que já haviam alcançado. A *Pesquisa de padrão de vida da classe trabalhadora da cidade de São Paulo*, empreendida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Dieese, em 1969, chegou à conclusão de que, entre 1958 e 1969, houve uma redução no salário real do chefe de família trabalhadora-tipo de 39,3%, enquanto a renda total da família havia caído 10% no mesmo período; para lograr o precário equilíbrio de uma renda real 10% abaixo do nível de 1958, a família trabalhadora-tipo havia duplicado a força de trabalho empregada: de 1 membro ocupado em 1958, passou para 2 membros em 1969 [11]. A mesma pesquisa constatou que o tempo de trabalho necessário para comprar a maior parte dos alimentos básicos havia sofrido os seguintes acréscimos entre 1965 e 1969:

Quilos de alimentos	Minutos de trabalho	
	1965	1969
Pão	78	147
Arroz	75	107
Feijão	95	199
Macarrão	169	184
Batata	76	94
Carne	264	354
Sal	74	37
Açúcar	76	62
Leite (litro)	34	46

É interessante notar que pesquisa semelhante, realizada em 1958, com a qual se compara a de 1969, havia encontrado para aquele ano um salário médio de Cr\$ 8,54 para o trabalhador paulista. Entretanto, o gasto médio de uma família trabalhadora – os universos são os mesmos na pesquisa – estava em Cr\$ 10,15, isto é, o salário era insuficiente para cobrir o custo de reprodução da força de trabalho. A família realizava o equilíbrio através de expedientes e do aumento das horas trabalhadas. Perante esses dados, que são mais eloquentes porque dizem respeito à capital do Estado de São Paulo, é muito difícil não se aceitar a ocorrência de um aumento da taxa de exploração do trabalho. No que se refere aos gastos com alimentação, embora os dados sejam de 1969, posteriores, portanto, à crise de 1964, não constitui um artifício pensar que eles fazem parte de uma tendência que vem desde os anos anteriores: os dados sobre a relação custo de vida/salário mínimo real apontam nessa direção.

Do ponto de vista político, parece mais importante perguntar se o *nível de vida* ou o padrão de bem estar das classes trabalhadoras se deteriorou em alguma medida ou na mesma medida que o salário real. Essa pergunta tem por base um certo suposto da teoria política de que o decisivo para a formação de uma consciência de classe é o nível de vida e não o salário, e um nível de vida que se compara favoravelmente ao das massas rurais. Algumas pesquisas, inclusive a já citada do mesmo Dieese, que constataram a existência, em inúmeros lares de trabalhadores, de eletrodomésticos tais como a geladeira, a televisão, a máquina de costura, o ferro de engomar etc. têm ajudado a questionar se houve, de fato, em termos de padrão de bem estar, deterioração da situação do trabalhador urbano. Uma vez mais, repita-se, é provável que tanto a comparação dos padrões de vida urbanos com os padrões de vida rurais, como a existência de tais bens no ativo domiciliar das classes trabalhadoras, influam na consciência de classe (advirta-se, no entanto, que o paradigma dessa comparação é a consciência de classe típica do operariado europeu); sem embargo, é difícil não reconhecer que a diminuição de consumo de certos gêneros alimentícios ou o seu encarecimento – que é a mesma coisa – deteriore o padrão de vida. Ocorrem situações em que o trabalhador renuncia ao consumo de certos gêneros alimentícios, em face de um salário que não cresce, para consumir os tipos de bens assinalados. Para isso, ele é forçado, inclusive pelo fato de que assume compromissos de relativo longo prazo na compra de bens duráveis – com o crediário – dos quais não pode se furtar, sob pena de ver-se desclassificado para o sistema de crédito e, no limite, ver ameaçado seu emprego. De outro lado, é preciso reconhecer que a família também é um agente que acumula; se não acumula bens de capital, com o sentido da reprodução, acumula ativos e, ao longo do tempo, essa acumulação somente tende a crescer, mesmo em presença de salários reais constantes ou até decrescentes. Apenas na ocorrência de catástrofes, tais como enchentes, incêndios etc. é que ocorre destruição dos ativos. Nesse caso, não há como surpreender-se com o crescimento dos ativos em mãos das famílias trabalhadoras. Portanto, um certo tipo de consciência de classe, ainda que não certamente igual ao do paradigma europeu, pode formar-se, aglutinando o que antes estava fraturado, ainda quando o padrão de vida não esteja se deteriorando. Concretamente, no período assinalado, tem-se a compulsão de mercantilização do custo de reprodução da força de trabalho – e nessa compulsão a substituição de certos bens por outros indicava o sentido geral da mercantilização, da industrialização do custo de produção – com um estancamento e uma deterioração dos salários reais.

O ponto a que se quer chegar é que o fato de o conflito assinalado ter se elevado à condição de contradição política principal precipita a crise de 1964. Discorda-se, assim, radicalmente da interpretação de M. da C. Tavares e J. Serra*, de que a crise é motivada pela redução das expectativas de inversão e, mais ainda, de que esta não tinha condições de concretizar-se, ameaçada pela falta de financiamento e pelo incremento dos salários [12]. Nenhum dado aponta nessa direção, e permanecer dentro dela é cair num lamentável economicismo que

confunde a realidade formal das variáveis da análise econômica com o substrato que elas descrevem. Tomar a redução do nível da inversão em 1963 comparado a 1962, tal como se vê nas contas nacionais, como indicação de que esta se havia esgotado, é apenas tomar um dado *ex post*: é evidente que, nas condições descritas, quando as classes trabalhadoras tomam a iniciativa política, tem início um período de agitação social. A luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as: aos operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas agrícolas críticas. Tal situação alinha em polos opostos, pela primeira vez desde muito tempo, os contendores até então mesclados num pacto de classes. A luta que se desencadeia e que passa ao primeiro plano político se dá no coração das relações de produção. Pensar que, nessas condições, poder-se-iam manter os horizontes do cálculo econômico, as projeções de investimentos e a capacidade do Estado de atuar mediando o conflito e mantendo o clima institucional estável, é voltar ao economicismo: a inversão cai *não porque não pudesse realizar-se economicamente, mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente* [13].

NOTAS:

1. Pareceria uma questão até certo ponto secundária e bizantina a de precisar, no tempo, a inflexão que tomou a economia brasileira, cujas características mais salientes se cristalizam a partir dos anos 1967/1968. De um lado, poderia parecer que se quer atribuir as “bondades” do modelo aos pré-1964, roubando aos atuais detentores de poder a “glória” de haver alcançado tão notáveis “performances” na taxa de crescimento global da economia; de outro lado, poderia também parecer que se quer atribuir aos pós-1964 - especialmente ao movimento militar - os evidentes defeitos da estrutura e da vida política da Nação, assim como as tendências concentracionistas de renda e do poder econômico que seriam o lado negativo das excepcionais taxas de crescimento logradas. Uma tal colocação antitética pecaria por demasiado maniqueísmo e cairia num diálogo de surdos, contestatório ou apologetico, do qual não se saca nada. Por essas razões, a questão tem importância excepcional. Em primeiro lugar, uma reflexão elementar obriga a reconhecer que um novo modelo econômico não se gesta em três anos - 1964/1966 - ainda quando esses anos tenham sido caracterizados por uma avalanche de modificações institucionais - leis, decretos etc.; por outro lado, outra reflexão elementar obriga a reconhecer que nenhuma modificação institucional fundamental ter-se-ia sustentado se não tivesse bases na estrutura produtiva; no seio desta é que deveriam estar atuando as contradições sobre as quais os contendores de 1964 se apoiariam, para desenvolvê-las do ponto de vista dos interesses de classe que cada um representava.

Assim, a explicação que os cientistas políticos tentam dar acerca do caráter do movimento de 1964 e de seus desdobramentos posteriores sempre será apenas dedutiva a partir dos resultados e da situação atual, mas nunca poderá responder até que ponto ela estava predeterminada - dentro de limites mais ou menos amplos - se não se reportarem às modificações na estrutura da economia que se operavam desde anos pretéritos. Por isso, inclusive, a correta colocação do papel dos militares se vê sempre prejudicada: estes parecem atuar autonomamente, surgem como um *deus ex machina* e as prospecções sobre seu papel são apenas uma grande interrogação. Do mesmo modo, Maria da Conceição Tavares e Jose Serra apresentam um quadro de modificações profundas na economia, no qual a tendência a concentração da renda e o dinamismo dos anos recentes parecem ter surgido pós-1964 por decretos, leis e modificações institucionais de maior ou menor monta. O trânsito de uma situação a outra, que é talvez o mais importante, fica, assim, relegado e destituído de qualquer significação.

2. Ver Conjuntura Econômica, “*Contas nacionais do Brasil - Atualização*”, vol. 25, Nº 9, 1971. Quadros 1 e 5.

3. Essa base capitalística limitada não é contraditória com a tese exposta em capítulo anterior, do potencial de acumulação que tem a economia brasileira. Esse potencial de acumulação, conforme o modelo, pode financiar certas frações importantes da acumulação, mediante transferência de excedente, mas *não pode operar sua transformação direta em capital*, em tecnologia.

4. O empresariado nacional nunca contemplou essa possibilidade de comprar tecnologia ao Estado, como intermediário entre ele e o capital estrangeiro. Entre qualquer associação com o Estado e com o capital estrangeiro, a segunda possibilidade era sempre a preferida. Ver Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964.

5. Alberto Mello e Souza, op. cit., Quadros I e II.

6. Ver GPI, *Estudo preliminar para o planejamento integrado do município de São Caetano do Sul*, 1968, Quadro 20.

7. É interessante verificar, de passagem, que o período Kubitschek vai reeditar as taxas de crescimento do produto real da indústria do período 1947/1951, Governo Dutra, marcado este também por um aumento da taxa de exploração da força de trabalho - o salário mínimo real, relembre-se, em 1951 era praticamente a metade do de 1944, e entre 1947 e 1951 havia se reduzido em cerca de 12% - e movido também por um salto de qualidade na produtividade da indústria, que se reequipava no pós-guerra.

8. O quadro abaixo ilustra o fenômeno descrito:

ESTADO DE SÃO PAULO – RELAÇÕES ENTRE PREÇOS DOS PRODUTOS INDUSTRIAIS E PREÇOS DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS – 1959 e 1968						
Produtos Agrícolas	Arroz		Feijão		Milho	
	1959	1968	1959	1968	1959	1968
Superfosfato de cálcio simples	0,33	0,43	0,15	0,36	0,66	1,08
Cloreto de potássio	0,67	0,56	0,30	0,47	1,32	1,42
Sulfato de amônio	0,59	0,56	0,26	0,47	1,16	1,42
Trator	50,45	42,98	13,54	36,39	60,00	109,40
Arado de 3 discos	3,11	3,99	1,38	3,38	6,13	10,16
Adubadeira	0,23	0,32	0,10	0,27	0,45	0,82
Grade de 28 discos	3,31	3,47	1,69	2,94	7,50	8,85
Pulverizador	0,31	0,44	0,14	0,57	0,61	1,11
Arado de 1 arveca	0,23	0,22	0,10	0,18	0,45	0,55

Fontes: a) 1968: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV. b) 1959: Agricultura em São Paulo – janeiro de 1960 e janeiro/fevereiro de 1966; Copercotia, Lista de Preços n. 22-30/IV/1959; e *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, 1960. Tomado de: "Balanço de uma década", *Conjuntura Econômica*, vol. 24, n. 1, 1970. Rio de Janeiro, FGV, p. 12, Quadro XII.

9. A pesquisa já referida sobre o município de São Caetano do Sul mostrou que, enquanto o salário real médio empregado na indústria do município, entre 1950 e 1962, cresceu 23,5%, a mesma média para os funcionários administrativos e não operários havia crescido 75%. GPI, op. cit. São Caetano é mais que representativo do crescimento industrial dos novos ramos industriais.

10. Como parece ser o pensamento de M. da C. Tavares e Serra, op. cit., "*La política del nuevo gobierno militar vino a crear las condiciones para una reordenación del esquema distributivo 'conveniente' para el sistema, empezando por redistribuir el ingreso en favor de sectores de las capas medias urbanas y en contra de las clases populares asalariadas*". El Trimestre Económico, N° 152, p. 945.

11. Ver *Dieese em Resumo*, N° 3, ano IV, março de 1970. Informativo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, São Paulo.

12. No que os autores coincidem com o Sr. Roberto Campos. "A disciplina salarial do Brasil parecia socialmente cruel, mas era o preço a pagar para restaurar a capacidade de investimentos tanto no setor público como no empresarial." "A geografia Louca" in: O Estado de S. Paulo, 1°/12/1971, ano 92, N° 29.650.

13. M. da C. Tavares e Serra, op. cit., caem na tentação de contestar o modelo de Celso Furtado, que explica a crise de 1964 como uma crise de realização do consumo devido ao não crescimento dos salários reais. O modelo de Furtado é, basicamente, o de Arthur Lewis ("Desarrollo Económico com Oferta Ilimitada de Mano de Obra", El Trimestre Económico, N° 108). Fácil seria perceber que, ainda quando os salários reais das classes trabalhadoras não tenham crescido, pressuposto correto de Furtado, não havia a crise de realização porque o próprio modelo concentracionista havia criado seu mercado, adequado, em termos da distribuição da renda à realização da produção dos ramos industriais mais novos.

* Op. cit.

A democracia como valor universal

Carlos Nelson Coutinho

(Capítulo 3)

O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à "via prussiana"

O valor da democracia política para as correntes de esquerda em nosso país ganha uma dimensão ainda mais concreta – indo além do plano teórico abstrato geral que esboçamos acima – se analisarmos de perto as vicissitudes da história brasileira, se situarmos dialeticamente os problemas de hoje no amplo quadro histórico da formação nacional. Não me refiro apenas ao fato de que o povo brasileiro está hoje colocado diante de uma tarefa *democrática* urgente e prioritária: a de derrotar o regime de exceção implantado em nosso país depois de 64 e, com isso, construir um regime político que assegure as liberdades fundamentais. A questão da democracia, inclusive em seus limites puramente formais liberais, é assim a questão decisiva da vida brasileira de hoje. Mas o valor da democracia adquire para nós outra dimensão mais profunda (e já aqui superando dialeticamente, no sentido antes indicado, a democracia puramente liberal) quando elevamos à consciência o fato de que o regime de exceção vigente é "apenas" a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência dominante ao longo da história brasileira. Refiro-me ao caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos "democráticos".

Como já foi assinalado várias vezes, as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma "via prussiana", ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional [1]. Essas transformações "pelo alto" tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais. Os exemplos são inúmeros: quem proclamou nossa independência política foi um príncipe português, numa típica manobra "pelo alto"; a

classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República (também ela proclamada “pelo alto”) foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma “rearrumação” do antigo bloco de poder, que cooptou – e, desse modo, neutralizou e subordinou – alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio etc. Mas essa modalidade de “via prussiana” (Lenin, Lukács) ou de “revolução-restauração” (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar, que criou as condições políticas para a implantação, em nosso país, de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado, radicalizando ao extremo a velha tendência a excluir tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas as grandes massas da população nacional.

Para o conjunto das forças populares, coloca-se, assim, uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro. (E não se deve esquecer, antes de tudo, que a “via prussiana” levou sempre à construção das superestruturas adequadas à dominação de uma restrita oligarquia – primeiro latifundiária, agora monopolista – sobre a esmagadora maioria da população.) A luta pela eliminação do “prussianismo” confunde-se com uma profunda renovação democrática do conjunto da vida brasileira. Essa renovação aparece, portanto, não apenas como a alternativa histórica à “via prussiana”, como o modo de realizar, em condições novas, as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso país, mas também – e precisamente por isso – como o processo de criação dos pressupostos necessários para um avanço do Brasil no rumo do socialismo.

Uma direta consequência da “via prussiana” foi gerar uma grande debilidade histórica da democracia no Brasil. Essa debilidade não se expressa apenas no plano do pensamento social (que se recorde o caráter conciliador de nosso liberalismo, mas inclusive as tradições autoritárias e “golpistas” que marcaram e marcam ainda boa parte do pensamento de esquerda entre nós); tem consequências também na própria estrutura do relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, já que ao caráter extremamente forte e autoritário do primeiro correspondeu à natureza amorfa e atomizada da segunda. Até mesmo nos períodos em que vivíamos sob regimes formalmente liberais (sobretudo no período 1945-1964), os partidos políticos e os organismos de massa tenderam quase sempre a ser “correias de transmissão” do Estado, reservatórios nos quais o poder executivo cooptava seus burocratas; em suma, mecanismos que encaminhavam a conciliação “pelo alto”. As tendências à auto-organização popular, quando não eram diretamente reprimidas, sofriam a dura concorrência de um Estado que, apresentando-se como “benfeitor”, relacionava-se diretamente com indivíduos atomizados e não com organizações coletivas. (Tendências – mas apenas tendências – a inverter essa situação ocorreram nos anos imediatamente anteriores a 1964). Essa debilidade histórico-estrutural da democracia, aliada à presença de um regime abertamente autoritário, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária de hoje a construção e/ou consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, ao nível da organização estatal, não deverão, provavelmente, ultrapassar os limites da democracia liberal. Uma análise objetiva da atual correlação de forças faz prever que os setores dominantes do novo regime liberal continuarão a ser, durante um certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, ainda que essa dominação seja exercida de modo menos absoluto e despótico que sob o atual regime autoritário.

Mas isso não altera o valor dessas conquistas liberal-democráticas para as forças populares e, em particular, para a classe operária. Em primeiro lugar, a criação de um regime de liberdades formais representaria a superação da figura política atual da “via prussiana”, ou seja, do regime mais profundamente autoritário que já conhecemos em nossa história; e, em segundo, a consolidação de um regime de democracia política aparece como pressuposto que deverá ser reposta – conservado e ao mesmo tempo aprofundado – em cada etapa da luta pela completa realização dos objetivos finais das correntes socialistas. Em outras palavras: a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo, a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não-democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico quanto em sentido político), mas também conservado ao longo de todo o processo. O que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir conserva e eleva a um nível superior as conquistas puramente liberais.

Em que consiste, no caso brasileiro, essa “elevação a um nível superior”? Antes de mais nada, em medidas que eliminem gradualmente as bases econômico-sociais que não só tornaram possível a emergência da “via prussiana” elitista e oligárquica, mas que contribuem para reproduzi-la (de modo ampliado) permanentemente. Em poucas palavras (pois não é aqui o local sequer para esboçar um plano econômico democrático detalhado, nem sou competente para fazê-lo): trata-se de democratizar a economia nacional, criando uma

situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro – que se torna cada vez mais produtivo – revertam em favor da grande maioria da população. A extinção do que tem sido chamado de “capitalismo selvagem” aparece como pressuposto indispensável para integrar na sociedade nacional, na condição de sujeitos, imensas parcelas da população hoje reduzidas a uma situação subumana. Trata-se, antes de mais nada, de resolver uma urgente questão nacional, que só se fez agravar nos últimos anos: a de integrar regiões e segmentos sociais, que englobam milhões e milhões de pessoas, no processo de modernização econômica e social. Importância central adquire, assim, a luta por uma reforma agrária que não se limite a promover a capitalização do latifúndio, mas abra espaço para a formação entre nós de uma sólida economia camponesa familiar ou cooperativizada. Independentemente das vantagens econômicas (melhoria de vida de amplas parcelas da população, melhor abastecimento das cidades, ampliação do mercado interno), uma reforma agrária desse tipo implicaria a elevação à cidadania política de milhões de trabalhadores rurais. Sua efetivação, portanto, é momento imprescindível da renovação democrática de nosso país. E a luta por essa reforma agrária pode obter o consenso da esmagadora maioria da população, incluindo até mesmo setores importantes do capital monopolista sediado no Brasil.

Mas, a médio prazo, a democratização da economia requer também a aplicação de medidas antimonopolistas, dirigidas em particular contra os monopólios internacionais, as quais começariam por por em discussão os modelos de desenvolvimento e os padrões de consumo antinacionais que nos são impostos pelo imperialismo, e chegariam até a propor, concretamente, a nacionalização de empresas monopolistas. Um tal programa interessaria também a amplas parcelas da população, desde a classe operária e as camadas médias assalariadas até a pequena e média burguesia nacional. Mas, para ser efetivo, um programa desse tipo não pode se apresentar como um programa de gabinete, a ser mais uma vez concebido e aplicado (*se aplicado*) de cima para baixo, por tecnocratas eventualmente generosos. A elaboração, aplicação e controle de um programa de democratização da economia nacional deve resultar de um amplo debate que envolva todas as forças interessadas (partidos, sindicatos, associações profissionais etc.); só assim ele obterá o consenso majoritário necessário à sua realização consequente, e, mais que isso, contribuirá – ao transformar as camadas trabalhadoras em sujeitos ativos da gestão da economia – para o processo geral de renovação democrática do país.

A “elevação a um nível superior”, todavia, pressupõe, igualmente, um aprofundamento político da democracia: a ampla incorporação organizada das grandes massas à vida política nacional – a socialização crescente da política – é o único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da “via prussiana”. E essa socialização da política já não é mais, em nosso país, um simples desejo subjetivo. Embora duramente reprimida, a sociedade civil brasileira – impulsionada, indiretamente, pelo processo de modernização conservadora e de diferenciação social e cultural favorecido pela nossa última “revolução pelo alto” – cresceu e se tornou mais complexa nos últimos 16 anos. Multiplicaram-se, sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos de novo tipo (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base etc.); ganharam também autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do país, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como o OAB, a CNBB, a ABI etc.; finalmente, assistimos à irrupção de importantes movimentos setoriais contra opressões específicas (em particular o movimento feminista), ou em defesa da ecologia e da qualidade da vida, cujas reivindicações – de caráter fundamentalmente democrático – são hoje parte integrante da luta pela renovação política e cultural de nosso país. O fortalecimento da sociedade civil abre, assim, a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente “pelo alto”.

Ampliar a organização desses vários sujeitos coletivos de base e, ao mesmo tempo, respeitadas sua autonomia e diversidade, lutar pela unificação dos mesmos num poderoso bloco democrático e nacional-popular, não é apenas condição para extirpar definitivamente os elementos ditatoriais que ainda deverão permanecer ao longo do período de transição em que estamos envolvidos; é também um passo decisivo no sentido de criar os pressupostos para o aprofundamento e generalização do processo de renovação democrática e, consequentemente, para o êxito do programa antilatifundiário e antimonopolista de democratização da economia, abrindo assim caminho para a transição ao socialismo. Esse bloco unitário dos organismos de democracia de base já começa a ser hoje – e deverá se tornar cada vez mais no futuro – um poderoso instrumento de pressão e controle sobre a ação dos institutos de representação indireta, como os parlamentos locais e nacional. Um papel decisivo nesse processo de unificação deverá ser desempenhado pelos partidos democráticos de massa (em particular os da classe operária), cujos programas de renovação social só se tornarão hegemônicos se assumirem todas as reivindicações democráticas dos movimentos específicos e encaminharem corretamente – em nível global – sua solução política. [2]

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda “de baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares brasileiras – enquanto método de sua batalha política – a opção pelo que Gramsci chamou de “guerra de posição”. A progressiva obtenção de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é, sobretudo, o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos. Nesse sentido, as forças realmente populares devem estar permanentemente alertas contra as tentações do “golpismo”, o qual – mesmo quando se apresenta sob vestes falsamente progressistas – não faz senão repetir, com sinal trocado, os procedimentos elitistas que caracterizam a “via prussiana”. Todas as tentativas de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não) têm conduzido as forças populares a grandes desastres políticos; os exemplos poderiam ser multiplicados, na história brasileira, mas basta lembrar aqui os eventos que culminaram na tragédia de 1964. E, diante das tarefas que se abrem hoje a nosso povo, atitudes “golpistas” significarão necessariamente o truncamento do processo de renovação democrática, um processo que – nunca é demais insistir – só será efetivo e realmente popular quando crescer “de baixo para cima” e quando representar a incorporação de amplas maiorias ao cenário político [3]. O “golpismo de esquerda” – que infelizmente marcou boa parte do pensamento e da ação política das correntes populares no Brasil – é apenas uma resposta equivocada e igualmente “prussiana” aos processos de direção “pelo alto” de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso País [4]. Quanto mais se torne efetiva a socialização da política, tanto menos será possível invocar a justificação relativa de processos desse tipo.

Um claro exemplo dos prejuízos causados pelo “golpismo” à ação das forças de esquerda no Brasil foi a atitude delas em face do Parlamento. A crítica ao Parlamento foi, até pouco tempo, um traço característico da ideologia e da prática dessas forças. Decerto, essa crítica partia de um fato real: na democracia limitada que conhecemos entre 45 e 64, a composição social do Congresso Nacional – graças, sobretudo, a um grau insuficiente de participação popular organizada – tendia a refletir majoritariamente as forças sociais e políticas mais retrógradas de nosso país. Não foi infrequente, sobretudo após a eleição de Vargas em 50, que o Congresso Nacional se apresentasse como obstáculo à obtenção das reformas de que o País carecia, e cuja necessidade era muitas vezes sentida pelo Executivo. Mas o reconhecimento desse fato levou a dois graves equívocos: 1) a observação concreta foi falsamente generalizada numa posição de princípio: o Parlamento seria, em si, uma instituição conservadora, incapaz de refletir a correlação de forças real e sua dinâmica; 2) a desvalorização do Parlamento se articulava com a defesa aberta ou velada de posições “golpistas”: as forças progressistas deveriam se apossar do Executivo e encaminhar de cima para baixo, sem consideração pelo Parlamento, as reformas necessárias ao progresso social.

Essa superestimação do Executivo – que significava adotar objetivamente a ideologia gerada pela “via prussiana” – não levava apenas a tentações golpistas. Levava também a que boa parte do trabalho de mobilização política das forças democráticas e populares se concentrasse na conquista do Executivo (ou na pressão sobre ele), com a conseqüente subestimação da importância central da organização autônoma das massas populares. E essa organização é o único instrumento seja para mudar a composição e o caráter do Parlamento, seja para controlar ou mesmo determinar a ação do próprio Executivo. Por outro lado, como as forças populares foram obrigadas a constatar nos últimos 15 anos, o fortalecimento do Executivo em detrimento do Parlamento não foi garantia de progresso social, mas antes serviu para reforçar o domínio dos monopólios e das multinacionais. Assim, antes de mais nada, foi a própria vida que colocou a tarefa de fortalecer o Congresso Nacional como um dos meios fundamentais para a construção, em nosso País, de um regime de democracia política. A própria ideia de uma Assembleia Constituinte, como coroamento do processo de transição para esse regime, não é apenas o sepultamento de qualquer ilusão “golpista”, de qualquer solução imposta de cima para baixo, mas é também o reconhecimento do papel essencial do Parlamento na nova ordem política e social que os socialistas desejam para o Brasil.

Essa reavaliação do papel do Parlamento não resulta apenas da constatação de uma significativa mudança na sua composição social, em comparação com os anos anteriores a 64. Resulta também da concepção da democracia como elemento estratégico da luta pela renovação social do conjunto da Nação. Como vimos, já se esboça no Brasil a formação de uma sociedade civil articulada e pluralista, fundada sobre a emergência de sujeitos políticos coletivos. No processo de renovação democrática, essa rede de organizações coletivas de base deverá se articular com os parlamentos (tanto com o Congresso Nacional quanto com as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais), de modo a fazer com que esses expressem efetivamente o dinamismo da sociedade, o seu pluralismo real, deixando assim de ser a mera representação de eleitores atomizados e manipulados, ouvidos de quatro em quatro anos. Por outro lado, um Parlamento assim renovado – transformado em sismógrafo e em instrumento ativo da correlação de forças dinâmica e mutável da sociedade civil – terá um papel insubstituível: o de servir como local privilegiado da síntese política entre os vários organismos coletivos, impedindo que suas lutas setoriais se limitem à simples defesa de interesses puramente

corporativistas e grupais. (Na formação dessa síntese, um papel decisivo deverá caber aos partidos de massa, enquanto mediação entre os organismos de base e os institutos legislativos e executivos.) Assim, à medida que se for construindo em nosso País uma democracia de massas, o Parlamento – com poderes ampliados – poderá funcionar como um instrumento unitário que corporifique (no quadro do respeito ao pluralismo e à alternância de poder) a progressiva hegemonia das classes trabalhadoras na vida política brasileira. Teríamos um exemplo concreto de como a democracia de massas, além de criar organismos de intervenção política de tipo novo, pode também alterar a função de institutos herdados da tradição liberal. [5]

A luta pela renovação democrática no Brasil – precisamente por recorrer à “guerra de posição” como método e por afastar resolutamente qualquer tentativa “golpista” ou “militarista” – implica, ainda, em conceber a unidade como valor estratégico. Já me referi mais de uma vez ao fato de que o necessário pluralismo dos sujeitos coletivos de base degenera em formas de corporativismo quando não se verifica um processo de unificação política, através da mediação dos organismos representativos de âmbito nacional. Por outro lado, a democracia de massas – enquanto democracia real – pressupõe que a conquista da hegemonia se faça através do consenso majoritário das correntes políticas e das classes e camadas sociais [6]. (Talvez não seja inútil lembrar que maioria implica minoria, cujos direitos – na medida em que sua ação oposicionista não viole a legalidade democraticamente fundada – terão de ser respeitados.) Mas essa afirmação do valor estratégico da unidade ganha um traço concreto específico quando referida ao Brasil: a tarefa da renovação democrática, implicando a crescente socialização da política, a incorporação permanente de novos sujeitos individuais e coletivos ao processo de transformação social, não poderá ser obra de um único partido, de uma única corrente ideológica e nem mesmo de uma só classe social. É tarefa que deve envolver a participação de múltiplos sujeitos sociais, políticos e culturais. Como a autonomia e a diversidade desses sujeitos deverão ser respeitadas, a batalha pela unidade – uma unidade na diversidade – torna-se não apenas um objetivo tático imediato na luta pelo fim do atual regime, mas também um objetivo estratégico no longo caminho para “elevar a nível superior” a democracia.

Embora no quadro de uma busca permanente da máxima unidade possível, é certo que se alterarão – em função das tarefas concretas – a natureza e a amplitude das alianças visadas pelas forças populares. De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, trata-se de conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e, nesse nível, a busca da unidade terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antilatifundiário e anti-monopolista e, numa etapa posterior, para a construção, em nosso País, de uma sociedade socialista fundada na democracia política. A dialética desse duplo movimento de alianças corresponde, precisamente, à articulação da democracia de massas por que lutamos: uma democracia que, ao mesmo tempo, conserva e eleva a nível superior as conquistas da democracia puramente liberal ou formal.

NOTAS:

1. Entre os autores que analisaram aspectos da história brasileira valendo-se do conceito de “via prussiana”, podem-se citar: C. N. Coutinho, “O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira”, in: Vários Autores, *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 1974, pp. 1-56; J. Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, 850 Paulo, 1978, pp. 621 e ss.; Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, 1976, em particular pp. 128 e ss.; e Ivan de Otero Ribeiro, “A Importância da Exploração Familiar Camponesa na América Latina”, in: *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, 1978, vol. 4, pp. 143-159.
2. A ideia de um partido operário de massa que seja, ao mesmo tempo, um partido nacional aparece muito claramente nas reflexões de Togliatti sobre o “partido novo”. De suas muitas definições, há uma - de 1956 - que me parece bastante significativa: “Houve, antes de mais nada, o propósito de construir em partido que, por sua própria composição, pelo número de seus aderentes, pela própria estrutura e por seu modo de funcionamento, fosse capaz de realizar uma função positiva construtiva; fosse capaz não apenas de fazer propaganda, agitação, de pregar os grandes princípios, mas de dirigir dia a dia a classe operária, as massas trabalhadoras e a maioria da população no sentido de compreenderem seus interesses e, principalmente, de consolidarem o regime democrático e desenvolvê-lo na direção de profundas reformas sociais” (Palmiro Togliatti, “La Via Italiana al Socialismo”, in *Opere Scelte*, Roma, 1977, p. 756).
3. O “golpismo” não deve ser concebido apenas como uma concepção da tomada do poder, mas também como um modo de fazer política, como um modo de relacionar as posições dos partidos de vanguarda com os movimentos de massa. Analisando a atuação do movimento sindical no período imediatamente anterior a 64, Marcelo Gato indica com lucidez a presença nele de elementos “golpistas”: “A característica central do período é que a vanguarda atuava, em muitos setores, distanciada das bases, quer dizer, muito avante delas. Nesse terreno, era inevitável que muitas vezes se descambasse para o ‘golpismo’ e outros desvios esquerdizantes [...]. O ‘golpismo’ deve ser entendido como um processo de tomada de decisões ‘por cima’, sem o necessário aprofundamento, sem a discussão e a participação integrada das bases e das grandes massas” (Gato, “Considerações sobre a Questão Sindical e a Democracia”, in *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, 1979, vol. 5, pp. 126-127).
4. É interessante observar que, já em 1967, uma importante força da esquerda brasileira - o PCB - empreendia uma dura autocrítica quanto à concepção golpista das transformações sociais: “O revés sofrido em 1964 pos a nu muitas das nossas debilidades e revelou,

com maior clareza, a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras, a começar pela direção, uma falsa concepção que se manifesta, de maneira predominante, nos momentos decisivos de nossa vida. É uma concepção errônea do processo revolucionário, de fundo pequeno-burguês e golpista, e que consiste em admitir a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpula ou do Partido. Ela imprime à nossa ação um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente pelos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado” (“Resolução Política do VI Congresso do PCB”, dezembro de 1967, in PCB: Vinte anos de política, 1958-1979. Documentos, São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 185).

5. A possibilidade de que o parlamento desempenhe essas novas funções, evidentemente, não podia ser prevista no tempo de Lênin. Mas ela foi registrada, corretamente, em 1956, pelo XX Congresso do PCUS, onde se afirma que, em certos casos, a classe operária - graças a uma política de amplas alianças - pode “conquistar uma sólida maioria no parlamento e transformá-lo, de órgão da democracia burguesa, em instrumento da autêntica vontade popular” (XX Congresso del Partido Comunista V dell’Unione Sovietica, Roma, 1956, pp. 42 e ss).

6. Em seu livro de entrevistas recentemente publicado, Fernando Henrique Cardoso afirma: “Quem busca consenso é regime autoritário. Democracia, não. Democracia é o reconhecimento da legitimidade do conflito, a busca da negociação e a procura de acordo, sempre provisório, em função da correlação de forças” (Cardoso, Democracia para Mudar, Rio de Janeiro, 1978, p. 22). A negação do valor do consenso é consequência necessária da negação da hegemonia; como vimos, para o pensamento liberal (assimilado pela socialdemocracia contemporânea), democracia é sinônimo de pluralismo - de “reconhecimento da legitimidade do conflito” - enquanto a busca de consenso (ou de hegemonia) seria sinônimo de totalitarismo. Não é casual, portanto, que Cardoso afirme também o seguinte: “O democratismo radical de Rousseau inspirou historicamente momentos políticos que poderiam ser qualificados como de ‘democracias totalitárias’” (op. cit., p. 35). Estamos diante de um bom exemplo da diferença entre liberalismo e democracia, entre afirmação abstrata do pluralismo (reconhecimento empírico-jurídico de uma situação de fato) e afirmação concreta da articulação pluralismo-hegemonia (concepção dinâmico-dialética do movimento social). Em vários outros pontos de sua reflexão, porém, Cardoso supera os limites do liberalismo.

A Revolução Burguesa no Brasil

Florestan Fernandes

(Capítulo 7)

Aguardando seleção dos trechos